

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIOLOGIA DO TRABALHO**

**TRABALHO INFORMAL EM GOIÂNIA: PROJETO
MERCADO ABERTO**

Dissertação de Mestrado



Autor: Pedro Gomes de Sousa Filho
Orientadora: Prof. Dra. Maria do Amparo A. de Aguiar

**GOIÂNIA-GO
2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PEDRO GOMES DE SOUSA FILHO

**TRABALHO INFORMAL EM GOIÂNIA: PROJETO
MERCADO ABERTO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

**GOIÂNIA-GO
2005**

PEDRO GOMES DE SOUSA FILHO

**TRABALHO INFORMAL EM GOIÂNIA: PROJETO
MERCADO ABERTO**

Banca Examinadora:

**GOIÂNIA-GO
2005**

Dedico este trabalho a Simone, minha esposa, e a meus familiares que, durante todo esse tempo, tiveram comigo paciência e compreensão.

Meus Agradecimentos a:

Maria do Amparo A. de Aguiar, minha orientadora que, com dedicação e competência, me ajudou a definir os caminhos a seguir.

Dilma Pio de Santana, minha amiga e colega do mestrado, que muito contribuiu com este trabalho, mediando meus contatos com a SEDEM, facilitando o acesso a dados que me foram imprescindíveis.

Valdivino Siqueira Cardoso, meu amigo que, sempre que solicitado, se prontificava a me auxiliar no que estivesse a seu alcance.

Aos feirantes do Mercado Aberto que se dispuseram a responder os questionários, contribuindo com nossa pesquisa de campo e aos representantes de algumas das instituições envolvidas no Projeto Mercado Aberto que tão gentilmente nos concederam entrevistas sobre este Projeto.

CAPITÃO DE INDÚSTRIA

Eu às vezes fico a pensar
Em outra vida ou lugar
Estou cansado demais

Não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
É quando eu me encontro perdido
Nas coisas que eu criei
E eu não sei
Eu não vejo além da fumaça
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas

Eu acordo p'ra trabalhar
Eu acordo p'ra trabalhar
Eu acordo p'ra trabalhar

Eu não tenho tempo de ter
O tempo livre de ser
De nada ter que fazer
Eu não vejo além da fumaça
Passa
E polui o ar
Eu nada sei
Eu não vejo além disso tudo
O amor e as coisas livres, coloridas
Nada poluídas

(Marcos Valle/Paulo Sergio Valle)

RESUMO

O presente trabalho discute a informalidade em Goiânia, elegendo como objeto de estudo os trabalhadores informais do Setor Central e, em especial, o Projeto Mercado Aberto, criado em 2003, como alternativa espacial de alocação desses trabalhadores que, em razão do processo de revitalização do centro da cidade, deviam ser retirados das ruas e avenidas onde atuavam, principalmente as Avenidas Goiás e Anhangüera. A *informalidade* aqui mencionada refere-se àquela exercida pelas camadas sociais mais pobres; é uma situação ou condição a que denominamos baixa ou pequena informalidade. Esse tipo de informalidade é entendida, neste estudo, como uma forma de precarização, tanto das condições, como das relações de trabalho, e seu crescimento vincula-se a certos fatores como o desemprego e a desregulamentação dessas relações, resultantes, ambos, da última versão do processo de reestruturação produtiva, sob a lógica do sistema capitalista global. As questões-problema que aqui são estudadas (desemprego, desregulamentação, precarização e informalidade) são entendidas como as conseqüências da modernidade radicalizada sobre o mundo do trabalho. Assim, os conceitos de “modernidade radicalizada”, “modernidade reflexiva”, bem como a idéia de “conseqüências da modernidade”, são noções usadas, entre outros autores, por Anthony Giddens, e constituem o pano de fundo sobre o qual se desenvolverá toda a discussão aqui proposta.

ABSTRACT

The present work discusses the informality in Goiânia, taking for study's object the informal workers of the central section and especially the Project Opened Market, created in 2003 as space alternative of allocation these workers that in function of the revival's process down town, they would have be retired of the streets and avenues where acted, mainly the Avenues Goiás and Anhanguera. The informality referred here treat about the informality exercised by the social layers miserable of the society, we denominated of drop or small informality. This type of the informality is understood, in this study, as a precarious form so much of the conditions as relationships of work and its growth relate it to certain factors as the unemployment and the irregularity of the work, results both of the last version of the process of productive organization under the logic of the global capitalist system. These "problem questions" discussed here (unemployment, irregularity, precarious and informality) are understood as consequences of the radical modernity about world of the work. So, the concepts of "radical modernity", "reflexive modernity", as the idea of "consequences of the modernity" are notions used, among other authors, by Anthony Giddens, constitute the fund's cloth on that will develop all discussion proposal here.

SUMÁRIO

Lista de Siglas e Abreviaturas.....	XI
Lista de Quadros e Tabelas.....	XII
Lista de Gráficos e Figuras.....	XIII
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO – I: “AS CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIDADE RADICALIZADA” SOBRE O MUNDO DO TRABALHO.....	32
1.1- Crises do Capitalismo e Reestruturações Produtivas.....	37
1.1.1 – Taylorismo / Fordismo e Toyotismo.....	40
1.2- Desemprego e Desestruturação do Mercado de Trabalho.....	46
CAPÍTULO – II: REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL.....	55
2.1 – A Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos.....	58
2.2 – Sobre o Conceito de Informalidade.....	63
2.3 – Desemprego e Informalidade no Brasil.....	69
2.4 – A Informalidade Urbana em Goiânia.....	76
2.4.1 – Dados da Informalidade no Centro de Goiânia: Perfil Sócio-econômico dos Trabalhadores Ambulantes do Setor Central.....	89
CAPÍTULO – III: O PROJETO MERCADO ABERTO DE GOIÂNIA.....	99
3.1 – Localização, Estrutura Física e Funcionamento do Mercado Aberto de Goiânia.....	105
3.2 – Como e Quem Vai Para o Mercado Aberto?.....	110
3.3 – O Mercado Aberto Depois de Um Ano de Funcionamento.....	111
CAPÍTULO – IV: OS FEIRANTES DO MERCADO ABERTO DE GOIÂNIA E SEU COTIDIANO DE TRABALHO.....	116
4.1 – O Mercado Aberto na Visão dos Trabalhadores.....	116
4.2 – Organização Política e Relações de Convivência no Mercado Aberto.....	123
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	149
7 – ANEXOS.....	156

Lista de Siglas e Abreviaturas

ACIEG - Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás

CCP – Centro Comercial Popular

CDL – Clube/Câmara de Diretores Logistas

M.A. – Mercado Aberto

P.M.A. – Projeto Mercado Aberto

P.R.C.G. – Projeto de Revitalização do Centro de Goiânia

SEDEM – Secretaria de Desenvolvimento Econômica Municipal

SEMFU – Secretaria Municipal de Fiscalização Urbana

SINCATEI – Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal de Goiânia

Lista de Quadros e Tabelas

Quadros:

Quadro 1: Crescimento Populacional: Total e Urbano – Brasil.....	57
Quadro 2: Taxa de Desemprego Total Regiões Metropolitanas – 1989 – 1999.....	73
Quadro 3: Taxa de Desemprego Aberto / R.M. (total).....	73
Quadro 4: Participação Média dos Empregados Sem Carteira Assinada e Trabalhadores Por Conta Própria na Ocupação Total das Regiões Metropolitanas.....	73
Quadro 5: Crescimento Populacional e Percentual de Urbanização – Goiânia / 1991 – 2000.....	76
Quadro 6: Perfil Sócio-econômico Vendedores Ambulantes R. C. de Goiânia – Ramo de Atividade Anterior – 2001.....	94
Quadro 7: Perfil Sócio-econômico Vendedores Ambulantes R. C. de Goiânia – Ramo de Atividade Atual – 2001.....	95
Quadro 8: Equipamentos do Mercado Aberto.....	107
Quadro 9: Horário de Funcionamento das Feiras de Goiânia (livres e especiais).....	109
Quadro 10: Mercadoria Comercializada no Mercado Aberto.....	112
Quadro 11: Origens das Mercadorias Comercializadas no Mercado Aberto.....	113
Quadro 12: Renda dos Feirantes do Mercado Aberto.....	113

Tabelas:

Tabela 1: Vendedores Ambulantes – Idade – Setor Central/Goiânia – 2001.....	90
Tabela 2: Vendedores Ambulantes – Estado Civil – Setor Central/Goiânia – 2001.....	91
Tabela 3: Vendedores Ambulantes – Grau de Escolaridade – Setor Central/Goiânia – 2001.....	91
Tabela 4: Vendedores Ambulantes – Naturalidade – Setor Central/Goiânia – 2001.....	93
Tabela 5: Vendedores Ambulantes – Renda na Atividade – Setor Central/Goiânia – 2001.....	96
Tabela 6: Vendedores Ambulantes – Possuem outra Atividade – Setor Central/Goiânia – 2001.....	97
Tabela 7: Vendedores Ambulantes – Tipos de Moradia – Setor Central/Goiânia – 2001.....	97

Lista de Gráficos e Figuras

Gráficos:

Gráfico 1A e 1B: Perfil Sócio-econômico Vend. Amb. R. C. de Goiânia – Sexo.....	90
Gráfico 2: Perfil Sócio-econômico Vend. Amb. R. C. de Goiânia – Local de Trabalho.....	92
Gráfico 3: Perfil Sócio-econômico Vend. Amb. R. C. de Goiânia – Tempo na Atividade.....	93
Gráfico 4.A: Feirantes do M.A. – Plano de Saúde.....	114
Gráfico 4.B: Feirantes do M.A. – Recolhimento de INSS.....	114
Gráfico 4.C: Feirantes do M.A. – Paga Previdência Privada.....	114
Gráfico 5: Local de Atuação Antes do Mercado Aberto.....	117
Gráfico 6: Filiação Sindical – Feirantes do Mercado Aberto.....	123
Gráfico 7: Relação de Convivência – Feirantes do Mercado Aberto.....	125
Gráfico 8: Relação de Convivência – Feirantes e Prefeitura.....	128

Figuras:

Figura 1: Capa: Uma das Quatro Frentes do Mercado Aberto.....	01
Figura 2: Diagrama: Os Dois Circuitos da Economia.....	61
Figura 3: Cruzamento das Avenidas Anhanguera e Goiás – I – Foto.....	81
Figura 4: Mapa: Município de Goiânia – Vendedores Ambulantes.....	88
Figura 5: Cruzamento das Avenidas Anhanguera e Goiás – II – Foto.....	100
Figura 6: Avenida Goiás e Paranaíba – Foto.....	106
Figura 7: Mapa de Localização do Mercado Aberto – Folder.....	107
Figura 8: Vista Aérea Lateral do Mercado Aberto – Foto.....	108
Figura 9: Barracas do Mercado Aberto – Foto.....	109
Figura 10: Interior do Mercado Aberto – Foto.....	121

INTRODUÇÃO

“Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social”.

(Karl Marx, O Capital)

O trabalho, como atividade humana e social, sempre foi objeto de preocupação de vários pensadores, dentre os quais estão os pais da Sociologia: Marx, Weber e Durkheim. Embora a ênfase maior no conceito de trabalho seja verificada em Marx, também podemos encontrar em Weber e Durkheim importantes referências acerca dessa atividade que, conquanto sob diferentes aspectos, sempre constituiu elemento básico do cotidiano das sociedades em todos os tempos.

Em Durkheim, o trabalho e, mais especificamente, a divisão social que implica, antes de qualquer coisa constitui fonte de cooperação e solidariedade entre os indivíduos. A esta cooperação e solidariedade, em virtude da divisão do trabalho, o autor deu o nome de solidariedade orgânica, que teria, de acordo com o seu ponto de vista, uma função que deveria transcender a esfera econômica. Não era apenas um mero pacto destinado a aumentar a produtividade do trabalhador, mas algo que visava, antes de tudo, a promover e manter a coesão social.

Já na introdução de sua obra *Da Divisão do Trabalho Social*, Durkheim faz questão de enfatizar o fato de que a divisão do trabalho não é específica do mundo econômico, ou seja, pode ser verificada também nas dimensões política, administrativa, jurídica, artística e científica. Assim, o trabalho, ou melhor, a divisão do trabalho em Durkheim, diferentemente do enfoque observado em Marx, tem por pressuposto não a dimensão econômica, mas a dimensão social/moral.

Durkheim não discute a justeza da proposição, já vista em Adam Smith e Marx, de que a divisão do trabalho, por aumentar, ao mesmo tempo, a força produtiva e a habilidade do trabalhador, é condição necessária para o desenvolvimento intelectual e material da sociedade, mas acredita que sua maior atribuição seja de caráter moral. Assim, sobre o que julga ser a verdadeira função da divisão do trabalho, diz ele: “... os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (Durkheim, 1999: 21). E continua a justificar a importância da divisão do trabalho social, apontando,

sobretudo, para o seu caráter moral: “... se é esta de fato a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque as necessidades de ordem, de harmonia, de solidariedade social são geralmente tidas como morais” (Id., *ibid.*: 30).

Desta forma, para Durkheim, a “divisão do trabalho supõe que o trabalhador, longe de permanecer debruçado sobre sua tarefa, não perca de vista seus colaboradores, aja sobre eles e sofra sua ação” (Id., *ibid.*: 390). Assim, na atividade laboral, os indivíduos interagem reciprocamente, contribuindo para a manutenção do equilíbrio e da ordem social produzidos pela relação de interdependência oriunda da divisão social do trabalho.

Em Max Weber, por sua vez, como constatado em sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, o trabalho é apresentado como uma forma de ascese, uma prática vocacional virtuosa.

Nesta obra, está claro, o interesse de Weber não é discutir a noção de trabalho em si. Seu objeto de análise é, como o título sugere, demonstrar a relação causal entre uma nova ética surgida e difundida no seio das recém-criadas Igrejas protestantes, oriundas do movimento de Reforma Religiosa do século XVI, e o desenvolvimento do sistema capitalista. Assim, o objetivo do autor não é definir o que vem a ser o trabalho, mas comprovar a relação entre os dois fenômenos acima referidos, tendo como elemento mediador o trabalho.

Mas, ao fazer isto, Weber mostra que, neste caso particular, o trabalho tem uma significação especialmente diferente: não é apenas um meio de se conseguir os bens necessários à sobrevivência (Marx) ou o responsável, mediante a divisão de tarefas, por conduzir os indivíduos à solidariedade (Durkheim). Diferentemente, como nota o autor, para os protestantes do início da modernidade, o trabalho constitui, antes de tudo, uma vocação.

A idéia de trabalho como vocação será especialmente importante para as Igrejas Reformadas, sobretudo as de linha calvinista, mais radicais no que tange à doutrina da predestinação. A crença de que o indivíduo já nascia predestinado à salvação ou à condenação eterna, sem que pudesse saber a qual delas estava destinado, causava angústias e aflições tremendas nos fiéis. Daí que, aos poucos, foi-se generalizando entre eles, os protestantes, a idéia de que a entrega ao trabalho, de forma contínua e metódica, bem como a restrição à ostentação do luxo e se, agindo desta forma, conseguisse o indivíduo progredir economicamente, isto lhe serviria como indicação de que estaria entre os eleitos de Deus.

Do ponto de vista da utilidade de uma vocação, destaca Weber que esta é orientada primeiramente por critérios morais e depois pela escala de importância dos bens produzidos para a coletividade. Mas, segue-se um terceiro ponto: “a lucratividade individual do empreendimento” (Weber, 2000: 116). Assim, o vocacionado não apenas devia dedicar-se

com afinco ao trabalho, mas também precisava saber aproveitar as melhores oportunidades que se lhe apresentassem, escolhendo o caminho mais lucrativo, pois esta era a vontade de Deus. Mas há uma advertência: “Deveis trabalhar para serdes ricos para Deus, e, evidentemente, não para a carne ou para o pecado” (Id.). Neste caso, é vedada ao indivíduo qualquer forma de esbanjamento.

Conseqüentemente, esta forma de vida, sobretudo no que se refere à atividade profissional, irá influenciar de maneira óbvia o desenvolvimento do sistema capitalista. De acordo com o autor,

Esse ascetismo secular do protestantismo (...) opunha-se, assim, poderosamente, ao espontâneo usufruir das riquezas, e restringia o consumo, especialmente o consumo do luxo. Em compensação, libertava psicologicamente a aquisição de bens das inibições da ética tradicional, rompendo os grilhões da ânsia de lucro, com o que não apenas legalizou, como também a considerou (no sentido aqui exposto) como diretamente desejada por Deus. (Weber, 2000: 122)

E ainda sentencia Weber: “Combinando essa restrição do consumo com essa liberação da procura de riqueza, é óbvio o resultado que daí decorre: a acumulação capitalista através da compulsão ascética à poupança. As restrições impostas ao uso da riqueza adquirida só poderiam levar a seu uso produtivo como investimento de capital” (Id., *ibid.*: 124). Assim, o trabalho vocacional, como o mais alto instrumento de ascese e de meio seguro de preservação da redenção, da fé e do homem, constitui a mais poderosa alavanca de expressão do “espírito do capitalismo”. Nessa perspectiva, o trabalho constitui o elemento mediador entre a ética protestante e o espírito capitalista, nos primórdios da modernidade. Em Weber e Durkheim, embora o trabalho não seja tratado como tema central, (ambos os autores o tratam como elemento de mediação), sua importância, no entanto, é inquestionável.

Mas, como dissemos acima, é em Marx que encontramos uma discussão mais ampla e especificamente voltada para a centralidade do conceito de trabalho. Na verdade, a categoria trabalho permeia praticamente toda a sua obra.

Marx concebe o trabalho como uma atividade essencialmente humana, e já dizia em *A Ideologia Alemã*:

Podemos distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião, por tudo o que se quiser. Mas eles começam a distinguir-se dos animais assim que começam a **produzir** os seus meios de vida, passo este que é condicionado pela sua organização física. Ao produzirem os seus meios de

vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. (Marx; sd: 15)

Mas poderíamos dizer: a ação de produzir, de um modo geral, também é praticada por outras várias espécies animais. Certo! Só que Marx nos mostrará que a diferença está não no simples ato de produzir, mas no *como* produzir, e a ilustra com a seguinte comparação:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. (Marx, 1982: 202)

Assim, como diz Braverman, ao analisar a citação acima, a distinção entre o trabalho humano e o trabalho executado por outras espécies animais é que o primeiro é consciente e proposital, ao passo que o segundo é apenas instintivo, uma determinação biológica (Braverman, 1981).

É então, a produção consciente, refletida, o principal aspecto distintivo do trabalho humano. Neste sentido, em um escrito de 1876, Engels reforça o caráter central do trabalho na distinção entre, como diz, “a sociedade humana e a manada de macacos”, e reforça esta idéia com um trecho bastante sintético e claro, transcrito abaixo:

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho (Engels apud Antunes, R. (org.), 2004: 28).

Mas, além desta, há uma segunda característica de distinção do trabalho humano que está ligada à primeira (o potencial intelectual e a inteligência do homem) e que consiste na capacidade da espécie humana de exercer uma variedade de funções e de dividi-las socialmente, algo que nas demais espécies, determinadas pelo instinto, não é possível em hipótese alguma. Assim, enquanto nas demais espécies, instinto e execução são indivisíveis, na espécie humana a unidade entre concepção e execução de um trabalho pode ser dissolvida, de forma que uma idéia concebida por uma determinada pessoa pode ser executada por outra ou por várias outras pessoas (Braverman, 1981).

Mas, para Marx, além desses aspectos que diferenciam o trabalho humano da ação “produtiva” das outras espécies, é preciso entender que o trabalho possui duas diferentes dimensões, a saber: a de criador de valor de uso e a de criador de valor de troca. Assim, explica Marx, em *O Capital*, que “o trabalho, como criador de valores de uso – como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade, – é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (Marx, 1982: 50). O trabalho aqui tem um caráter ontológico, inalienável, que se confunde com a própria vida.

Já o trabalho, como criador de valor de troca, é aquele que corresponde à natureza de mercadoria, propriamente dita, do produto resultante do trabalho. Produto este que é destinado à troca por intermédio das relações sociais. O produto do trabalho, nesse contexto, é, então, o que Marx chamou de mercadoria, que só se constitui, como tal, se produzida para outros, ou seja, para a troca em intercâmbios comerciais, pois, de acordo com o autor, só são mercadorias os produtos que, ao mesmo tempo, são objetos úteis e veículos de valor (Marx, 1982). E, de acordo com sua teoria, vai ser justamente o trabalho, na sua dimensão de produtor de valor de troca (mercadoria), o que prevalecerá com o advento do sistema capitalista de produção.

No modo de produção capitalista, os trabalhadores são despojados dos meios de produção, que estão concentrados nas mãos de um grupo relativamente pequeno de capitalistas, na forma de propriedade privada. As relações de produção são bipolarizadas: de um lado, os trabalhadores, “livres” para vender sua força de trabalho a quem puder comprá-la; de outro, os capitalistas, “donos” dos meios de produção, dispostos a contratar por um determinado tempo e salário a força de trabalho dos trabalhadores. Resumindo: numa ponta, o trabalho; na outra, o capital. Este fato leva Marx a concluir que, sob o sistema capitalista, até mesmo a força de trabalho converte-se em mercadoria, só que numa forma especial de mercadoria, aquela capaz de produzir outras mercadorias, muitas delas com um valor muitas vezes maior que o salário recebido em troca. Mesmo considerando-se outros custos, isso significa que o trabalhador é explorado na alienação de sua força de trabalho, pois, na atividade produtiva, despense uma quantidade de trabalho muito maior do que a relativa ao salário que recebe. Significa que parte do trabalho é excedente à remuneração que recebe. Este trabalho excedente constitui o que Marx chamou de mais-valia. Assim, a mais-valia constitui uma das principais ou, talvez, a principal característica do sistema capitalista de produção, por meio da qual o capitalista expropria do trabalhador o único bem que lhe restou: a força de trabalho.

Um outro aspecto interessante é que, no capitalismo, a relação entre capital e trabalho é norteadada pela idéia de liberdade e justiça*. Esta idéia de liberdade do trabalhador e de justiça na relação entre capital e trabalho, expressada pela relação troca de força de trabalho por salário, é apenas aparente, mas muito cara ao sistema capitalista de produção, pois infunde no trabalhador a falsa sensação de que não está sendo explorado.

Mas, como observa Marx, no regime industrial moderno, o trabalhador não usufrui integralmente o resultado de seu trabalho, o que significa que é explorado. Além disso, devido às condições em que o exerce, o trabalhador acaba por não se reconhecer nos produtos que fabrica. O trabalho do indivíduo, no interior das fábricas, constitui-se numa espécie de trabalho parcial, em razão da extrema divisão a que é submetido, o que faz com que a cada trabalhador caiba apenas a realização de parte do que será o produto final.** Daí Marx afirmar que, na manufatura, não só o trabalho é dividido, mas o “próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial” (Marx, 1982: 412-13).

Neste sentido, o resultado final do trabalho não se identifica com nenhum dos trabalhadores envolvidos no processo. A este alheamento e estranhamento de que é passível o trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, Marx chamou de alienação.

Enfim, o trabalho exercido em más condições, mal remunerado, fragmentado, torna-se enfadonho, monótono e sem sentido. Esses fatores negativos, juntamente com os rigores da indústria moderna (horários rígidos, controle do ritmo das operações, relações autoritárias, etc.), fazem com que os trabalhadores sintam-se como que presos ao tédio das funções que exercem, e oprimidos por elas. O trabalho torna-se então o algoz do trabalhador que o exerce.

Na verdade, Marx, Durkheim e Weber, foram, de um modo mais geral, pensadores da modernidade e dos problemas próprios dela, e em seus escritos deixaram importantes contribuições para a interpretação da natureza da modernidade ocidental. Mas, segundo Giddens, cada um deles elegeu um elemento diferente que, na sua opinião, são os responsáveis pela dinâmica da modernidade. Para Marx, este elemento dinâmico é o capitalismo; para Durkheim, é o industrialismo e, no contexto deste, a divisão social do trabalho; e, para Weber, a tônica dos tempos modernos é a racionalização, “expressa na tecnologia e na organização das atividades humanas, na forma de burocracia” (Giddens, 1991: 21).

* O trabalhador é “livre” para dispor de sua força de trabalho e a relação que aí se estabelece é “justa” porque este trabalhador recebe um salário em troca.

** Um exemplo clássico de ofício submetido à divisão do trabalho é o de alfineteiro, citado por Smith na primeira página do Capítulo I de *Riqueza das Nações*.

Diz Giddens que, embora estes teóricos tenham elegido um elemento central diferente, no estudo e interpretação da modernidade, cada elemento representa algum papel, pois a modernidade, em sua opinião, é multidimensional no âmbito das instituições (Giddens, 1991). Sendo assim, uma ou outra dessas tradições teóricas encontrará maior e melhor aplicação, segundo a opção teórico-metodológica do pesquisador e da dimensão social que se deseja abordar.

Mas, se o elemento central que dá a tônica da modernidade varia, segundo as tradições teóricas acima referidas, um aspecto parece consensual: as constantes e cada vez mais radicais transformações que afetam as sociedades em contexto de modernidade.

Mas, enfim, o que é a modernidade; o que caracteriza o moderno? Segundo Cristovam Buarque, o termo moderno “Origina-se etimologicamente do latim *hodiernus*, que significa dos nossos dias, recente, atual, hodierno” (Buarque, 1991: 21). Assim, moderno é o atual em constante processo de atualização.

Esse processo de atualização, que é reflexivo (modernização reflexiva, segundo Giddens e Beck, entre outros), pode engendrar tanto coisas boas quanto ruins. Assim, o atual modelo de modernidade, levado a cabo nas sociedades ocidentais, orientado pela lógica do sistema capitalista de produção, não obstante os avanços e conquistas, tem gerado efeitos perversos no contexto dessas mesmas sociedades.

Dentre os diversos efeitos perversos criados no âmago das sociedades modernas, como, por exemplo, o acirramento da desigualdade social que, por sua vez, implica o empobrecimento e a exclusão de parte das populações no que respeita a determinados recursos essenciais, nos dedicaremos, neste estudo, particularmente, àqueles que vêm impactando o mundo do trabalho, provocando neste, mais especialmente a partir das últimas décadas do século XX, significativas transformações.

Tomando por base o início da modernidade (sécs. XV e XVI), talvez uma primeira transformação – no que se refere ao processo de trabalho na era moderna – seja o deslocamento de seu estatuto de obrigação servil para o de livre-assalariado, como vimos em Marx. Era fundamental para o sistema capitalista, em fase de germinação, que o trabalhador fosse livre num duplo sentido: primeiro, no de que não estivesse submetido a nenhum estatuto de servidão ou escravidão, isto é, que fosse o dono de si mesmo e, conseqüentemente, de sua força de trabalho, para dela dispor como bem quisesse; e, segundo, de que não possuísse quaisquer meios de produção, a não ser sua própria força de trabalho, que deveria ser vendida ao capitalista em troca de salário.

Uma segunda mudança que alterou a configuração do processo de trabalho foi a Revolução Industrial. Esta possibilitou o desenvolvimento da grande indústria capitalista, marcada inicialmente pela introdução de maquinaria nas fábricas e de outros recursos tecnológicos ligados à produção de energia: primeiramente, o vapor e, depois, a energia elétrica e outras. Com a Revolução Industrial, surgiram também novas formas de gerenciamento, que culminaram, no início do século XX, com o aparecimento de modelos de gerências científicas, com base em modernas inovações tecnológicas, como, por exemplo, a informática e a robótica. São exemplos paradigmáticos de gerências científicas o taylorismo e o fordismo, surgidos no início do século XX, e o toyotismo, cuja origem se situa mais nos fins desse século.

Há, ainda, um terceiro aspecto a ser considerado, que é a ocorrência, a partir dos fins do século XX, do que Lojkin chama de revolução informacional, resultante dos avanços das tecnologias de comunicação, ensejadora da criação de ambientes de redes (inclusive global), o que alterou completamente a relação espaço-tempo.

Tais transformações, engendradas pelo dinamismo das sociedades capitalistas modernas, alteram de forma reflexiva a configuração do mundo do trabalho. E, como já notara Marx, as transformações na dimensão do trabalho sempre tenderam para uma única lógica: a manutenção das taxas de lucro e a expansão do sistema capitalista, em detrimento do trabalho e, conseqüentemente, do trabalhador.

Aspectos tais como as más condições de trabalho, a exploração excessiva do trabalhador, o desemprego, o subemprego, etc., sempre estiveram presentes na história do trabalho nas sociedades capitalistas, com picos de aguçamento nos períodos de crise do sistema.

Mas, de uns tempos para cá, temos assistido a um acirramento dos aspectos acima citados, em virtude da radicalização das crises do sistema capitalista. A hipertrofia do desemprego, das desigualdades sociais, da precarização das condições e relações de trabalho e de outros problemas sociais, está em consonância com a lógica do sistema capitalista de produção. Mais particularmente, em relação ao desemprego e à precarização das condições e relações de trabalho, esses problemas devem-se, sobretudo, ao mais atual processo de reestruturação produtiva engendrado a partir das últimas décadas do século XX.

Assim, tanto a reestruturação quanto as conseqüências que dela decorrem são o reflexo da fase atual de crise estrutural do sistema capitalista sobre o mundo do trabalho. Esta reestruturação produtiva, entretanto, como afirmamos acima, visa a uma única lógica: a manutenção das taxas de lucro do capital, condição *sine qua non* para a manutenção do

próprio sistema. Aos capitalistas, pouco importa se, na dimensão do trabalho, tal reestruturação esteja provocando danos, às vezes irreversíveis, como, por exemplo, a desestruturação dos mercados de trabalho.

De um modo geral, as conseqüências do processo de modernização radical (Giddens) ou modernização tecnológica (Milton Santos) se fazem sentir tanto nos países ricos, de economias mais estáveis e com mercados de trabalho, pelo menos até a década de 1970, mais fortemente regulados (caso do Welfare State), quanto nos países pobres, cujo contexto caracteriza-se pelo contrário. Na verdade, os países subdesenvolvidos, além de mercados de trabalho ineficientemente regulados, possuem, como diz Milton Santos, as economias polarizadas em dois circuitos: um inferior e outro superior.

Mas, mesmo nestes países, “acostumados” com o desemprego e com a prática de atividades próprias do circuito inferior, as conseqüências desse processo de transformação estrutural sobre o mundo do trabalho se farão sentir talvez ainda com mais força, e suas principais formas de manifestação serão a expansão do desemprego estrutural e o aumento da precarização das relações e condições de trabalho, com destaque para o crescimento da informalização das atividades. Conseqüentemente, isto redundará, por sua vez, na expansão do chamado circuito inferior, constituído na sua grande maioria por atividades precárias e informais.

Este fato parece ser verificável no Brasil, país em que, concomitantemente ao crescimento do desemprego, temos assistido também a um progressivo crescimento da informalidade.

Em Goiânia, a informalidade começa a tornar-se perceptível já no final da década de 1970 e início dos anos 80, mas seu maior crescimento será constatado na década de 1990, período em que, de um modo geral, em todo o Brasil, se verificará um progressivo crescimento do desemprego.

Desse modo, assim como as demais capitais e regiões metropolitanas do país, também Goiânia verá proliferar em suas ruas e avenidas, já a partir da década de 1980, a figura do vendedor ambulante, do camelô, etc., que, insistindo em seu “ganha-pão”, são obrigados a enfrentar a repressão do poder público, materializada na ação dos fiscais e/ou policiais. Este enfrentamento resulta, em muitos casos, em apreensão das mercadorias e até prisões.

No decorrer da década de 1990 e início da década de 2000, a situação em Goiânia chegou a um ponto crítico, tendo exigido do poder público uma atenção especial para com a questão da informalidade. Daí que uma das questões centrais deste trabalho é justamente a de perceber e analisar a relação entre o poder público municipal de Goiânia e os trabalhadores

informais, sobretudo aqueles que atuavam no centro da cidade, aos quais se destinou o Projeto Mercado Aberto.

O fato de delimitarmos a pesquisa aos trabalhadores informais do centro da cidade tem suas justificativas. Se a abordagem e a mensuração do desemprego não se têm constituído em fácil tarefa*, o que dizer da informalidade que se apresenta como um fenômeno ainda mais fluido, genérico e heterogêneo? Se levarmos em conta que a informalidade, de um modo geral, tem se caracterizado por se constituir num amplo conjunto de atividades e formas de trabalho, os quais vão da simples oferta de bugigangas, num pedaço de calçada, ao jogo do bicho e narcotráfico, ou seja, vão do lícito (ou pelo menos permissível) ao ilícito, esta abordagem e mensuração tornam-se uma tarefa muito difícil. Assim, o termo informalidade, hoje, constitui algo muito impreciso, pois designa um conjunto de atividades demasiadamente amplo e heterogêneo. Deste modo, se tomarmos o conceito de informalidade em si mesmo, sem qualquer delimitação ou tipificação, em sua natureza *lato sensu*, certamente estaremos nos referindo a muita coisa, mas também a nada, ao mesmo tempo.

Neste sentido, só será possível justificar a informalidade como objeto de pesquisa se a submetermos a um rigoroso processo de delimitação e tipificação, o que implica, conseqüentemente, em escolhas. No que se refere à delimitação, nossa escolha recaiu sobre os trabalhadores informais do centro de Goiânia (ambulantes e camelôs), motivada pela ação do poder público municipal sobre a informalidade ali praticada, ação esta que resultou na constituição do chamado Projeto Mercado Aberto, como alternativa de alocação desses trabalhadores neste espaço físico. No que tange à tipificação, a informalidade de que ora tratamos neste estudo refere-se àquelas atividades desprotegidas e mais precarizadas, exercidas pelas camadas mais pobres da sociedade, o que chamaremos de baixa informalidade.

Partindo deste pressuposto, é que chegamos ao seguinte tema e também título desta pesquisa: *Trabalho Informal em Goiânia: Projeto Mercado Aberto*. O objetivo do presente estudo é analisar a informalidade nesta capital, seus fatores implicantes, bem como as ações do poder público municipal com relação a essa problemática, tendo por base as atividades laborais do grupo de trabalhadores informais do centro de Goiânia, hoje feirantes do Mercado Aberto.

* Tanto é que a pesquisa de desemprego, até então levada a cabo pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), apenas cobre seis capitais brasileiras.

Inicialmente, quando do processo seletivo para o ingresso no Curso de Mestrado em Sociologia (2003) da Universidade Federal de Goiás, apresentamos um projeto dentro da linha de pesquisa “Processos Sociais Urbanos”, cujo objeto era a informalidade em Goiânia como um todo. No entanto, alguns meses depois, com as primeiras medidas do poder público municipal em relação à informalidade no centro da cidade, que culminou na criação do Mercado Aberto e na transferência, para ele, da grande maioria dos trabalhadores informais que atuavam nas principais ruas e avenidas do Setor Central, resolvemos reformular nosso projeto que passou a ter o seguinte tema: trabalho informal em Goiânia: projeto Mercado Aberto. Como a linha de pesquisa “Processos Sociais Urbanos” deu lugar a outra, denominada “Sociologia do Trabalho”, nosso projeto passou a situar-se dentro da nova linha.

Do ponto de vista teórico-metodológico, primeiramente procuramos formar nossa base teórica de sustentação mediante um processo de leitura e fichamento de textos das obras que julgamos pertinentes à discussão.

Sem perder de vista a natureza sociológica de nosso trabalho, procuramos estabelecer um diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, que também compõem o campo das ciências sociais, tais como, por exemplo, a Economia, a Geografia e a História, com a convicção de que tais ciências muito teriam a contribuir para a discussão que ora propomos desenvolver neste trabalho.

Da Sociologia, propriamente dita, buscamos contribuições tanto nos autores clássicos quanto nos sociólogos contemporâneos. Assim, revelou-se de fundamental importância a leitura de obras ou trechos de obras de Marx que contribuíram, entre outros aspectos, para a discussão em torno do conceito de trabalho, sua transformação no sistema capitalista de produção, a lógica capitalista que contrapõe capital e trabalho.

Da sociologia contemporânea, entre outros autores, contamos com a contribuição de Anthony Giddens e, em especial, de sua obra *As Conseqüências da Modernidade*, de onde tomamos o conceito de “modernidade radicalizada” e de “modernidade reflexiva”, conceito que expressa o caráter e o grau de radicalidade atingido pelas sociedades modernas ocidentais na atualidade. Importante também, na discussão deste e de outros conceitos, foi a obra *Modernização Reflexiva*, em que Giddens dialoga com dois autores: Ulrich Beck e Scott Lash, tendo sido o primeiro aquele que mais especialmente contribuiu para a nossa discussão. O

conceito de “modernidade radicalizada” serviu como pano de fundo sobre o qual se desenvolveu toda a nossa discussão.

Entre os autores brasileiros trabalhados, destaque para Ricardo Antunes, de quem aproveitamos a noção de reestruturação produtiva e as conseqüentes transformações no mundo do trabalho, em nível de mundo e de Brasil: desemprego, desregulamentação, flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho. Quanto à noção de informalidade, trabalho informal, foi particularmente importante a contribuição de autores como Luiz Antonio Machado da Silva e Eduardo Noronha, entre outros.

Da Geografia, valemo-nos da contribuição, especialmente, de Milton Santos e sua teoria dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos, que procura exprimir a especificidade das economias urbanas desses países e explicar sua dinâmica. Essa teoria mostra que a economia dos países subdesenvolvidos – incluindo-se nesta categoria o Brasil – é caracterizada pela polarização das atividades econômicas num circuito moderno (superior) e num circuito – na falta de outra expressão – menos moderno (inferior), os quais, apesar da polarização, não são aspectos estanques.

Como o tratamento da informalidade passa necessariamente pela questão do urbano e, especificamente, pela questão da ocupação do espaço público, além de Milton Santos, recorreremos também a outros geógrafos, especialmente a Paulo César da Costa Gomes, sobretudo no que se refere à noção de espaço público e o recuamento deste em razão da apropriação por interesses particulares. A informalidade, neste caso, constitui, entre outras, uma das formas de apropriação do público pelo privado. Para este autor, o recuo do espaço público, por causa da apropriação privada, representa uma forma de recuo da cidadania, uma vez que a esse espaço o cidadão deixa de ter livre acesso.

Da Economia, são vários os autores que contribuíram para a nossa discussão. Como exemplo, citamos Paul Singer, Jorge Mattoso e Luiz Malaguti. Estes autores foram fundamentais no tratamento da realidade social brasileira como, por exemplo, no que diz respeito a questões como o desemprego, a formalidade e informalidade do mercado de trabalho no Brasil, etc.

De acordo com o exposto, essas foram algumas das principais contribuições teóricas ao nosso trabalho, pois vários outros autores e obras também tiveram grande importância, como comprovarão a leitura deste ensaio e, mais especificamente, as referências bibliográficas consignadas nas páginas finais.

Em relação aos procedimentos metodológicos, estes variaram. Transitaram da pesquisa bibliográfica à pesquisa de campo, com base na observação e na oralidade, além de

fundamentar-se também num amplo espectro de dados quantitativos conseguidos na Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal (SEDEM), no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

No IBGE e no DIEESE, pesquisamos dados gerais referentes ao desemprego, adquiridos já elaborados em quadros e tabelas ou como fontes sobre as quais elaboramos os quadros e tabelas de nossa autoria. Estes dados nos permitiram acompanhar a dinâmica do crescimento do desemprego no Brasil.

Na SEDEM, conseguimos dados mais particularmente relacionados ao trabalho informal em Goiânia, especialmente no que se refere à informalidade no Setor Central, bem como elementos específicos sobre o Mercado Aberto. Com o cruzamento dos dados sobre a informalidade e o desemprego em Goiânia, logramos perceber a relação entre os dois fenômenos, à luz da complementação teórica.

Dentre as fontes conseguidas na SEDEM, tivemos acesso a uma série de trabalhos, dados semi-elaborados e relatórios de pesquisas realizadas por esta Secretaria. Particularmente importantes, os seguintes trabalhos (pesquisa/documento): *Perfil Sócio-econômico dos Vendedores Ambulantes – Região Central – Goiânia / 2001* (sic), que nos abasteceu com dados relativos ao perfil socioeconômico dos trabalhadores informais, atuantes no centro de Goiânia antes da construção do Mercado Aberto, permitindo-nos conhecer um pouco da história destes trabalhadores; *Análise de Averiguação – Mercado Aberto / 2003*, sobre, particularmente, os feirantes que trabalham com mercadorias oriundas do ramo da confecção têxtil; *Impacto Sócio-econômico do Mercado Aberto da Av. Paranaíba / 2004*, trabalho realizado em junho e julho do ano referido no título, apresentando os primeiros impactos do M.A.* no cotidiano de trabalho dos ex-ambulantes.

Tivemos acesso também a alguns decretos municipais que tratam da questão da tentativa do poder público municipal de regulamentar a prática da informalidade no município, dentre os quais, aquele que instituiu o M.A. como espaço alternativo às ruas e avenidas, onde os trabalhadores informais do centro da cidade pudessem continuar trabalhando (Decreto nº 1.287, de 1º de julho de 2002).

Como afirmamos acima, delimitamos o tema de nossa pesquisa aos trabalhadores informais do centro de Goiânia, e nosso universo de pesquisa empírica ao Projeto Mercado

* Abreviação doravante usada para designar Mercado Aberto.

Aberto (trabalhadores transferidos para o M. A. e parte dos representantes dos segmentos sociais envolvidos em sua constituição).

Mas, não obstante esta delimitação, que, do ponto de vista do recorte temporal, se refere apenas aos anos de 2001 a 2004, pesquisamos um pouco da história da informalidade em Goiânia, pelo menos desde a década de 1980. Para levantar este histórico, recorremos a matérias jornalísticas sobre a informalidade, publicadas nos jornais locais, tais como **O Popular**, **Diário da Manhã** e **Gazeta Popular**, entre outros.

Quanto ao nosso objeto empírico de pesquisa, ou seja, o Projeto Mercado Aberto, acompanhamos o seu processo de constituição desde o princípio: sua construção, a transferência dos trabalhadores e os primeiros impactos. Depois da transferência dos trabalhadores ambulantes para o M.A., freqüentemente fazíamos incursões informais naquele lugar, com o objetivo de perceber a realidade cotidiana dos trabalhadores alocados ali.

O grupo de trabalhadores informais, tomado como universo da pesquisa empírica, é constituído de, mais ou menos, 1.300 trabalhadores. Como já explicitado, trata-se, na grande maioria, dos trabalhadores informais que atuavam nas ruas e avenidas do centro de Goiânia. São trabalhadores que se enquadravam na categoria de vendedores de rua, popularmente conhecidos por ambulantes ou camelôs*, mas que, uma vez transferidos para o M.A., passaram a ser definidos como feirantes. Esta denominação (feirante) deve-se ao fato de que o Mercado é regido pelo mesmo decreto que regulamenta as feiras livres e especiais de Goiânia, o Decreto nº 2.834, de 30 de julho de 2001.

Assim, nos disse Dilma:** “as normas é de feirante, é cadastrado como tal e rege com alguma diferenciação dos outros (feirantes)”. Então, ainda segundo Dilma, o trabalhador do M.A. é um feirante, mas um feirante atípico, pois a feira convencional e até mesmo as feiras especiais ocorrem em um ou outro dia da semana, e não durante toda a semana, de segunda a

* Num pequeno artigo de Mário Theodoro e Christiane Nunes, o comércio de rua é concebido pelos autores como constituído de três subcategorias:

— o comércio fixo: dotado de instalações físicas mínimas que lhe possibilitem a manutenção de um espaço permanente de instalação; em geral são bancas, quiosques ou barracas;

— o comércio ambulante: possui uma dotação de equipamentos móveis que lhe permite alterar os locais de venda em função das condições do mercado; trata-se em geral de carrocinhas, kombis, vans ou caminhões;

— o comércio de rua, sem instalação física nem equipamentos móveis; trata-se do conhecido camelô, que em geral comercializa apenas um tipo de produto” (Theodoro e Nunes, 2003: 42).

** Dilma Pio de Santana, Assessora Chefe de Planejamento da SEDEM, na gestão 2001-2004.

sábado, como acontece ali, no Mercado. Mas seja como for, o fato é que, de acordo com Dilma e Selmira*, a terminologia mais apropriada para estes trabalhadores é a de feirante.

Procuramos, com nossa pesquisa, ouvir 170 feirantes, aos quais aplicamos um questionário com dez (10) questões abertas e/ou fechadas, respondido na presença do pesquisador (íamos perguntando e relatando as respostas na hora). A adoção deste procedimento (de o entrevistado responder ao questionário na hora) deveu-se ao fato de, dias antes, ter sido frustrada uma primeira tentativa de aplicação de um questionário com a orientação de que os feirantes poderiam levá-los (os questionários) para casa, responder e trazê-los em seguida. Apesar de explicados, oralmente e por escrito, os termos e de que se tratava a pesquisa, e de determinado três pontos de recolhimento dos questionários, dentro do próprio mercado, somente retornaram 9 dos 165 questionários aplicados. Por isso, tivemos de aplicá-los novamente, recolhendo na hora as informações. Este novo questionário apresentou poucas diferenças em relação ao primeiro, seja no que se refere à introdução de novas questões, seja no que respeita à quantidade (em vez de 165, aplicamos 170 questionários).

O levantamento de dados com os representantes dos segmentos sociais que também compuseram nosso universo de pesquisa, uma vez escolhidos aqueles mais envolvidos no Projeto Mercado Aberto – Associação Centro Vivo, Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal (SEDEM), Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal de Goiânia (SINCATEI) – efetivou-se por meio da técnica de entrevistas pré-estruturadas, com a elaboração de um roteiro de questões que variava de acordo com o que queríamos saber do entrevistado. Entrevistamos cinco pessoas e todas as entrevistas foram gravadas em fitas cassete, transcritas posteriormente.

Os dados obtidos com os questionários e as entrevistas, depois de organizados, foram submetidos à análise de natureza prioritariamente qualitativa. As questões que constituíram o questionário serviram, na ordem mesma em que foram distribuídas, de roteiro para a discussão. Os dados oriundos das entrevistas com os representantes das instituições, por sua vez, permearam toda a discussão, não ficando restritos apenas aos capítulos relativos à pesquisa empírica.

* Selmira de Oliveira Cândido Castro, diretora de Departamento de Controle das Atividades Informais da SEDEM, na gestão 2001-2004.

A discussão desenvolvida neste trabalho está distribuída em quatro capítulos, os quais apresentaremos resumidamente a seguir.

No Capítulo I, discutimos o conceito de modernidade e seu atual caráter de reflexividade e radicalidade. Acolhemos aqui o ponto de vista de Anthony Giddens, segundo o qual “... estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (Giddens, 1991: 13). Defendemos, então, o fato de que estas conseqüências da modernidade (radicalizada), não obstante perversas, também se fazem sentir sobre o mundo do trabalho, e procuramos, em vista disso, perceber suas formas de manifestações nele.

O elemento dinâmico desse processo de radicalização da modernidade, como já acreditava Marx, é certamente o sistema capitalista, mas com destaque para as inovações tecnológicas, sobretudo para as tecnologias da informação e para o próprio caráter das relações sociais globalizadas.

Ao longo de nossa discussão, tentaremos demonstrar as relações entre as crises do sistema capitalista de produção e os processos de reestruturação produtiva desenvolvidos para superar os períodos de crise. Assim, as reestruturações produtivas (em seu processo) podem ser entendidas como novas formas de organização da produção, com vistas a manter ou aumentar as taxas de lucro do capital, e são viabilizadas graças ao constante desenvolvimento de novas tecnologias, somadas também a novas formas de gerenciamentos. Nesta perspectiva, discutimos o papel das gerências científicas, com destaque para os três exemplos mais emblemáticos deste processo ao longo do século XX: o taylorismo, o fordismo e o toyotismo.

Ao finalizar este capítulo, procuramos perceber, ainda, qual a relação existente entre o desemprego e a desestruturação dos mercados de trabalho e a relação destes com o processo de reestruturação produtiva, dado que, sob a lógica do sistema capitalista, essa (reestruturação), em virtude dos recursos tecnológicos, tende a poupar cada vez mais o trabalho humano (redução da oferta de empregos) ao mesmo tempo em que não evita poupar os trabalhadores de ficarem sem trabalho. Assim, toda forma de reestruturação produtiva, sob a lógica do capital, acaba originando efeitos maléficos sobre o trabalho, sendo os chamados modelos de produção flexível a expressão mais radical do atual processo de reestruturação produtiva.

No Capítulo II, analisamos as conseqüências da modernidade radicalizada nos países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento), especialmente no Brasil. Começamos a discussão a partir da teoria dos dois circuitos da economia, de autoria de Milton Santos, que expressa a dinâmica das economias urbanas dos países subdesenvolvidos. São circuitos

econômicos que resultam, segundo o autor, de um mesmo fenômeno, o qual denomina modernização tecnológica. Em seguida, procuramos desenvolver breve discussão em torno do conceito de informalidade, de uma maneira mais geral, para depois passarmos ao tratamento desta, especificamente no Brasil. Desta feita, procuramos apreender como a informalidade tem sido conceituada aqui, no país, bem como analisar sua correlação com o desemprego, a partir da realidade brasileira.

Finalizamos o capítulo, descrevendo um breve histórico da informalidade urbana em Goiânia a partir da década de 1980. Para este levantamento histórico, contamos, sobretudo, com fontes de natureza jornalística (matérias veiculadas pelos principais jornais impressos de Goiânia). Fechamos a discussão apresentando e discutindo alguns dados relativos aos trabalhadores informais do Setor Central desta capital. Dentre as fontes que serviram a este propósito, destacamos a pesquisa *Perfil Sócio-econômico dos Vendedores Ambulantes da Região Central*, elaborada pela SEDEM, a partir de dados coletados no ano de 2001, já tendo em vista o processo de alocação dos trabalhadores ambulantes no Mercado Aberto.

No Capítulo III, tratamos mais especificamente do objeto empírico de nossa pesquisa: o Mercado Aberto, propriamente dito. Num primeiro momento, fazemos a apresentação deste, informando sua localização, descrevendo sua estrutura física e funcionamento. Depois, passamos a tratar do processo de alocação dos trabalhadores informais no Mercado, procurando perceber como se deu este processo. E, na última parte desse capítulo, tomando como base alguns dados fornecidos pela SEDEM, colhidos numa pesquisa intitulada *Impactos Sócio-econômicos do Mercado Aberto da Av. Paranaíba*, realizada em junho e julho de 2004, apresentamos um pouco da realidade dos trabalhadores-feirantes instalados no Mercado, mais ou menos um ano após a criação deste. Procuramos, nessa altura, já fazer alguns cruzamentos de dados com a pesquisa anteriormente citada (o perfil socioeconômico dos vendedores ambulantes da região central da cidade), trabalhada no final do capítulo anterior, no intuito de conhecer melhor o impacto do M.A. no cotidiano dos trabalhadores.

No Capítulo IV (o último deste estudo), apresentamos os resultados da pesquisa de campo, de nossa iniciativa, realizada com os feirantes do M. A., por meio da aplicação de um questionário preenchido no ato da entrevista. Os representantes de instituições, que estiveram mais diretamente envolvidos no processo de criação do Mercado, foram ouvidos em entrevistas. Os dados coletados nesta pesquisa, e apresentados nesse capítulo, dizem respeito, evidentemente, também aos impactos do M.A. Mas, além disso, e talvez seja este o seu foco mais central, com ela (pesquisa) procuramos apreender as relações de convivência ali estabelecidas, tanto entre os próprios feirantes quanto destes com o poder público municipal,

que também ali se encontra presente cotidianamente e, ainda, tentamos mostrar como o M. A. é visto hoje por todos estes agentes, depois de quase dois anos de funcionamento.

CAPÍTULO I

1 - AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIDADE RADICALIZADA SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança.

(David Harvey, A Condição Pós-Moderna)

A era moderna que, de certa forma, coincide, se não com a gênese, certamente, porém, com o desenvolvimento progressivo do sistema capitalista, apresenta determinadas características que a diferencia enfaticamente de qualquer outra forma de organização societal precedente. Giddens, logo após indagar “O que é modernidade?”, dá ele mesmo a seguinte resposta à questão que se propôs: “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (Giddens, 1991: 11).

Se Giddens e outros sociólogos situam a modernidade a partir do século XVII, há, no entanto, autores como Milton Santos, por exemplo, que acreditam ser necessário recuar um pouco mais no tempo, para situar a demarcação da gênese dos tempos modernos. Assim, o marco inicial da modernidade, para este autor, situa-se entre o fim do século XV e o início do XVI. Para ele, a modernidade pode ser dividida em três grandes períodos, como explica no trecho a seguir:

(...) um que começa no fim do século XV e início do século XVI e que vai até a revolução industrial; o segundo, que se situa entre meados do século XVIII e meados do século XX (mas cujos efeitos se fazem sentir principalmente depois de 1870); e o período atual, que se inicia depois da Segunda Guerra Mundial. Esses períodos são marcados por três grandes revoluções: a grande revolução dos transportes marítimos; a revolução industrial (antes de 1870) e a de seus suportes (depois de 1870); e a revolução tecnológica. (Santos, 1979: 26)

Nesta linha de pensamento, estamos hoje vivendo uma fase da modernidade denominada por Santos “modernidade tecnológica”, fase esta que, em Giddens, é definida

como modernidade radicalizada ou reflexiva. Esta divisão da modernidade em períodos é um pouco mais simplificada em Giddens e Beck. Estes autores distinguem, na modernidade, dois momentos ao longo de seu decurso histórico. O primeiro momento caracteriza-se por um tipo de modernização simples, ortodoxa, em que a tradição ainda era capaz de exercer uma influência preponderante sobre a vida social; o segundo caracteriza-se por uma nova forma social mais destradicionalizada, dinâmica e, até mesmo, contraditória que, em virtude destes e de outros aspectos, estes autores denominam modernização reflexiva (Beck, Giddens...), modernidade radicalizada ou alta modernidade (Giddens).

Sobre a noção de modernização reflexiva, diz Beck:

Modernização reflexiva significa a possibilidade de uma (auto) destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial. O “sujeito” dessa destruição criativa não é a revolução, não é a crise, mas a vitória da modernização ocidental. (...) (...) Este novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva. (Beck, 1997: 12)

Desta citação de Beck, além da expressão do pensamento do autor sobre o que é a modernização reflexiva, é possível deduzir que o marco divisor de um estágio dos tempos modernos para o outro é o industrialismo, fato responsável pela inauguração de uma nova fase do sistema capitalista de produção, a fase do capitalismo industrial. O trecho a seguir elucida melhor este ponto: “... a modernização simples (ou ortodoxa) significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais tradicionais pelas formas sociais industriais, então a modernização reflexiva significa primeiro a desincorporação e, segundo, a reincorporação das formas sociais industriais por outra modernidade” (Beck, 1997: 12).

Como sugerem as palavras de Beck, a modernização reflexiva tem constituído uma fase da história marcada pela indeterminação (“outra modernidade”?!). Daí o fato de que incorrem em erros, ligados sobretudo a uma inconsistência conceitual, aqueles que afirmam que já nos deslocamos para um estágio pós-industrial ou pós-moderno: se, por um lado, o industrialismo não constitui mais o centro dinâmico do sistema capitalista, por outro, nem de longe, lhe é dispensável, pois, em maior ou menor grau, o que temos é ainda uma sociedade produtora de mercadorias*. De acordo com Antunes,

* Mercadoria aqui deve ser entendida num sentido mais amplo, não se tratando apenas de produtos materiais, mas também de produtos simbólicos.

Se já parece obsoleto falar na “teoria dos três setores” (Lojkine, 1995), dada à enorme interpenetração entre as atividades industriais, agrícolas e de serviços (de que são exemplos as expressões “agroindústria”, “indústria de serviços”, “serviços produtivos”), também soa estranho, num país como o Brasil, falar-se abstratamente em sociedade pós-industrial. Para não falar em fim do trabalho. (Antunes, 2004: 14)

Neste sentido, é possível afirmar que, de certa forma, as demais modalidades de atividades econômicas (agrária, comércio, serviços,...), inclusive as ligadas ao chamado setor informal, ainda estão, direta ou indiretamente, vinculadas ao setor de produção de mercadorias: seja no que se refere ao fornecimento de matéria-prima; seja no que respeita à circulação física dos produtos; seja no que tange à produção e veiculação de campanhas de marketing publicitário; ou, em última instância, quer no que concerne aos consumidores finais dos produtos industrializados. Além do mais, pós-moderno, pós-industrial, são conceitos que, para se tornarem inteiramente válidos, teriam que designar uma realidade completamente diferente dessa que conhecemos por moderna, o que parece ainda não ser possível afirmar. Como diz Giddens, podemos ver mais do que relances de novos modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas, mas ainda não nos deslocamos para além da modernidade. Estamos vivendo, isto sim, em sua fase mais radicalizada (Giddens, 1991).

O conceito de modernidade reflexiva em Giddens e Beck, apesar de designar a mesma realidade – a fase de radicalização da modernidade –, não é entendido substancialmente da mesma forma pelos dois autores. Para Beck, o conceito de modernização reflexiva “... não implica (como pode sugerir o adjetivo “reflexivo”) *reflexão*, mas (antes) *autoconfrontação*” (Beck, 1997: 16). O autor argumenta que o deslocamento do

período industrial para o período de risco da modernidade ocorre de forma indesejada, despercebida e compulsiva no despertar do dinamismo autônomo da modernização, seguindo o padrão dos efeitos colaterais latentes. (...). Ela [a sociedade de risco] surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças (Beck, 1997: 16).

Já, para Anthony Giddens, “A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. E continua: “O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a

suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão” (Giddens, 1991: 45-46).

Desta forma, se, para Beck, o conceito de modernização reflexiva não implica necessariamente reflexão, por ser esta fruto de um processo autônomo, surdo e cego, para Giddens implica não só a reflexão como também a reflexão sobre a própria reflexão, uma espécie de dupla hermenêutica.

No entanto, se neste aspecto são divergentes, em outros tendem a convergir. Por exemplo, ambos concordam que a modernidade reflexiva representa um estágio da humanidade marcado por um processo de radicalização do modo de ser das sociedades modernas, em parte instigado pelo contexto de globalização. Os dois autores também afirmam que a noção de radicalização da modernidade conduz a um novo conceito, ao conceito de sociedade de risco, que “designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial” (Beck, 1997: 17).

Assim, este conceito de sociedade de risco, embora possa até passar despercebido, designa uma realidade: o aumento dos riscos. Desta forma, o aumento dos riscos constitui uma das principais conseqüências da modernidade radicalizada. Giddens, por exemplo, aponta quatro possibilidades do que chama de “riscos de alta-conseqüência da modernidade”: o colapso dos mecanismos de crescimento econômico; o crescimento de poder totalitário; conflito nuclear ou guerra de grande escala; deterioração ou desastre ecológico.

Estes, no entanto, são exemplos de riscos de grandes proporções que, para os propósitos deste trabalho, não apresentam interesse.

Nossa intenção é discutir os problemas engendrados pela modernidade tecnológica (Santos) e/ou radicalizada (Giddens), especificamente aqueles relacionados à esfera do trabalho, quais sejam: a reestruturação produtiva e, conseqüentemente, o desemprego estrutural; a flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho.

Esse caráter radical dos tempos modernos é próprio das sociedades capitalistas contemporâneas. A radicalização referida está ligada, pelo menos em parte, às crises do sistema capitalista e à conseqüente tentativa de superação delas. O capitalismo, segundo Giddens, pode ser definido como sendo “um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade, esta relação formando o eixo principal de um sistema de classes” (Giddens, 1991: 62). Ainda de acordo com o autor, as sociedades capitalistas possuem diversas características específicas, como demonstra a seguir:

Em primeiro lugar, (...) A natureza fortemente competitiva e expansionista do empreendimento capitalista implica que a inovação tecnológica tende a ser constante e difusa. Em segundo lugar, a economia é razoavelmente distinta, ou “insulada” das outras arenas sociais, em particular das instituições políticas. [Esta distinção, esta insulação, não significam, porém, de modo algum, que as arenas sociais sejam rigidamente estanques, como o restante da citação comprova]. (...). Em terceiro lugar, a insulação do estado e da economia (...) se fundamenta sobre a preeminência da propriedade privada dos meios de produção. (...). Em quarto lugar, a autonomia do estado é condicionada, embora não determinada num sentido forte, pela sua dependência da acumulação do capital, sobre a qual seu controle está longe de ser completo. (Giddens, 1991: 62)

Assim, tendo em vista estas características, vê-se que a tendência do sistema capitalista é a radicalização dos processos produtivos através, sobretudo, da constante inovação tecnológica, extensiva e intensivamente difundida, que, por sua vez, influencia as demais dimensões sociais.

Talvez pudéssemos acrescentar às quatro características acima apresentadas, uma quinta. Esta quinta característica do sistema capitalista poderia ser a tendência ao acirramento, à radicalização do processo de urbanização. Assim, a nosso ver, o conceito de modernidade radicalizada designa também este processo de hiperurbanização das sociedades, sobretudo no último século, o século XX. Claro que, na maioria dos países do Primeiro Mundo, mesmo antes do século passado, o processo de urbanização já se encontrava bastante desenvolvido. Mas, em se tratando dos países subdesenvolvidos ou, em outros termos, em desenvolvimento, emergentes, o século XX constitui um marco importante no processo de desenvolvimento da urbanização. O urbano constitui, então, o *locus* privilegiado da dinâmica do sistema capitalista de produção, a instância em que também, mais severamente, reproduzem-se os efeitos das crises do capitalismo.

Como todos sabemos, essa dinâmica, desde sua origem, é marcada pela alternância de fases de intenso crescimento e acumulação de capital e fases de crises conjunturais e/ou estruturais virulentas. Entretanto, graças à sua versatilidade, sempre que surgem as fases críticas de crises, o sistema capitalista procura superá-las por meio de um “auto-reajustamento”, utilizando-se, para isto, dos mais diversos mecanismos, a fim de manter ou aumentar os níveis de lucro e acumulação.

A fase de crise mais recente do sistema capitalista, eclodida no início da década de 1970, a qual David Harvey chama de a primeira grande recessão do pós-guerra, iniciada em 1973 com a chamada crise do petróleo, que significou o início do colapso do sistema keynesiano de intervenção e regulação da economia pelos Estados, tem sido caracterizada

como uma crise de natureza estrutural. Segundo Antunes: “Essa crise estrutural fez com que, entre tantas outras conseqüências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital [leia-se reestruturação da produção ou reestruturação produtiva], com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo, que (...) afetou fortemente o mundo do trabalho” (Antunes, 2001: 35-36).

Conforme Antunes, a crise estrutural do sistema capitalista engendrou um processo de reestruturação da produção, com impacto direto no mundo do trabalho, sobretudo na configuração dos mercados de trabalho. Como o objetivo principal do processo de reajuste é dar novo fôlego ao sistema capitalista, para dar continuidade à lógica de acumulação, pouco interessa se os efeitos serão ou não negativos ao trabalho e àquele que o exerce, o trabalhador.

No que se refere ao conceito de reestruturação produtiva, este tem sido utilizado mais apropriadamente para designar a resposta dada pelo sistema capitalista a essa fase mais recente de sua crise. Na verdade, toda vez que, ao longo da história, o sistema capitalista se viu frente a crises e, conseqüentemente, à necessidade de superá-las, uma das principais formas de resposta foi o estabelecimento de um processo de reestruturação produtiva. Assim, talvez seja mais apropriado falarmos em reestruturações produtivas, resguardadas, logicamente, as especificidades contextuais, não apenas no que se refere ao tempo, mas também ao espaço.

No que diz respeito ao tempo, a reestruturação produtiva do início do século XX, baseada no taylorismo e no fordismo, foi diferente desta, engendrada no final do mesmo século (XX), com base nos modelos de produção e acumulação flexíveis, ou seja, o toyotismo.

Da mesma forma, do ponto de vista espacial, os processos de reestruturação produtiva engendrados nos países desenvolvidos guardam, em certos aspectos, significativas diferenças daqueles ocorridos nos países subdesenvolvidos. O texto seguinte pretende, de alguma forma, aprofundar esta discussão.

1.1 – CRISES DO CAPITALISMO E REESTRUTURAÇÕES PRODUTIVAS

Embora, usualmente, os teóricos contemporâneos empreguem a locução “reestruturação produtiva”, apenas para designar as alterações do processo produtivo a partir das últimas décadas do século XX (período de ascensão dos modelos flexíveis de produção),

pensamos não incorrer em erro se afirmarmos que a primeira reestruturação produtiva significativa na era capitalista foi aquela, engendrada pela Revolução Industrial, ainda no século XVIII, que teve como berço de nascedouro a Inglaterra. Metrópole líder do processo de acumulação primitiva do capital, foi aí, em primeiro lugar, que se apresentaram as condições favoráveis para que se processasse essa revolução, condições tanto materiais quanto sociais, diga-se de passagem.

Sobre esta questão, afirma Cláudio Katz:

A Grã-Bretanha (...) foi o cenário do modelo mais conhecido de conversão do camponês despossuído de sua terra em operário, e da transformação do artesão em assalariado, uma vez que seus conhecimentos específicos foram neutralizados. Esta primeira e segunda expropriação dos trabalhadores foi acompanhada do êxodo rural para as cidades e da pauperização destas mesmas cidades. Ambos os processos alimentaram a formação da força de trabalho, que protagonizou a passagem da cooperação simples à manufatura e em seguida à grande indústria. (Katz, 1995: 12-13)

O autor deixa claras as condições que serviram de base para a eclosão da Revolução Industrial que, desde sua primeira fase, com a invenção da máquina a vapor, passa a incorporar e a desenvolver, cada vez mais, os recursos tecnológicos, convertendo-os num dos aspectos centrais de desenvolvimento do processo produtivo.

Um outro aspecto central do processo capitalista de produção diz respeito à questão da gerência. É bem verdade que, segundo Braverman, o controle de turmas grandes de trabalhadores, reunidos para a realização de um determinado ofício (gerência), antecede à fase capitalista de produção, de modo que, nas sociedades da Antiguidade, bem como nas formações feudais, já havia casos em que grande número de trabalhadores se reunia sob uma direção única – a do gerente. Mas há diferenças substanciais entre estas formas de gerência pré-capitalistas e a forma de gerência estabelecida no sistema capitalista.

Sobre as formas pré-capitalistas de gerência, diz Braverman: “Esses predecessores, todavia, empreendiam, sob condições escravistas ou outras formas de trabalho cativo, tecnologia estacionária e ausência da necessidade capitalista de expandir cada unidade de capital empregado, e deste modo era marcadamente diferente da administração capitalista” (Braverman, 1981: 65).

Na seqüência, o autor contrapõe a estas formas pré-capitalistas de gerência, a gerência capitalista e sua especificidade.

O capitalista, porém, lidando com o trabalho assalariado, que representa um custo para toda hora não produtiva, numa seqüência de tecnologia rapidamente revolucionadora, para a qual seus próprios esforços necessariamente contribuíram, e espicaçado pela necessidade de exibir um excedente e acumular capital, ensejou uma arte inteiramente nova de administrar, que mesmo em suas primitivas manifestações era muito mais completa, autoconsciente, esmerada e calculista do que qualquer coisa anterior. (Braverman, 1981: 66)

Assim, se a gerência já era praticada anteriormente ao sistema capitalista, torna-se imprescindível neste. Ainda, de acordo com este autor, o conceito que está na base de qualquer forma de gerência é o conceito de controle. Desta forma, os sistemas de gerência visam, antes de tudo, ao controle dos trabalhadores e de todo o processo de produção, e este controle, por sua vez, visa, como assinala Braverman, a criar condições de expansão do excedente e acumular sempre mais capital.

A tecnologia e a gerência no interior do processo produtivo pressupõem a alteração de um terceiro elemento caro, sobretudo, à grande indústria: a divisão do trabalho. Quanto mais avançados os recursos tecnológicos e as técnicas de gerência, mais especializadas tendem a ser as tarefas empreendidas pelos trabalhadores, principalmente no ramo industrial.

Mas se, já nos séculos XVIII e XIX, o processo produtivo sofreu transformações substanciais, tanto no que se refere ao desenvolvimento e uso da tecnologia, quanto no que respeita às formas de gerência, foi, entretanto, no decorrer do século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, que o termo reestruturação produtiva alcançou o auge de sua significância.

A aplicação da ciência à produção não é originária do século XX, e tal aplicação se estenderá para além da tecnologia de instrumentação das fábricas, ou seja, estender-se-á à gerência. Desde os primórdios da Revolução Industrial, o desenvolvimento do conhecimento científico esteve relacionado à projeção e fabricação de maquinaria destinada a dividir espaço com os trabalhadores no interior das fábricas. Mas, foi bem mais tarde, sobretudo no começo do século XX, que a organização do trabalho e da produção passaram a incorporar, intensiva e extensivamente, a ciência em todas as dimensões de seu processo* .

A partir daí é que surgem termos tais como “gerência científica” ou “organização científica do trabalho”. Isto porque a ciência passa a ser empregada não só na projeção e construção de equipamentos tecnológicos, com o objetivo de instrumentalizar as fábricas, mas também na

* Mas, este fato, não deve ser entendido como algo generalizado, nem mesmo tendo por referência o conjunto dos países ricos.

concepção e execução de novas formas de gerenciamento. São frutos deste processo, por exemplo, os modelos produtivos classicamente denominados taylorismo e fordismo e, mais tarde, os chamados modelos flexíveis, que têm no toyotismo japonês seu maior expoente.

Enfim, sumariando esta parte da discussão e ao mesmo tempo justificando o porquê de termos estabelecido, neste subtítulo, a locução “reestruturação produtiva” no plural (“reestruturas produtivas”), acreditamos ser possível demarcar, ao longo da história do capitalismo ocidental, pelo menos três momentos de distintas e profundas transformações nos processos produtivos que justificam nossa tese de que, ao longo de toda sua história, o sistema capitalismo, sempre que ameaçado por crises, deu origem a processos de reestruturas produtivas, a fim de superá-las, restabelecendo novamente seu vigor.

O primeiro destes momentos é aquele relativo ao período da primeira Revolução Industrial, que inaugurou a era das fábricas, da grande indústria, da maquinaria, da difusão do trabalho assalariado, etc.; o segundo, foi o momento da ascensão dos chamados modelos de acumulação rígidos: taylorismo e fordismo, marcados pela introdução e/ou difusão da linha de montagem, do tempo cronometrado, o acirramento da divisão das tarefas, etc.; e um terceiro momento, marcado, por sua vez, pelo surgimento dos chamados modelos flexíveis de produção, a exemplo do toyotismo, cujas características serão apresentados na seção seguinte.

Assim, dando seqüência a esta discussão, vejamos agora em que consistem estes principais modelos de produção e acumulação de capital que são, na sua essência, também formas de gerências científicas.

1.1.1 – Taylorismo/Fordismo e Toyotismo

Os dois primeiros modelos de produção em questão (taylorismo/fordismo) surgem, pode-se dizer, concomitantemente, por volta dos primeiros anos do século XX. Segundo David Harvey, “A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearborn, Michigan” (Harvey, 1992: 121). As idéias de Taylor, por sua vez, já tinham sido publicadas havia mais ou menos três anos, ou seja, em 1911. Não são modelos puros que se excluem ou se sucedem, mas que, pelo contrário, amalgamam-se numa relação de complementaridade, dando origem a um mesmo processo produtivo, como diz Antunes. Senão, vejamos:

Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, “suprimindo” a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. (Antunes, 2001: 37)

Deste modo, como formas de gerências científicas, estes modelos visam a submeter, ainda mais, o trabalho ao capital. A essência deles, sem dúvida, reside no controle patronal sobre o trabalhador e sobre todo o processo de trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, as taxas de lucro.

A convergência entre taylorismo e fordismo não quer dizer que, do ponto de vista conceitual, sejam a mesma coisa. Cada modelo apresenta características que lhe são singulares. Assim, o taylorismo, de acordo com Gerardo, pode ser definido como “um método de organização científica do trabalho que, por meio de uma racionalização da produção pela eliminação de tempos gastos desnecessariamente e supressão de movimentos supérfluos, busca um aperfeiçoamento da divisão do trabalho no interior da fábrica” (Arruda apud Carleial e Valle, 1997: 104). De Masi elenca, a seguir, os seis princípios constituintes do taylorismo: “a padronização dos produtos, dos processos e das necessidades; a especialização das competências e das funções; a sincronização dos horários; a centralização dos poderes e das informações; a concentração dos recursos, das atividades e das pessoas; a tendência ao gigantismo das corporações” (De Masi, 1999: 44).

Este método possibilita ampliar a produtividade, ao mesmo tempo em que reforça o controle sobre o trabalhador. Seu emblema característico é o cronômetro, rígido marcador do tempo necessário para a realização de determinada tarefa, e ao qual o trabalhador deveria obedecer fielmente.

O fordismo, por sua vez, consiste em introduzir a chamada linha de montagem, processo que “permite que o trabalho se desloque até o operário em vez de o operário ir ao encontro do trabalho” (Arruda apud Carleial e Valle, 1997: 108). Este modelo de produção certamente se valerá dos princípios do taylorismo, aperfeiçoando-os e pondo-os em prática. Tal método disciplina o trabalhador, impondo-lhe o ritmo de trabalho desejado pelo patrão, além de eliminar os tempos mortos como, por exemplo, o tempo de deslocamento do operário até o objeto de trabalho. A marca característica deste modelo é a produção em série de produtos homogêneos – produção em massa.

Os dois modelos (taylorismo/fordismo), conjugados, tinham por objetivo conseguir fazer com que o capitalismo superasse a crise por que vinha passando desde o final do século XIX. Nascidos no alvorecer do século XX, estes modelos de produção foram predominantes, pelo menos, durante três quartos do século em que surgiram. No entanto, de acordo com Antunes, tal padrão produtivo começa a mostrar sinais de esgotamento já a partir do final dos anos de 1960 (Antunes, 2001). Este fato, certamente, seria um indicativo de que nova crise do sistema capitalista não tardaria a se manifestar, como de fato ocorreu, já nos primeiros anos da década de 1970.

Na base dessa nova fase da crise do capital, podem ser identificados três aspectos centrais: 1) o acirramento da concorrência intercapitalista dos grupos monopolistas dos países centrais, em virtude do processo de globalização que engendra nova dinâmica ao processo concorrencial; 2) o rompimento da classe trabalhadora com o compromisso fordista/taylorista, incapaz de satisfazer os anseios da nova geração de trabalhadores que não estavam, como os trabalhadores da geração anterior, dispostos a continuar submetidos a um regime de trabalho despótico, em troca, apenas, de um suposto maior poder de compra dos salários, além do fato de que o modelo não mais permitia condições de aumento do lucro, como esperavam os capitalistas; 3) a crise do modelo de Estado do bem-estar social, o Welfare State, característico dos países do continente europeu, após a Segunda Guerra Mundial.

Assim, em virtude dos três aspectos acima relacionados, sobretudo o que diz respeito ao acirramento da concorrência entre os grupos monopolistas, era preciso buscar novas formas de manter ou aumentar a produção sem, entretanto, aumentar os custos. Porém, sob os modelos de produção fordista/taylorista e do Estado do bem-estar social, o Welfare State, essa meta seria praticamente impossível, uma vez que, no que se refere ao fordismo, a classe trabalhadora, organizada em sindicatos fortes e combativos, possuía grande poder de barganha, garantindo para si, desta forma, relativamente, bons salários. No que se refere ao Welfare State, neste modelo de Estado, o trabalho se encontrava fortemente regulado e o trabalhador protegido, o que significava, na visão dos capitalistas, um elevado custo dos encargos sociais relativos ao emprego. Conseqüentemente, na lógica capitalista, tanto os salários mais altos quanto os encargos sociais do emprego, são fatores que implicam na redução da margem de lucro das empresas. Então, urgia minar o Welfare State e, ao mesmo tempo, desmobilizar a classe trabalhadora sindicalizada.

Esta lógica, levada a cabo, provocou o que se tem chamado de crise estrutural do sistema capitalista de produção; e, como resposta a ela, ocorreu um novo processo de reestruturação produtiva, com o que se inaugurou a era dos chamados modelos flexíveis de

produção ou modelos de acumulação flexíveis. Assim, para fazer frente a essa nova onda de crise do sistema capitalista,

O capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca especialmente o “toyotismo” ou o modelo japonês. Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalista (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho, acabaram por suscitar a resposta do capital à sua crise estrutural. (Antunes, 2001: 47-48)

Para Ruy Braga, este processo compreende todo

...Um conjunto de experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política [que] toma forma, sendo acompanhado, sobretudo, pelo aumento do desemprego estrutural, a rápida destruição e reconstrução de habilidades, alguns ganhos modestos de salários reais para alguns setores e o retrocesso do poder sindical (talvez, a grande coluna política do período fordista). (Braga, 1995: 99)

Assim, como fica claro na citação de Ricardo Antunes, é sintomático que esses modelos de produção flexíveis viessem constituir uma espécie de resposta à crise capitalista, eclodida na década de 1970 e, como bem enfatiza Braga, uma vez levados a cabo, provocassem uma série de alterações no seio da classe trabalhadora. Dentre as diversas manifestações de modelos de acumulação flexíveis, nos EUA, na Europa (Itália) e na Ásia, destacava-se o modelo japonês, originado na fábrica da Toyota e que, por isto mesmo, levou o nome de toyotismo.

Os novos modelos flexíveis, especialmente o toyotismo, apresentavam os seguintes elementos elencados por Castells:

sistema de fornecimento Kan-ban (ou just in time) (...); controle de qualidade total dos produtos ao longo do processo produtivo, (...); envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão da fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia horizontal, com poucos símbolos de status na vida diária da empresa. (Castells, 2003: 178)

Esses modelos de produção flexíveis estão intimamente ancorados na tecnologia, de forma especial na microeletrônica e em outras formas de tecnologias da informação. Neste sentido, dada a atual importância das tecnologias da informação no mundo moderno, Lojkine vai dizer que estamos, hoje, vivendo um período de “revolução informacional”: “Fala-se muito hoje em dia das mutações tecnológicas, das novas tecnologias da informação, da revolução informática, de uma segunda revolução industrial, da automação etc. De minha parte, falo de uma revolução informacional” (Lojkine, 1999: 69).

Mas as tecnologias, de um modo geral, devem ser entendidas, antes, como um instrumento dinamizador do processo de reestruturação produtiva do que sua causa. Castells faz questão de enfatizar este aspecto, pois, às vezes, somos tentados a concluir que a tecnologia é que engendra o processo de reestruturação produtiva, de forma unilateral, ao invés de percebermos que, na verdade, trata-se de uma implicação mútua, uma correlação, em que a reestruturação produtiva, por sua vez, estimula o desenvolvimento tecnológico, ao passo que este se torna seu principal elemento dinamizador.

Um outro aspecto importante diz respeito ao fato de que a tecnologia não é, em si, por natureza, algo perverso. Se ela tem tirado o emprego do trabalhador, é porque está orientada para isto. Logo, perverso mesmo é o sistema e sua lógica de acumulação a todo custo, que, assim orientados pelos agentes sociais, valem-se de todos os meios possíveis com vistas a acumular mais e mais riquezas. Moralmente, nada impede que a tecnologia seja orientada para um outro fim que não a acumulação do capital.

Há uma questão interessante a ser discutida, no que se refere à “transição” dos ditos modelos rígidos para os modelos flexíveis. Alguns autores, como o próprio Antunes, na citação acima, consideram a ascensão dos modelos de acumulação flexíveis como que alternativos aos modelos precedentes: taylorista/fordista. Sobre este ponto há vários autores discordantes, entre eles Ruy Braga, que considera que determinadas características do taylorismo e do fordismo foram mantidas e aproveitadas pelos modelos de acumulação flexíveis. Daí o autor dizer que certos aspectos desses dois modelos podem muito bem sobreviver a esse novo processo de reestruturação produtiva, só que sob uma suposta nova configuração – a dos modelos de acumulação flexíveis (Braga, 1995). Assim, de acordo com esta posição, os modelos de produção flexíveis, em última instância, não constituem uma ruptura total com os modelos antecedentes (taylorismo e fordismo).

Esta é uma questão bastante polêmica e, embora não possamos nos deter por muito tempo analisando-a, é importante enfatizar a existência de três posições em debate no que diz respeito à passagem da produção de massa taylorista/fordista para os novos modelos de

produção flexíveis. De acordo com Helena Hirata, são elas: “aquela que considera que já se deu uma ruptura e que já se está na era da ‘especialização flexível’, ou ‘pós-fordismo’; a que considera que esse eventual novo modelo ainda se encontra em gestação; e a que só vê, nesses modelos emergentes, formas neotayloristas, sem uma verdadeira descontinuidade *vis-à-vis* as antigas” (Hirata, 2002: 56).

Se, por um lado, concordamos que o deslocamento dos modelos taylorista e fordista para os modelos de produção flexíveis não constitui rigidamente um processo de descontinuidade, por outro, não há como negar que os modelos flexíveis representam uma nova realidade, tanto no que tange à aplicação dos recursos tecnológicos e às novas formas de gerenciamento, quanto às suas conseqüências, não obstante danosas ao mundo do trabalho e, conseqüentemente, aos seus principais agentes, os trabalhadores.

A primeira destas conseqüências é, sem dúvida, a ocorrência de considerável aumento do desemprego estrutural, ou seja, aquele tipo de desemprego que não é fruto de recessões ou depressões passageiras, mas que decorre da própria estrutura socioeconômica criada e mantida pelo sistema de produção capitalista globalizado. O desemprego estrutural, assim, tende a se estender por longos prazos.

A segunda conseqüência diz respeito a um radical processo de desestruturação do mercado de trabalho, mediante um procedimento de flexibilização que pode ser caracterizado por, pelo menos, três aspectos: a) a desregulamentação dos direitos trabalhistas; b) a precarização caracterizada pelo trabalho parcial, temporário e, sobretudo, pelo trabalho informal, exercido por aqueles que ficaram desempregados ou cuja renda é insuficiente para a manutenção da família; c) enfraquecimento e/ou destruição do chamado sindicalismo de classe e sua troca ou conversão em um tipo de sindicalismo de empresa. Assim, estas transformações político-econômicas, engendradas pela crise capitalista, refletem-se no mundo do trabalho, provocando nele verdadeiras metamorfoses que podem ser expressas, dentre outras coisas, pelo processo de desregulamentação, precarização e desmobilização, politicamente falando, da “classe” trabalhadora, tornando-a ainda mais heterogênea, fragmentada e complexa (Antunes, 1998).

A seguir, trataremos de discutir algumas das conseqüências desse processo de crise e reestruturação produtiva, as quais têm implicações diretas sobre a organização da vida social, sobretudo dos trabalhadores, tais como o desemprego estrutural, a flexibilização e a precarização do trabalho.

1.2 – DESEMPREGO E DESESTRUTURAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A crise capitalista iniciada na década de 1970, à qual o processo de reestruturação produtiva veio dar resposta, segundo Laura Tavares Soares, “Trata-se de uma crise global de um modelo social de acumulação, cujas tentativas de resolução têm produzido transformações estruturais (...), que inclui (...) a informalidade no trabalho, o desemprego, o subemprego, a desproteção trabalhista e, conseqüentemente, uma ‘nova’ pobreza” (Soares, 2003: 20).

Para fazer frente à crise, foram consagradas, em 1990, no chamado “Consenso de Washington”*, políticas de corte neoliberal que visavam a estabelecer regras de condicionalidade a serem aplicadas, de forma cada vez mais padronizadas, aos diversos países e regiões do planeta, cujas vítimas seriam principalmente os países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo. De acordo com a autora, estas políticas de ajuste neoliberal não são apenas de caráter econômico, mas fazem parte de uma redefinição global do campo político-institucional, bem como das relações sociais de um modo geral (Soares, 2003).

Este ajuste, entretanto, traz em seu âmago sua própria antítese, ou seja, uma espécie de desajuste social global que acirra as desigualdades e produz exclusões. Assim, as políticas de “auxílio” aos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, estabelecidas pelas nações ricas e operacionalizadas pelas instituições que representam os interesses delas, como, por exemplo, o FMI e o Banco Mundial, surtiram efeitos mais negativos do que positivos. As medidas impostas pelos países desenvolvidos e aceitas, de forma muitas vezes subserviente, pelos governos dos países pobres podem até fazer com que as crises sejam superadas parcialmente, mas a um preço, quase sempre, alto demais: aumento do montante das dívidas externa e interna, privatização dos bens nacionais, redução dos investimentos no setor social, empobrecimento da população e acirramento das desigualdades sociais.

Acrescente-se a isso que, em virtude das exigências para o estabelecimento de um ajuste fiscal, os governos dos países pobres são obrigados a cortar gastos, e os primeiros setores a sofrer cortes em seus orçamentos são justamente os setores sociais básicos, tais como: educação, saúde e segurança. Além do mais, com estas medidas, compromete-se o crescimento econômico interno, o que, por sua vez, acarreta outros problemas, tais como o desemprego, a pobreza, a fome, etc. Enfim, esta equação, mais cedo ou mais tarde, leva a uma

* Jorge Mattoso define o Consenso de Washington da seguinte forma: “Conjunto de propostas em um seminário do Banco Mundial em Washington e destinadas aos países periféricos, visando a redução do Estado, a liberalização de mercados e a desregulamentação financeira” (Mattoso, 2001: 23).

nova fase recessiva que, em consequência, faz com que esses países recorram novamente às instituições internacionais de crédito (FMI e Banco Mundial), submetendo-se a novos endividamentos e obedecendo cegamente às mesmas imposições de antes, ficando presos, desse modo, neste círculo vicioso do mercado financeiro internacional.

Mas se, há algumas décadas, os reflexos danosos da crise capitalista pouco incidiam sobre o contexto socioeconômico dos países ricos, já a partir das últimas décadas do século XX esta realidade começa a mudar. De modo que, resguardadas as devidas diferenças, no que se refere às questões sociais, e em especial à dimensão do trabalho, os países do Primeiro Mundo, hoje, já têm sofrido com problemas antes compreendidos como mais típicos dos países subdesenvolvidos: alto desemprego, flexibilização e precarização das condições e relações de trabalho, etc. Até a informalidade já constitui prática relevante em alguns desses países. Esta situação é sintomática do caráter agressivo do atual processo de reajuste do sistema capitalista globalizado.

Dos problemas vislumbrados acima, resultantes do processo de reestruturação produtiva levada a efeito no último quartel do século XX, o principal parece ser o aumento crescente do desemprego. Um desemprego que vem sendo definido como estrutural, pelo fato de não ser o resultado de uma crise passageira, de caráter conjuntural, mas sim de uma crise de longo prazo, que reflete o novo padrão de acumulação capitalista (Leal, 2000).

De acordo com Paul Singer, “o desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho” (Singer, 2003: 23), pois as vagas de trabalho destruídas no setor industrial, por exemplo, tendem a ressurgir, em sua maioria, no setor de serviços, onde tipicamente são ocupadas preferencialmente por mão-de-obra feminina, às vezes empregada em tempo parcial e com remuneração inferior ao valor pago pelo seguro-desemprego (Singer, 2003). As vagas que reaparecem, em menor quantidade no setor industrial, tendem a exigir uma nova qualificação que o trabalhador desempregado não possui. As empresas, por sua vez, não estão dispostas a arcar com despesas para a (re)qualificação desses trabalhadores, já os querendo prontos, qualificados.

É fato notório que o uso da tecnologia na invenção de máquinas, produção de energia e outros recursos, sempre teve como um de seus pressupostos (ou finalidade, como se queira chamar) poupar trabalho. E desde a Revolução Industrial (séc. XVIII), momento a partir do qual faz mais sentido falar em mercado de trabalho, a dinâmica intrínseca desse mercado tem sido marcada por um aspecto contraditório: de um lado, por parte dos trabalhadores, tem-se uma crescente oferta de mão-de-obra em busca de emprego, por outro, por parte do

capitalista, há uma crescente busca de recursos gerenciais e tecnológicos, para reduzir a demanda por mão-de-obra humana. Ou seja, trata-se daquela relação inversa entre o emprego de capital constante (máquinas e equipamentos) e capital variável (mão-de-obra humana) já demonstrada por Marx em *O Capital*. A relação é inversa porque, enquanto o uso do capital constante é crescente, o uso do capital variável é decrescente.

Mas, é bom que se diga: o desemprego não é, em todos os casos, apenas o resultado do impacto da tecnologia que visa ao aumento da produtividade. Assim, desde as primeiras décadas da Revolução Industrial, a manutenção de parte dos trabalhadores “disponíveis” para o trabalho em condição de desemprego era, para o capitalista, uma necessidade para que este pudesse exercer maior controle e disciplina sobre seus empregados, além de facultar-lhe comprimir para baixo os salários, o que possibilitava uma maior extração de mais-valia.

Como sabemos, o grupo de desempregados que orbita em torno dos trabalhadores empregados constitui o que Marx denominou “exército industrial de reserva” ou “superpopulação relativa”.

Segundo Marx, ainda em *O capital*, esta superpopulação relativa excedente assume, continuamente, três categorias: flutuante, latente e estagnada. A categoria flutuante é aquela que deriva do movimento de atração e repulsão dos trabalhadores dos centros industriais, trabalhadores que vão de função a função, ficando grande parte deles, por longos períodos, em situação de desemprego.

A categoria latente diz respeito à população das zonas agrícolas, onde, devido à penetração do capitalismo no campo, vê diminuir cada vez mais suas possibilidades de ocupação. Como no campo a repulsão de parte desses trabalhadores não é contrabalançada por períodos de maior atração da força de trabalho, como ocorre nos centros industriais, os trabalhadores das zonas agrícolas tendem a emigrar para as cidades e a engrossar as fileiras do proletariado urbano, o que implicará na expansão da já referida categoria flutuante. E, ainda, ressalva Marx:

Mas, seu fluxo constante para as cidades pressupõe no próprio campo uma população supérflua sempre latente, cuja dimensão só se torna visível quando, em situações excepcionais, se abrem todas as comportas dos canais de drenagem. Por isso, o trabalhador rural é rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (Marx, 2002: 746)

A categoria estagnada é definida, de forma clara, por Marx, no destaque transcrito a seguir:

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. (...) Conhecemos já sua configuração principal, sob o nome de trabalho a domicílio. (Id.,ibid.)

Marx distingue ainda uma quarta categoria que compõe, segundo ele, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa [que] vegeta no inferno da indigência, do pauperismo” (Idem: 747). Pondo de lado ainda alguns tipos de indivíduo, essa se subdivide em três categorias: os aptos para o trabalho; os órfãos e filhos de indigentes e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar. A esta última categoria Marx chamou de *lumpemproletariado*.

Assim, o exército de reserva foi, pelo menos até meados do século XX, o principal instrumento, e bastante eficaz, de coerção, controle e exploração dos trabalhadores empregados, pois, com dezenas, centenas e até milhares de trabalhadores disponíveis e dispostos a se submeter a qualquer condição de trabalho e salário, os que se encontravam empregados eram forçados a se contentar com as condições de trabalho e salário impostas pelos patrões. Mesmo onde e quando os sindicatos passaram a constituir fortes instrumentos de defesa dos direitos dos trabalhadores, o exército de reserva continuou a exercer importante papel de controle e coerção sobre os trabalhadores empregados. No contexto a que estamos nos referindo, a natureza do desemprego difere da atual. Até meados do século passado, falava-se em desemprego conjuntural, cíclico, relativo a períodos de crise passageiros que estavam, em grande parte, relacionados a determinados contextos sociais particulares.

Já o desemprego característico das últimas décadas do século XX e início do XXI, como mencionamos acima, é de natureza estrutural, acirrado principalmente pelo processo de reestruturação produtiva que atinge em cheio o mercado de trabalho tanto dos países subdesenvolvidos quanto dos desenvolvidos, provocando neles grandes transformações. A reestruturação referida é engendrada pela crise do sistema capitalista globalizado.

Neste contexto, em que o sistema capitalista acha-se em um estágio bastante avançado, em virtude da superutilização, sem precedentes, dos recursos tecnológicos, todos os setores econômicos, até mesmo o terciário, têm dependido, cada vez menos, de mão-de-obra humana. Mas, não obstante isto, o exército de reserva, não mais somente de caráter industrial, continua servindo aos propósitos do capital.

Engrossado também por trabalhadores qualificados e tecnicamente preparados, muitos dos quais portadores de diplomas de nível superior, este exército de reserva continua a ser usado pelos patrões como instrumento de intimidação e coerção aos trabalhadores empregados, como constata Bourdieu:

A existência de um importante exército de reserva, que não se acha mais apenas, devido à superprodução de diplomas, nos níveis mais baixos de competência e de qualificação técnica, contribui para dar a cada trabalhador a impressão de que ele não é insubstituível e que o seu trabalho, seu emprego, é de certa forma um privilégio, e um privilégio frágil e ameaçado (é, aliás, o que lembram a ele, ao primeiro deslize, seus empregadores, e, à primeira greve, os jornalistas e comentaristas de todo gênero). (Bourdieu, 1998: 121)

Um outro aspecto importante, destacado por Bourdieu, nesta citação, é o status a que chegou o trabalho nas sociedades modernas atuais: o status de privilégio. Em dado momento da história, o trabalho era tido como um dever, uma obrigação. Depois, ao invés de dever, transforma-se em direito, um direito que é até “assegurado” pelas Cartas Magnas (Constituições) de várias nações. Mas como não pode ser garantido a todos, tornou-se um privilégio (Singer, 2003).

Em primeira instância, o trabalho, como privilégio, tende a ser entendido como aquele regulado de acordo com a legislação trabalhista (formal), seguro e exercido em, relativamente, boas condições. Mas, tendo em vista o alto índice das taxas de desemprego estrutural, é possível prever que, nestes termos, será cada vez menor o número de trabalhadores privilegiados. E este novo status que adquire o trabalho – status de privilégio – denuncia o nível a que chegou o desprezo do sistema para com a pessoa humana em geral e para com o trabalhador, em particular.

Nas fases anteriores do sistema capitalista, o trabalhador poderia até estar sem emprego, porém, mesmo assim, mantinha-se integrado ao sistema, pois, embora na condição de membro de um exército de reserva, não lhe faltava a esperança de um dia encontrar uma vaga no mercado de trabalho. Entretanto, na atual fase do capitalismo, o trabalhador vê-se excluído não só do emprego, mas também da expectativa de tê-lo um dia. Daí alguns economistas contemporâneos afirmarem que o trabalhador, hoje, se encontra excluído até mesmo da condição de explorado. Não é apenas excedente, mas redundante e “dispensável”.

Mas, ao falarmos de exército de reserva, temos de ter claro o que isto significava na época de Marx e o que significa hoje. Marx já concebia, como vimos, três formas de

expressão do exército de reserva ou, em outras palavras, de população excedente relativa: a flutuante, a latente e a estagnada. Hoje, ao concebermos a idéia de exército de reserva, devemos levar em consideração, como bem lembra Braverman, que este assume formas variadas na sociedade moderna. Diz o autor:

essa população excedente relativa, o exército de reserva industrial, assume formas variadas na sociedade moderna, inclusive os desempregados; os temporariamente empregados; os empregados em tempo parcial; a massa das mulheres que, como donas-de-casa ou domésticas constituem uma reserva para as “ocupações femininas”; os exércitos de imigrantes, tanto agrícolas como fabris; a população negra com suas taxas extraordinariamente elevadas de desemprego; e as reservas estrangeiras de trabalho”. (Braverman, 1981: 326-327)

Assim, como demonstra Braverman, nas sociedades modernas (modernidade radicalizada) não faz muito sentido falar em exército industrial de reserva, mas sim em um “exército geral (global) de reserva”, o que seria mais representativo da massa heterogênea e complexa de trabalhadores desempregados ou ocupados precariamente. Massa de trabalhadores que o movimento sindical, minado em suas bases e sem saber como lidar com o desemprego estrutural, não consegue mais organizar ou representar, como antes, seus filiados. É uma massa heterogênea, desorganizada e em tal grau de atomização que, como constata Bourdieu, “Nem se trata a rigor de um exército, pois o desemprego isola, atomiza, individualiza, desmobiliza e rompe com a solidariedade.” (Bourdieu, 1998: 140).

Daí, embora continue servindo aos propósitos do capital, acreditamos que o chamado exército de reserva de mão-de-obra perdeu seu caráter de instrumento principal de coerção do trabalhador, seja como o clássico exército industrial de reserva, seja como esta forma de exército de reserva multiforme, característico dos tempos atuais. Isto se deve, grandemente, a nosso ver, aos avanços tecnológicos submetidos e orientados pela lógica do sistema capitalista de produção. Por exemplo, no ramo da indústria, máquinas computadorizadas substituem dezenas e até centenas de trabalhadores no interior de uma fábrica; no ramo de serviços, ocorre o mesmo, sendo exemplar, aqui no Brasil, o caso dos bancos, onde a implantação do auto-atendimento, por meio de caixas eletrônicos, eliminou milhares de postos de trabalho ao longo da década de 1990.

Assim, com as constantes inovações tecnológicas, essa massa disponível de trabalhadores – desempregada ou parcial e precariamente ocupada, atomizada e desorganizada – que constitui o chamado exército de reserva, embora continue tendo sua importância para o

sistema capitalista de produção, deixou de ser o principal instrumento de coerção do trabalhador, não só pelo fato de ser quantitativamente excedente, mas, sobretudo, por ser qualitativamente desqualificada para o exercício das novas funções tecnológicas. Em outros termos, devido à baixa e decrescente necessidade de utilização de capital variável, por um lado, e em razão da detenção de meios tecnológicos, quase que autogerenciáveis, por outro, este exército de reserva constituído, na sua maior parte, por uma massa de trabalhadores “desqualificados”, não exerce o mesmo papel que exercia há algumas décadas.

Com maior funcionalidade para os capitalistas, nos dias atuais, talvez seja a existência de um novo tipo de exército de reserva, de natureza diferente e de número bastante reduzido, que tem sido comumente qualificado de reserva técnica. Esse novo tipo de “exército” é constituído por um grupo bastante seleto de profissionais qualificados e habilitados a exercer as novas funções tecnológicas.

Com isso, a noção de classe trabalhadora, no sentido marxista, organizada e consciente, com todo esse processo de massificação, atomização e desorganização dos indivíduos, em virtude sobretudo do desemprego, parece ter sido atingida.

Ricardo Antunes, na tentativa de validar, nos dias atuais, o conceito de classe trabalhadora formulado por Marx, forja a expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, justificando-se deste modo:

Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreender sua efetividade sua processualidade e concretude. (Antunes, 2001: 101)

Assim, para Antunes, é possível, com o conceito “guarda-chuva” de “classe-que-vive-do-trabalho”, acolher, nos limites dessa idéia, toda a complexa massa que constitui hoje a classe trabalhadora. Desta forma, a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” pretende ser uma noção ampliada do conceito marxista sobre o assunto, dando-lhe contemporaneidade. A seguir, Antunes revela quem esta noção ampliada deve incluir:

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletário industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa

noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos Mc Donalds, os trabalhadores hifenizados de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas de que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (Op. cit.: 103-104)

No entanto, apesar de o conceito forjado pelo autor contemplar toda a diversidade da massa de trabalhadores, do operário fabril ao lumpemproletariado moderno, e apesar também de, como contraposição à chamada “classe burguesa” ou capitalista, esta noção fazer um certo sentido, vemos alguns problemas inerentes a este conceito de “classe-que-vive-do-trabalho”, cunhado por Antunes.

O primeiro é relativo à própria generalidade do conceito, cujo trecho acima permite constatar. A generalidade o enfraquece, à medida que o torna um tanto, para não dizer bastante, vago e impreciso. Essa mistura de todas as “categorias” de trabalhadores, até mesmo dos sem-categoria, reunidas sob o conceito “guarda-chuva” de “classe-que-vive-do-trabalho”, pressupõe uma homogeneidade apenas aparente, que só pode dificultar sua compreensão e análise.

Um segundo problema diz respeito à própria “chave analítica” para a definição de classe trabalhadora ou “classe-que-vive-do-trabalho”. Segundo Antunes, a chave analítica deste conceito “... é dada pelo assalariamento e pela venda da sua força de trabalho” (Antunes, 2001: 103). Ora, se se inclui, neste conceito de classe, também a massa de desempregados e trabalhadores informais, e tendo em vista que, embora teoricamente, tanto os primeiros quanto os segundos estejam sujeitos ao assalariamento e à venda da força de trabalho, a grande maioria, na prática, não tem conseguido este status – de assalariado –, tal conceito perde validade e força analítica. Pois, hoje, uma das grandes questões a se considerar é justamente o processo de desassalariamento, relativo, sobretudo, ao chamado “setor informal”, no qual grande parte dos trabalhadores exerce atividades por conta própria e, por isso mesmo, não vende sua força de trabalho ao capital, nem tem status de assalariado, porque não recebe salário no sentido próprio do termo.

Uma outra questão, já aludida acima, diz respeito ao grande número de desempregados vitimados pela reestruturação produtiva e que não encontra, diante do capital, oportunidade de venda de sua força de trabalho, ficando o trabalhador obrigado, para sobreviver, a “inserir-se” na chamada “economia informal”.

Mas se, por um lado, discordamos de Antunes em alguns pontos, numa questão mais geral concordamos com ele: a de que o mundo do trabalho vem sofrendo profundas mudanças, com conseqüências deletérias para os trabalhadores. E isto, em nosso ponto de vista, deve-se, em grande parte, à perversa lógica do sistema capitalista de produção, que, em nome do lucro e da acumulação, põe a seu serviço as instituições, a tecnologia, a inteligência e a força do trabalho humano.

Nosso objetivo, a seguir, é analisar as conseqüências, para os países pobres, desse processo de transformação radical da modernidade, principalmente no que se refere à dimensão do trabalho. A ênfase de nossa discussão recairá sobre a realidade brasileira e, mais particularmente, sobre a de Goiânia, contexto socioespacial de nossa pesquisa empírica.

CAPÍTULO II

2 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

“Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção.”

(Braverman, Trabalho e Capital Monopolista)

O processo de radicalização da modernidade, referido no capítulo anterior, reflete a dinâmica do sistema capitalista globalizado. Em particular, reflete a busca desesperada deste sistema para superar a sua mais recente crise, instalada no último quartel do século XX.

Como vimos, as tentativas de ajustes ou reajustes do sistema capitalista de produção, especialmente a partir das últimas décadas do século passado, vêm provocando, como efeitos colaterais, uma série de desajustes econômico-sociais. No contexto do trabalho, pode ser destacada a crescente desestruturação dos mercados de trabalho, provocada, em grande parte, pelo processo de reestruturação produtiva.

Como vivemos na era da globalização, tal processo, como era de se esperar, repercute também nos países latino-americanos e em outras regiões pobres do globo. E, como também já notamos, as principais consequências desse processo de desestabilização do mundo do trabalho são o desemprego estrutural e a precarização das condições e relações laborais, consequências que, por sua vez, implicam uma série de outros problemas sociais.

No entanto, se na década de 1990 os problemas relacionados ao mundo do trabalho parecem consistir basicamente nos mesmos, tanto para os países ricos quanto para os pobres (desemprego, flexibilização, precarização, etc.), de fato não é bem assim. É bom não esquecer as particularidades dos processos históricos desses países e mesmo dos contextos sociais específicos deles, os quais guardam enormes diferenças entre si, constituindo, tal disparidade, o resultado da relação de dominação e subordinação de uns países (desenvolvidos) em relação a outros (subdesenvolvidos).

Por exemplo, o processo de urbanização e industrialização da maioria dos países desenvolvidos já havia sido consolidado na primeira metade do século XX*, ao passo que, diferentemente, na América Latina, esse processo só iria apresentar um grau mais significativo de desenvolvimento no último quartel desse século e, mesmo assim, com grande desigualdade entre as regiões, além de um desequilíbrio enorme entre urbanização e industrialização. Ou seja, o crescimento demográfico na zona urbana não foi acompanhado nas mesmas proporções, e em todos os lugares, pelo crescimento econômico e pela industrialização.

Mas a partir de 1940, começa a se intensificar na América Latina o movimento de migração do campo para as cidades, também denominado de êxodo rural, bem como o movimento de migração de pessoas das cidades pequenas do interior para cidades maiores, preferencialmente as capitais**. Entre os fatores que implicaram esse processo, estão a atração que as cidades, sobretudo as recém-industrializadas***, exerciam sobre a população do campo; a entronização do capitalismo no meio rural, o que literalmente expulsa dali o camponês/lavrador, obrigando-o a tentar a sorte na cidade; e o desejo que o camponês acalenta de levar uma vida melhor na cidade.

Mas, o processo de industrialização em curso, como assinalamos acima, não possibilita às cidades (de médio e grande porte), ainda que essas estejam em ritmo de desenvolvimento, absorver tamanha oferta de mão-de-obra advinda do campo ou de cidades do interior, de modo que muitos desses migrantes não conseguirão ingressar no mercado de trabalho (formal). Como para muitos não há caminho de volta, a saída é improvisar uma moradia nas zonas periféricas da cidade e improvisar também uma forma “alternativa” de trabalho (informal) para sobreviver, na expectativa de que apareça, mais cedo ou mais tarde, uma oportunidade de ingressar no mercado dito formal.

Assim, as economias dos países pobres da América Latina tendem a se caracterizar por uma polarização. Essa polarização pode ser explicada a partir da teoria dos dois circuitos de Milton Santos. Segundo Santos, as economias urbanas dos países pobres são constituídas por dois

* Embora a Primeira e a Segunda Guerra tenham castigado bastante alguns países europeus, causando danos enormes às suas estruturas urbanas, interrompendo temporariamente o processo de urbanização, este foi logo retomado e consolidado, graças, sobretudo, à ajuda financeira dos E.U.A., por meio de planos como o Marshall, por exemplo.

** Às vezes, a migração de uma cidade menor para uma maior e mais desenvolvida implica a mudança de Estado. Um exemplo foi a intensa migração de nordestinos para a Região Sudeste, sobretudo para a cidade de São Paulo, algumas décadas atrás.

*** Durante, mas sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os países latino-americanos se viram obrigados a montar e/ou a desenvolver seus parques industriais com o objetivo de substituir as importações dos produtos dos países do Primeiro Mundo que, em virtude da guerra, não podiam continuar suprindo-os.

circuitos, denominados circuito superior e circuito inferior. (Esta teoria será objeto de discussão logo a seguir, assim que terminarmos de apresentar alguns dados importantes para complementar a presente discussão.)

Retomando, portanto, a questão que vinha sendo desenvolvida, observamos que as características relativas ao conjunto dos países latino-americanos encontrarão correspondência aqui também, no Brasil. O processo de urbanização brasileiro terá seu auge nas décadas de 1970 e 1980, ocasionando a formação de uma superpopulação urbana, impossível de ser absorvida pelo circuito superior da economia. De acordo com Jakobsen, a migração de brasileiros do campo para a cidade, entre 1950 e 1980, correspondeu a mais de 35 milhões de pessoas, o que, logicamente, contribuiu sobremaneira para a constituição de um considerável excedente de mão-de-obra urbana.

Milton Santos apresenta, de forma mais rica e detalhada, dados que corroboram esta questão. Para Santos, entre 1940 e 1980, houve uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Diz o autor: “Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980” (Santos, 1993: 29).

Em seguida, Milton Santos apresenta um quadro que mostra a evolução da população total do Brasil, da população urbana e do índice de urbanização, de 1940 a 1991.

Quadro 1
Crescimento Populacional: total e urbano
BRASIL

	População Total	População Urbana	Índice de Urbanização (%)
1949	41.326.000	10.891.000	26,35
1950	51.944.000	18.783.000	36,16
1960	70.191.000	31.956.000	45,52
1970	93.139.000	52.905.000	56,80
1980	119.099.000	82.013.000	68,86
1991	150.400.000	115.700.000	77,13

Fonte: (Santos, 1993: 29).

Como revelam os dados do quadro acima, se, nos primeiros decênios desse período, a maioria da população brasileira vivia predominantemente no campo, nos últimos, as cidades é que concentrarão a maioria dessa população. Os dados mais recentes do IBGE mostram que

continua a tendência de crescimento do processo de urbanização, de modo que, no ano 2000, o índice subiu de 77,13% (dados de 1991) para 79,0%, e projeta-se um índice de 82,6% para o ano de 2010. Assim, forma-se uma superpopulação urbana da qual grande parcela estará à “disposição” do mercado, mas na condição de exército de reserva.*

Nessa condição, os trabalhadores que não tinham a força de trabalho absorvida pelo mercado formal, eram obrigados, como enfatiza Jakobsen, a “inventar” seu próprio trabalho como meio de sobrevivência. Impossibilitados, então, de integrar a sociedade por meio do circuito superior da economia, será no circuito inferior que boa parte dos trabalhadores encontrará os canais de integração econômica e social.

Assim, “os pobres na cidade” (Santos) são obrigados a inventar não somente formas próprias de trabalho, mas também formas de moradia, de lazer, enfim, terão de inventar todos os meios de vida.

2.1 – A TEORIA DOS DOIS CIRCUITOS DA ECONOMIA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Antes de tentarmos elucidar o impacto do processo de reestruturação produtiva no Brasil, seu peso no acirramento do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho e, nesta perspectiva, analisarmos o crescente processo de informalização existente aqui, há que se compreender alguns aspectos da especificidade das economias urbanas dos países subdesenvolvidos (ou, como se diz atualmente, em desenvolvimento ou emergentes).

* É importante assinalar aqui a diferença da natureza do desemprego no Brasil, até início da década de 1980 e dessa época para cá, principalmente na década de 1990. Até início da década de 1980, o desemprego no Brasil caracteriza-se mais pela incapacidade do mercado de gerar vagas suficientes para absorver a grande oferta de mão-de-obra, enquanto, no decorrer desta (80) e, sobretudo, a partir da década de 1990, o desemprego passa a se caracterizar mais pela destruição literal de postos de trabalho e pela incompatibilidade entre a qualificação dos trabalhadores e as exigências requeridas pelas novas vagas criadas. No primeiro caso, o mercado de trabalho e, por conseguinte, a situação de emprego/desemprego, dependiam mais de fatores conjunturais que permitissem ou não o crescimento econômico. No segundo, o crescimento econômico é importante, mas não garante, necessariamente, a expansão das ofertas de emprego no mercado (formal, diga-se de passagem), nem mesmo a manutenção de tradicionais postos de trabalho que, em virtude das inovações tecnológicas e das novas formas de gerenciamento, são vitimados pelo desemprego estrutural.

Segundo Milton Santos, a economia urbana dos países subdesenvolvidos é constituída por dois circuitos, os quais denomina circuito inferior e circuito superior. O que levou à constituição dos dois circuitos nesses países é explicado por Milton Santos da seguinte maneira:

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. (...). Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (Santos, 1979: 29)

Logo a seguir, o autor explica a causa disso, ou seja, que fenômeno levou à constituição destes dois circuitos econômicos. Diz ele:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas. (Id., *ibid.*)

Assim, a modernização nos países pobres não dá a todas as pessoas as mesmas condições de participação no circuito “moderno” da economia (circuito superior), isto porque o modelo de crescimento econômico nesses países faz com que a distribuição de renda seja cada vez mais injusta, a expansão do emprego cada vez mais limitada, assim como também é limitado o desenvolvimento de um mercado interno para os produtos modernos (Santos, 1979).

Desta forma, aqueles que não podem participar do circuito superior da economia, que nos países pobres constituem a maioria, são obrigados a se integrar por meio do que o autor chama de circuito inferior. Este é como que “uma estrutura de abrigo para os cidadãos antigos e novos, desprovidos de capital e de qualificação profissional” (Santos, 1979: 159).

Assim, o que possibilita a integração das pessoas desprovidas de capital e qualificação ao circuito inferior é, primeiro, o fato de que, ao contrário do que ocorre no circuito superior, em que o fator essencial é o capital, naquele o fator essencial é o trabalho e, diga-se de

passagem, trabalho vivo. Segundo, em razão da natureza das atividades desenvolvidas no circuito inferior, nem sempre é necessário que as pessoas tenham freqüentado uma escola (Santos, 1979).

Essas atividades são as mais variadas e encontram demanda não apenas nas camadas baixas, mas também nas classes médias e até abastadas, demanda esta que faz aumentar esse tipo de emprego. Assim, diz Milton Santos que

A tendência das camadas médias e abastadas de consumir mais serviços pessoais quanto mais baixos forem os custos, assim como o fracionamento infinito das tarefas e das empresas, multiplicam os empregos: sapateiro, alfaiate, pequenos merceeiros e vendedores ambulantes, carroceiros e motoristas de táxi, pedreiros e engraxates, carregadores de água, plantonistas, meninos de recados e domésticas de todo tipo. (Santos, 1979: 159)

O autor constata que há demanda para as atividades do circuito inferior mesmo por parte das pessoas que integram camadas sociais mais elevadas. Se observarmos com atenção a relação das atividades que constituem o circuito inferior, apresentada por Santos na citação acima, constataremos que a maioria delas são atividades que não pressupõem registro em carteira, nem necessariamente assalariamento. E mais, são atividades precárias ou com tendência à precarização, muitas das quais constituintes da categoria que se convencionou chamar de atividades informais.

Embora possa parecer, circuito inferior e circuito superior não estão isolados um do outro. Pelo contrário, se comunicam e, de alguma forma, estão integrados, pois, como o autor ressalta acima, eles são o resultado do mesmo fenômeno: ambos resultam do que podemos chamar, retomando Giddens, de o processo de radicalização da modernidade, de uma modernidade tecnológica, nas palavras de Santos. O diagrama, na página seguinte (61), mostra como se dá a comunicação entre os dois circuitos.

De um modo geral, as conseqüências da modernidade tecnológica e radicalizada sobre a esfera do trabalho têm-se expressado, sobretudo, por meio da chamada reestruturação produtiva, caracterizada mais recentemente pela difusão dos métodos e técnicas próprios dos modelos de produção flexíveis, ancorados no uso intensivo e extensivo da tecnologia.

Na perspectiva da teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, é possível notar que o impacto do processo de reestruturação produtiva repercute de forma inversa em cada circuito: no circuito superior a reestruturação produtiva intensifica a produção, aumentando a produtividade e a acumulação crescente do capital

mediante novas formas de gerenciamento e emprego dos mais sofisticados recursos tecnológicos, o que provoca, conseqüentemente, dispensa de mão-de-obra.

Figura 2
Diagrama: Os dois circuitos da economia

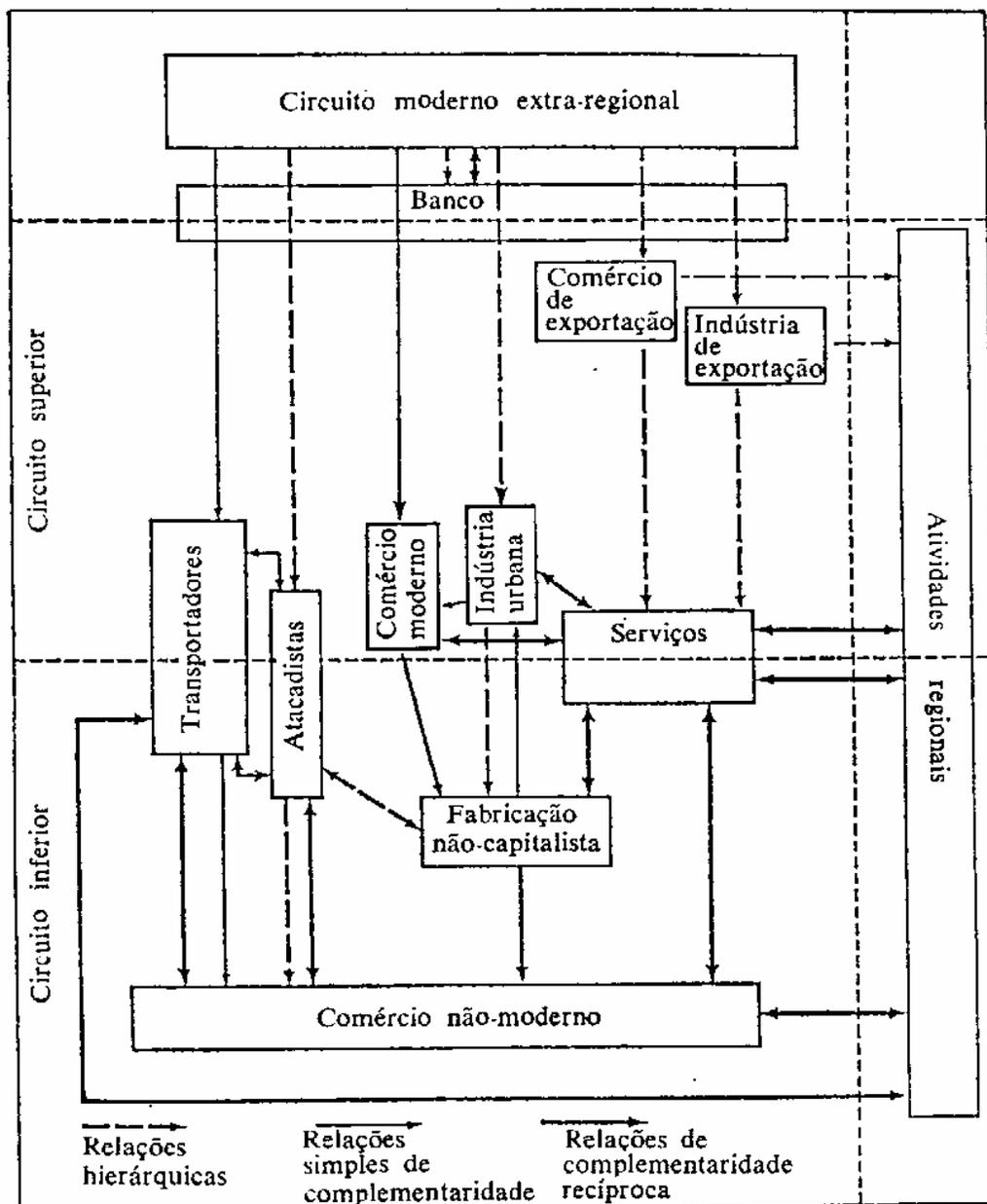


Fig. 1 — Os elementos dos dois circuitos

Estes aspectos, somados à prática de uma concorrência acirrada, fazem com que o circuito superior seja extremamente excludente, tanto no que se refere à produção (emprego) quanto no que diz respeito ao consumo (poder de compra). O impacto da reestruturação produtiva no circuito inferior vai resultar no inchaço deste, uma vez que, inversamente, lhe caberá, em virtude do mesmo processo, integrar aqueles que nunca conseguiram entrar ou aqueles que foram excluídos do circuito superior.

No Brasil, a reestruturação produtiva começa a se manifestar ainda na década de 1980. Mas, segundo Antunes,

Foi nos anos de 1990, entretanto, que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente em nosso país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean production*, do sistema *just-in-time*, *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de subcontratação e de terceirização da força de trabalho. (Antunes, 2004: 18)

Realmente, se tomarmos os dados resultantes das pesquisas sobre a variação das taxas de desemprego no Brasil, realizadas tanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) quanto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo da década de noventa, mesmo levando em consideração a limitação dessas pesquisas*, veremos que as taxas de desemprego evoluíram numa escala crescente por toda essa década. Esta realidade – de desemprego estrutural e outras manifestações, como, por exemplo, o crescimento da informalidade – é sintomática da presença do processo de reestruturação produtiva aqui no Brasil.

Desta forma, assim como o desemprego (e em grande parte por sua causa), também a informalidade, na década de 1990, no Brasil e em Goiânia, experimentou considerável crescimento. Mas antes de nos aprofundarmos nesta questão, faremos algumas considerações acerca do conceito de informalidade numa perspectiva mais geral, para, em seguida, de forma mais particularizada, tratá-lo à luz da realidade brasileira.

* Limitação porque as pesquisas tanto do DIEESE quanto do IBGE, em nível de Brasil, abrangem apenas seis capitais: São Paulo, Brasília, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre. Além disso, a medição das taxas

2.2 – SOBRE O CONCEITO DE INFORMALIDADE

O termo informalidade surgiu ainda na década de 1960, embora só tenha se firmado e difundido a partir de seu uso pela Organização Mundial do Trabalho (OIT), no início da década de 1970 (Silva, 2002). Segundo Kjeld Jakobsen, o termo foi “utilizado pela primeira vez (pela OIT) nos relatórios sobre Gana e Quênia, elaborados no âmbito do Programa Mundial de Emprego, em 1972” (Jakobsen, 2001: 13).

A noção de informalidade, segundo Luiz Antonio M. da Silva, surgiu “a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo o mundo subdesenvolvido” (Silva, 2002: 85-86). Kjeld corrobora este ponto de vista ao afirmar que a origem do trabalho informal, na América Latina, está relacionada à intensa migração de trabalhadores do campo para a cidade, após a Segunda Guerra Mundial (Jakobsen, 2001).

O grande número de migrantes que buscava, nos centros urbanos recém-industrializados, uma condição de vida melhor do que a que levava no campo não teve sua força de trabalho absorvida na sua totalidade. Segundo Jakobsen, “Isto levou uma parcela expressiva destes migrantes a constituir um excedente de mão-de-obra, que foi obrigado a “inventar” seu próprio trabalho (...) como meio de sobrevivência” (Op. cit.: 14).

No que se refere à validade e operacionalidade do conceito de informalidade, este tem sido alvo de diversas críticas. Uma primeira crítica, e mais geral, diz respeito à sua generalidade, uma vez que o conceito pressupõe englobar, sob uma única rubrica, atividades demasiadamente diversas. Além disso, dependendo o conceito de informalidade de seu oposto – “formalidade” – há que se considerar antes o sentido que este tem nos diferentes países e períodos sócio-históricos (Noronha, 2003). Uma segunda crítica refere-se ao fato de que o conceito de informalidade sofreu uma espécie de esvaziamento de seu poder analítico, a partir do final da década de 1980 (Silva, 2002); ou ainda, critica-se a dificuldade de definir a fronteira, o limite que separa a atividade formal da informal, tendo em vista que, freqüentemente, formalidade e informalidade entrelaçam-se, engendram-se e até, por que não (?), alimentam-se mutuamente (Malaguti, 2001).

É interessante dizer também que, deste processo de crítica, empreendido pelos autores acima referidos, surgem, mesmo que de forma velada, às vezes até descomprometida,

de desemprego não cobre toda a década de 1990 em todas as seis capitais relacionadas acima, e há divergências nos resultados de um instituto para o outro, em virtude do uso de metodologias diferentes.

proposições de “novos conceitos” que visam a substituir a noção de informalidade: “contratos atípicos” (Noronha); “empregabilidade/empreendedorismo” (Silva); “trabalho híbrido” (Malaguti). Veremos agora um pouco mais do que estes autores pensam acerca da informalidade.

Começando por Eduardo Noronha, este considera o conceito de informalidade muito genérico, polissêmico e, por conseqüência, extremamente ambíguo. A ambigüidade diz respeito, inclusive, às fontes de interpretação do conceito. Segundo o autor, há três diferentes fontes de interpretação do fenômeno da informalidade aqui no Brasil: uma, de base econômica, que vincula a informalidade a atividades periféricas não remuneradas; outra, de fundamento jurídico, que entende a informalidade como ilegalidade; e uma terceira, baseada no senso comum, que identifica a informalidade com a ausência de carteira de trabalho assinada. Assim, essas três formas de interpretação constituem três pares contrastantes de conceitos: “formal” e “informal”; justo e injusto; legal e ilegal (Noronha, 2003).

Por isso, prefere Eduardo Noronha, ao invés da palavra informalidade, usar os termos “contratos atípicos”. Assim, quando se fala em informalidade, o que se tem é uma série de contratos atípicos que, por sua vez, são diferentes uns dos outros. Por contratos atípicos, o autor entende o seguinte: “aqueles contratos do setor privado que fogem do padrão legal – CLTista, no caso brasileiro” (Noronha, 2003: on line).

De acordo, ainda, com Noronha, as ambigüidades que envolvem o conceito de informalidade podem ser minoradas se concebermos, na informalidade mesma, a separação entre economia informal e trabalho informal, ou seja, se distinguirmos os contratos atípicos de trabalho dos contratos atípicos do mercado informal em geral.

Neste sentido, a informalidade pode ser entendida até mesmo como um conceito mais geral de que deriva, por sua vez, uma série de outros subconceitos: setor informal, mercado informal, trabalho informal. Mas, ainda assim, freqüentemente, essas variantes são tomadas indistintamente como se fossem a mesma coisa. Este aspecto é também criticado por Malaguti, que diz o seguinte, sobretudo no que se refere à diferença entre conceito de informalidade e setor informal: “Em geral, os especialistas em Economia e Sociologia do Trabalho utilizam indistintamente os dois conceitos. No entanto, a “informalidade” é um conceito muito mais amplo do que o de “setor informal”. O setor informal expressa apenas um aspecto da informalidade, mas sem esgotá-lo: a segunda engloba o primeiro” (Malaguti, 2001: 99).

A mesma ambigüidade têm os termos adjetivados mercado formal e mercado informal, visto que se pode estar falando em mercado de um modo geral, mercado por ramo de

atividade econômica ou, ainda, mercado de trabalho. Mas o problema maior acerca do conceito de informalidade, para Malaguti, é a dificuldade de definição de sua fronteira com a formalidade.

Em *Crítica à Razão Informal*, Malaguti vai demonstrar essa dificuldade de se estabelecer uma classificação rígida capaz de demarcar os limites entre formalidade e informalidade; trabalho formal e trabalho informal; trabalhador assalariado e trabalhador independente.

A partir de pesquisas empíricas, o autor vai sustentar que a formalidade penetra o “setor” informal e este nutre-se da formalidade. Seu trabalho traz vários exemplos a este respeito, dos quais selecionamos alguns, destacados a seguir.

Ex. 1 – O informal no formal:

Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados, impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupas, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que faz horas extras sem recebê-las; o mestre-de-obras de uma grande empreiteira da construção civil que trabalha sem utensílios de proteção etc. (Malaguti, 2001: 99)

Ex. 2 – O formal no informal:

Mas o inverso também é verdadeiro. Podemos facilmente observar casos de formalidade no “setor” informal. Uma situação exemplar é a do ambulante que é casado com uma funcionária pública (...). Independentemente do fato desta funcionária ajudar o ambulante nas suas vendas, seu contracheque público é fundamental para a obtenção de créditos por parte do marido-ambulante. É através da situação relativamente estável de sua esposa que ele financia suas compras junto aos fornecedores. (Op. cit.: 100)

Para Malaguti, a mesma dificuldade ocorre com a tentativa de definir o status ocupacional do trabalhador: se assalariado ou independente. A quantidade de exemplos que poderia ser citada para ilustrar esta afirmação é extensa. Na segunda parte da obra, citada mais acima, Malaguti apresenta uma série de exemplos, embasados na realização de pesquisas empíricas, que mostram a dificuldade em distinguir o status ocupacional de determinados trabalhadores. Dentre vários, é bastante sugestivo e ilustrativo o exemplo da oficina mecânica, o qual se encontra nas páginas 123 e 124.

Neste exemplo, um empregado de banco instala e equipa uma oficina mecânica e emprega um encarregado, com status de autônomo. Por sua vez, o encarregado emprega um mecânico que, aos sábados à tarde, trabalha na oficina por conta própria, podendo, até mesmo, vender peças usadas livremente. A partilha dos ganhos ocorre da seguinte forma: 30% para o mecânico e 70% divididos entre o patrão e o encarregado (Malaguti, 2001).

Nesse exemplo, qual seria o status ocupacional do bancário? Está claro que ele é assalariado, pois é funcionário de um banco e, como tal, recebe um salário. Mas está claro, também, que é pequeno patrão, pois é proprietário dos meios de produção (da oficina). Pode não haver identidade ou semelhança com o caso citado, mas muitas pessoas, por necessidade de complementar a insuficiente renda advinda do emprego formal, se vêem forçadas a exercer uma atividade qualquer no setor informal, como forma de complementação de renda.

As pesquisas e reflexões de Malaguti levaram-no à seguinte conclusão: “Os exemplos de trabalhadores empiricamente ‘assalariados’ ou ‘independentes’, que, de fato, não são nem um nem outro, configuram um status ocupacional híbrido e sem referência na teoria econômica ou na sociologia do trabalho tradicionais” (Malaguti, 2001: 138). Assim, em alguns casos, é praticamente impossível definir o status ocupacional de um trabalhador de forma rígida, pois este pode, por necessidade ou não, ter mais de uma ocupação e duplo rendimento, um proveniente do “setor” formal e outro do “setor” informal, o que o vincula a um processo de trabalho híbrido que não pode ser apreendido pelas teorias tradicionais.

Para o autor, é preciso lançar mão de novos instrumentais analíticos, como o que chama, por exemplo, de “as trajetórias ocupacionais”, que consiste em considerar, para fins de definição do status ocupacional de determinado trabalhador, não apenas um momento específico de sua vida de trabalho, mas toda sua trajetória “profissional”, o que pode ensejar ao pesquisador a percepção de que, em certo momento da prática profissional deste trabalhador, ele foi assalariado e, em outro, tornou-se autônomo, talvez tenha voltado a ser assalariado e agora concilia as duas condições: é assalariado e independente ao mesmo tempo, um trabalhador híbrido.

Entretanto, este fato não constitui algo tão estranho assim, na história do trabalho, se lembrarmos que este status de trabalhador híbrido, a que se refere Malaguti, corresponde, em parte, ao que Marx denominava trabalho parcial e trabalhador parcializado. Só que, em Marx, a parcialidade do trabalhador ocorria intrinsecamente em relação à divisão das funções num mesmo processo de trabalho, enquanto a parcialidade do trabalhador híbrido de Malaguti refere-se ao fato de que o mesmo trabalhador executa, simultânea ou sucessivamente, dois processos de trabalho diferentes.

O terceiro autor envolvido nesta discussão, Luiz Antônio Machado da Silva, por sua vez, vai sustentar que este conceito ou, como prefere dizer, “quase-conceito” de informalidade, teve grande poder de mobilização dos debates durante toda a década de 1970 e início da década de 1980. No entanto, consoante seu ponto de vista, o que se constata, atualmente, é que, a partir do final da década de 80, este “quase conceito” passou a perder grande parte da força analítica que lhe era própria, tornando-se demasiadamente genérico e vago, constituindo-se em alvo de variadas críticas. No trecho abaixo, o autor justifica o porquê desse esvaziamento do conceito de informalidade:

Nas últimas décadas, entretanto, “informalidade progressivamente se torna um mero termo do léxico sociológico, incorporado pelas camadas bem informadas, perdendo a capacidade que, durante um bom tempo, permitiu-lhe desempenhar aquele papel catalisador. De fato, creio que até o observador mais desatento perceberá que seu uso, ao mesmo tempo em que se universaliza, torna-se cada vez mais trivial e não provoca as acaloradas discussões do passado, apesar de ainda compor argumentos os mais diversos. Assim, sua generalização, que confere ao termo a aparência de um significado unívoco e de domínio público, obscurece o fato de que esse uso indiscriminado descarna-o de substância analítica e força prática. (Silva, 2002: 82)

Assim, tendo em vista essas considerações, o autor acredita ser plausível a hipótese de esvaziamento do poder analítico da noção de informalidade, e propõe sua substituição pelo par conceitual “empregabilidade/empreendedorismo”, como explicitamente sugere no trecho a seguir: “Considero que o papel mediador que o ‘quase-conceito’ de informalidade desempenhou por décadas está decididamente esgotado, e que ele foi – ou está sendo – **substituído*** por outro, o par “empregabilidade/empreendedorismo” (Silva, 2002: 100).

A parte do artigo em estudo, destinada ao tratamento desta questão, é demasiadamente curta para um aprofundamento acerca das novas noções conceituais propostas pelo autor. Mas é possível inferir que a consideração do novo par conceitual, descrito acima, implica o deslocamento das atenções da tradicional “cultura do trabalho”, baseada na fórmula “trabalho livre, mas protegido” (Silva, 2002), e pautada pelo assalariamento, para um novo modelo de cultura do trabalho, regido mais pela autonomia e individualidade do trabalhador. O trecho a seguir, transcrito já do fim de seu artigo, pode ajudar na compreensão do que estamos discutindo:

* Grifo do autor.

Resumindo e simplificando, projeta-se a imagem do “novo trabalhador” como um ser que substitui a carreira em um emprego assalariado de longo prazo pelo desenvolvimento individual, através da venda de sua força de trabalho (...) em uma série de atividades contingentes, obtidas através da demonstração pública da disposição e competência para práticas econômicas em constante mudança – isto é, sempre como empresário de si mesmo. (Silva, 2002: 105)

A referida citação dá a impressão de que a substituição de uma carreira em emprego estável por atividades contingentes, próprias da informalidade, é uma opção livremente exercida pelo trabalhador, como se ele pudesse escolher e, nesta hipótese, optasse pelo trabalho autônomo. O fato é que o conceito-par “empregabilidade/empreendedorismo”, defendido pelo autor como substituto do conceito de informalidade, refere-se a um tipo específico desta, isto é, a praticada pelas camadas médias e não propriamente à pequena informalidade.

Isto ficou claro quando recorremos a um outro artigo desse autor, intitulado: *Velhas e Novas Questões Sobre a Informalização do Trabalho no Brasil Atual*, de 1997. Nele, Luiz Antonio M. da Silva procura combinar o que considera ser os dois grandes eixos interpretativos presentes no debate sobre a informalização, os quais rotula, o primeiro deles, de “círculo vicioso”, que se refere ao processo de informalização próprio das camadas sociais mais pobres e, o segundo, de “círculo virtuoso”, que diz respeito ao mesmo processo, só que desenvolvido por pessoas das camadas médias*. Em seguida, assim se explica:

Trata-se, de um lado [“círculo vicioso”], da informalização colada ao empobrecimento do conjunto dos trabalhadores, que vai desde o afrouxamento da proteção legal do emprego, até a franca ilegalidade das relações trabalhistas, passando pela situação de pobreza de segmentos sociais que apenas conseguem acionar estratégias de sobrevivência que reproduzem as dificuldades de sua incorporação produtiva. De outro [“círculo virtuoso”], dos processos de informalização que envolvem, via de regra, os segmentos mais afluentes e qualificados da força de trabalho, até então imunes à retração econômica e ao desemprego. (Silva, 1997: 26-27)

Portanto, se até a década de 1970, as mudanças na estrutura do mercado afetavam “basicamente os segmentos inferiores que ingressavam ou situavam-se na periferia do capitalismo urbano-industrial, atingem hoje o conjunto da força de trabalho, inclusive seus setores mais bem qualificados e remunerados” (Silva, 1997: 31).

* Respectivamente, “círculo vicioso” e “círculo virtuoso” correspondem ao que chamamos de “baixa informalidade” e “alta informalidade”.

Segundo Silva, o engajamento dos trabalhadores no diversificado leque de atividades alternativas (outra forma de se referir às atividades informais) pode corresponder a uma atitude não só estritamente defensiva, mas, também, a uma atitude ativa de preferência, de opção (Silva, 1997). Mas como o objetivo do autor é evitar a ênfase centrada em um ou outro dos aspectos que “estimulam” o engajamento dos agentes nas atividades alternativas, comum nos pacotes interpretativos em voga, ele propõe então a hipótese de que “a formação dos comportamentos [dos agentes] corresponda a uma combinação das duas atitudes, com o peso relativo de cada uma dependendo do volume de recursos (econômicos ou não) e expectativas de que os agentes dispõem” (Op. cit.: 36).

Contudo, o autor admite que as atitudes de engajamento nas atividades alternativas por preferência são mais próprias dos trabalhadores das camadas médias, enquanto as atitudes defensivas de engajamento são mais próprias das camadas menos favorecidas dos trabalhadores.

Assim, quando Luiz Antonio M. da Silva propõe o deslocamento do conceito de informalidade para o conceito de “empregabilidade/empreendedorismo”, é, certamente, nessa perspectiva de combinação das duas atitudes de engajamento, acima apresentadas – defensiva e de preferência. Entretanto, este par conceitual reflete, a nosso ver, mais a realidade dos trabalhadores das camadas médias do que daqueles das camadas mais pobres, que se entregam diariamente às atividades de rua, próprias da baixa ou pequena informalidade.

2.3 – DESEMPREGO E INFORMALIDADE NO BRASIL

Depois dessa breve discussão em torno do conceito de informalidade, passamos agora a estudar, mais enfaticamente, o processo de desemprego e a questão da informalização do trabalho no Brasil. Partiremos das seguintes questões: 1) O que se tem entendido por trabalho informal no Brasil? 2) O trabalho informal tem constituído uma opção em nome da autonomia e da liberdade no trabalho (atitude de preferência) ou, pelo contrário, traduz mais uma forma de fuga ao desemprego, de estratégias de sobrevivência (atitude defensiva)? 3) Quais as condições das ocupações e dos trabalhadores informais aqui no Brasil?

Abordando a primeira problemática, pode-se dizer que a noção de formalidade/informalidade e, conseqüentemente, de trabalho formal/informal, em voga no Brasil, está primeiramente relacionada à ordem jurídica, pois, neste contexto, leva-se em

consideração, para esta definição, o fato de o trabalhador estar ou não de acordo com a legislação trabalhista e, mais particularmente, de estar ou não registrado em carteira. Assim, como diz Noronha, “são informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada” (Noronha, 2003: on line).

Esta noção é reforçada por Paul Singer. Falando das mudanças mais importantes ocorridas nos últimos vinte anos no Brasil (de 1980 em diante), diz o autor: “Outra mudança importante ocorrida nos últimos vinte anos é a substituição do *emprego formal, ou seja, com registro do contrato de trabalho em Carteira de Trabalho (...)* por *emprego informal, ou seja, sem registro*”^{*} (Singer, 2003: 44-45). Este é também o entendimento de Jorge Mattoso, que diz: “A redução do mercado formal de trabalho, isto é, aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, (...) pode ser observado pelo crescimento dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e por conta própria” (Mattoso, 2001: 16).

Augusto Caccia Bava Jr. diz que o mercado de trabalho no Brasil se define “a largos traços” como formal e informal, mas, adverte, “só a largos traços”, e apresenta a definição que teria cada um.

Formal é o espaço de compra e venda da força de trabalho regulamentado por lei, do qual deriva o registro dos termos contratuais estabelecidos. A lei que regula esse mercado é a Consolidação das Leis do Trabalho, conhecida por CLT. Mercado informal de trabalho é aquele que se organiza através de compromisso verbal. É o mercado de compra e venda da força de trabalho que se estabelece a partir de relações de confiança. (Bava Jr., sd: 35-36)

Como verificado, os quatro autores, referidos acima, têm as suas opiniões convergentes no aspecto mais central da definição de trabalho informal no Brasil: trabalho informal é aquele sem registro em carteira, ou seja, não regulado pelas leis trabalhistas. Deste aspecto central, decorrem outros que também constituem características da informalidade no Brasil, como o não recolhimento de impostos e a falta de contribuição previdenciária, na maioria dos casos^{**}.

Paul Singer, falando da informalidade ocorrente nas empresas, explica que esta prática só beneficia o empregador em detrimento, evidentemente, do empregado. Diz ele:

* Grifo nosso.

** No que se refere ao recolhimento de impostos, há algumas atividades, tais como feiras, mercados populares, etc., regularmente regidas pelo poder público, que não pagam impostos, propriamente, mas taxas. Quanto à Previdência, sobretudo no que diz respeito à baixa informalidade, poucos são os que contribuem. Os que contribuem o fazem como autônomos.

O emprego informal é clandestino e dispensa o empregador e o empregado de recolher as contribuições à Previdência Social, ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e outras, além de permitir ao patrão deixar de pagar férias, 13º Salário, Aviso Prévio etc. Estima-se que a substituição do emprego formal pelo informal reduz em mais de 50% o custo anual do trabalhador à empresa. (Singer, 2003: 45)

Este aspecto, mencionado por Singer, é prática corriqueira no Brasil, e demonstra, como já enfatizava Malaguti, que o formal e o informal, às vezes, se interpenetram. E a lógica dessa interpenetração, neste caso (informalidade na empresa), está clara: reduzir gastos com o trabalho para acumular mais capital.

Mas há, ainda, outros aspectos, além da precarização das relações de trabalho que acabamos de ver. Assim, caracteriza o trabalho informal também a precarização das condições de trabalho, tanto no que se refere à sua execução (ambiente e instrumentos de trabalho), quanto ao rendimento (renda auferida com a atividade). O grau de precarização, por sua vez, é variável, dependendo da atividade exercida. Se se trata da baixa informalidade, constituída por aquelas atividades praticadas pelas camadas mais desprivilegiadas da sociedade, a tendência é para um grau ainda maior de precarização.

Mas antes de darmos continuidade à discussão acerca do caráter de precário e instável das atividades informais, a qual será retomada brevemente, há uma questão que precisamos aprofundar. Trata-se da relação entre o desemprego e a informalidade.

Vimos que, aqui no Brasil, o conceito de informalidade é definido a partir do conceito de formalidade que, por sua vez, é de base jurídica. Como vimos, o trabalho informal é entendido como aquele exercido sem carteira assinada e está intimamente relacionado à dinâmica do mercado formal. Embora não seja nenhum despautério conceber, nos dias atuais, a ocorrência de desemprego mesmo no setor informal, quando ouvimos os especialistas, o governo ou a imprensa mencionarem a ocorrência de desemprego, o fazem com referência ao emprego no setor formal da economia. O desemprego é definido, então, como o fechamento de vagas de trabalho no setor formal.

Até a década de 1970, havia uma relação mais ou menos estável entre emprego e desemprego, uma situação em que um período de desemprego era seguido por um período de recriação de empregos, logo que passasse o surto recessivo. Porém, dessa data para cá, a estabilidade parece ter sido quebrada por causa do radical quadro de crise do sistema capitalista de produção. Uma crise crônica, estrutural, de tendência global – como é de natureza estrutural, suas conseqüências também tendem a ser de natureza idêntica. É o caso,

por exemplo, do desemprego, hoje tido como de natureza estrutural. Mas, estrutural ou não, o fato é que dele decorre uma série de outros problemas, dentre os quais, o crescimento da informalidade.

No caso brasileiro, segundo vários autores, o desemprego tem constituído o principal fator responsável pelo crescimento do trabalho informal. A tese que sustenta a relação entre desemprego e informalidade, aqui no Brasil, é bastante defendida. A título de exemplo, relacionamos abaixo algumas citações de autores que apresentam esta relação causal:

Os mercados do trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego ou deixou de contar com suporte material para fazê-lo. (Singer, 2001: 12)

A pressão crescente do desemprego é fator poderoso para que grande número de pessoas aceite o emprego informal. (Singer, 2003: 45)

Embora alguns apreciem a “autonomia” do trabalho informal, a maior parte deles está na informalidade em razão do desemprego e a ampla maioria tem como demanda comum a regulamentação da atividade. (Jakobsen et al., 2001: 09)

O trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias. (Malaguti, 2001: 63)

Já nos anos 80, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho, com a ampliação da informalidade. (Mattoso, 2001: 09)

Constata-se assim que, embora o desemprego não seja o único e absoluto fator de implicação da informalidade, em geral, e do trabalho informal, em sentido específico, pode-se, no entanto, tomá-lo, seguramente, como a causa principal destes.

As tabelas abaixo também sugerem que há, sem dúvida, uma relação direta entre o desemprego e a informalidade, de um modo geral, e ainda que não seja uma relação que se estabelece, necessariamente, nas mesmas proporções, o fato é que o crescimento das taxas de desemprego implica, em maior ou menor grau, o crescimento das taxas do trabalho informal.

Quadro 2
Taxas de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas – 1989-1999

	(em %)										
Regiões Metropolitanas	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
B. Horizonte								12,7	13,4	15,9	17,9
Dist. Federal				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
Porto Alegre					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0
Recife										21,6	22,1
Salvador									21,6	24,9	27,7
São Paulo	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3

Fonte: A Situação do Trabalho no Brasil/DIEESE, 2001.

O quadro acima, sem dúvida, nos mostra em porcentagens que, realmente, na década de 1990, as taxas de desemprego cresceram. Da mesma forma, o quadro abaixo, com base em dados do IBGE, procura mostrar a evolução das taxas de desemprego no país.

Quadro 3
Taxa de Desemprego Aberto
Regiões Metropolitanas* (Total)

1991	1992	1993	1994	1995	1996
5,2	6,1	5,7	5,4	4,9	5,8
1997	1998	1999	2000	2001	2002
6,1	8,3	8,2	7,8	6,8	7,8

Fonte: IBGE – PME (Pesquisa online/2004)

Os percentuais apresentados pelo IBGE, comparados aos do DIEESE, são bem menores. Isto se deve, evidentemente, à diferença de metodologia da pesquisa. Mas, tanto num caso quanto no outro, ficou patente que as taxas de desemprego realmente cresceram ao longo da década de 1990 e início do ano 2000. A seguir, temos um quadro demonstrativo do crescimento das taxas de informalidade no Brasil.

Quadro 4
Participação Média dos Empregados sem Carteira Assinada e Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total das Regiões Metropolitanas

	(em %)		
ANO	1991	1995	1999
Empr. Sem Carteira	20,81	24,08	26,39

* As Regiões Metropolitanas pesquisadas pelo IBGE são: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Por Conta Própria	20,10	21,95	23,53
TOTAL	40,91	46,03	49,92

Fonte: Jakobsen, 2001: 15 (Mapa do Trabalho Informal)

Os quadros acima revelam, de forma bastante clara, que o crescimento do desemprego tem sido acompanhado, concomitantemente, pelo crescimento do trabalho informal*. Se, em 1999, a informalidade atingia 49,92 % da população em idade de trabalho, hoje, seguramente, a taxa percentual ultrapassa os 50 %. Assim, as citações dos autores acima, corroboradas pelos dados dos quadros que se seguem (2, 3 e 4), permitem inferir, já fazendo menção à segunda indagação feita no início desta seção – se o trabalho informal tem constituído uma opção ou uma forma de refúgio ao desemprego, uma estratégia de sobrevivência? –, que a maioria dos que estão na informalidade não se encontram nesta condição por opção, por preferência, mas, antes, porque esta representa uma espécie de refúgio à situação de desemprego. Em outras palavras, o trabalho informal tem constituído estratégia de sobrevivência para as pessoas excluídas do mercado formal de trabalho.

Neste sentido, diz Malaguti: “Constata-se hoje, corriqueiramente, que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mas sim o refúgio dos sem opção” (Malaguti, 2001: 68).

Desta forma, é dedutível que, se pudesse escolher, a maioria certamente escolheria empregos regulares, como diz Singer, no trecho a seguir: “A maioria dos brasileiros trabalha, compra e vive informalmente porque sua situação econômica não lhe oferece qualquer outra alternativa. A demanda formal por trabalho é de longe demasiada pequena para abranger todos aqueles que querem e precisam trabalhar” (Singer, 2003: 64). Em outro texto, Singer já dizia: “... os trabalhadores informais em grande parte anseiam por empregos regulares...” (Singer, 2001: 12-13).

No entanto, apesar das constatações acima, pode ser que haja pessoas que encontrem na informalidade algo mais que apenas uma forma de defesa, de refúgio ao desemprego. Não está vetada esta hipótese. Mas, a julgar pelas condições em que é realizada a maioria das atividades informais no Brasil, difícil e raramente a informalidade constituirá objeto de uma livre escolha, de uma opção por liberdade e autonomia. No que se refere aos tipos de atividades informais, as carências não são só materiais mas, de um modo geral, “sofridas” pela grande massa dos trabalhadores brasileiros, pois não lhes permitem praticar outra forma

* É importante ressaltar que, se no caso do desemprego, já é difícil mensurar – como mostra a tabela, apenas algumas das principais capitais do país são pesquisadas –, imagine a dificuldade de se mensurar a informalidade, um fenômeno que é muito mais fluido e amplo que o desemprego. Assim, qualquer dado sobre informalidade deve ser observado com cautela.

de atividade a não ser aquelas próprias da baixa informalidade. Se, com respeito às classes médias, a informalidade pode ser, de alguma forma, relacionada com atributos tais como autonomia, iniciativa, criatividade e inovação, com relação às classes baixas torna-se difícil fazer tal afirmação. “De fato, [diz Luiz A. M. da Silva] é difícil falar em atributos como iniciativa, criatividade, inovação, etc, sob as condições de carência material, baixa escolaridade e qualificação profissional, posições subalternas nas redes de clientela e de poder, etc, que caracterizam as camadas menos favorecidas dos trabalhadores” (Silva, 1997: 37).

Tendo em vista os argumentos expostos acima, talvez seja hora de responder à terceira questão, a que diz respeito às condições sob as quais são desenvolvidas as atividades informais aqui no Brasil.

De um modo geral, a maioria das atividades informais constitui formas de trabalho precárias e instáveis, como constata Singer: “A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos” (Singer, 2001: 12). E, como vimos acima, na opinião de vários autores, o desemprego e a desregulamentação das relações de trabalho têm sido os principais fatores responsáveis pelo processo de informalização no Brasil.

É importante entender que, embora a informalidade seja uma forma de precarização do trabalho, estes termos não devem ser tomados como sinônimos. Na verdade, a informalidade é apenas uma forma de manifestação da precarização, que pode se dar de diversas outras formas, a saber: a adoção de contratos temporários; trabalho em tempo parcial; subcontratação ou terceirização.

A subcontratação ou terceirização merecem destaque. Agindo desta forma (subcontratando, terceirizando), as empresas não precisam mais arcar com o ônus dos encargos sociais de inúmeros trabalhadores que deixam de figurar em suas folhas de pagamento. Apenas pagam o valor da prestação do serviço à empresa subcontratada, cabendo a esta arcar com os encargos sociais. No entanto, é muito comum que estas subcontratadas, às vezes devidamente “regulares”, deixem de registrar em carteira seus funcionários, fazendo deles assalariados informais.

A precariedade do trabalho informal implica também alguns aspectos mais particularizados, tais como maior tempo de dedicação ao trabalho e menor remuneração em comparação ao trabalho formal*.

* Isto é um pouco relativo, pois, evidentemente, há casos de atividades informais que garantem um rendimento muito maior do que o rendimento auferido em certos empregos formais, em parte porque os salários, no setor

De acordo com Singer, com base em uma pesquisa com informais em São Paulo, verificou-se que a jornada média de trabalho deles é de 76 horas por semana e a média de ganho R\$ 927,00 por mês. Mas, se por um lado, há quem ganhe até R\$ 4.000,00, por outro, há os que ganham apenas R\$ 150,00 por mês (Singer, 2001). Além da precariedade, as inserções informais são intrinsecamente instáveis, seja no que se refere à renda, ao tempo de dedicação ao trabalho ou mesmo aos locais onde atuam os trabalhadores. Na maioria dos casos, são espaços públicos, estando os informais sujeitos à remoção a qualquer momento, por causa da fiscalização.

2.4 – A INFORMALIDADE URBANA EM GOIÂNIA

O município de Goiânia, em consonância com os processos de crescimento demográfico e também das taxas de urbanização verificadas em âmbito nacional, não fugirá a esta tendência e experimentará semelhantes processos. O quadro abaixo, embora relativo a um recorte exíguo de tempo, permite constatar o que dissemos.

Quadro 5
Crescimento Populacional e Percentual de Urbanização
Goiânia / 1991-2000

1991		2000	
População	Urbanização	População	Urbanização
922.222	98,97%	1.093.007	99,34%

Fonte: SEDEM, 2003

Como deixa claro o quadro acima, o aumento da população geral do município de Goiânia foi constante e sucessivamente crescente, tendo passado a taxa de urbanização de 98,97%, em 1991, para 99,34% em 2000.

Assim, um contingente populacional se dirigirá para Goiânia, como iniciativa decorrente do processo de urbanização caracterizado pelos movimentos migratórios rural/urbano e/ou de deslocamento de cidades do interior para cidades maiores, de economias

formal de trabalho, têm decrescido. Como sabemos, os salários em geral têm por referência o salário mínimo. Considerando que a evolução do salário mínimo brasileiro, historicamente, vem acumulando defasagens, temos aqui, pelo menos, parte da explicação para este fato.

mais dinâmicas. Este aspecto será o primeiro fator responsável pela constituição de um cenário propício ao surgimento da informalidade nesta e em outras regiões metropolitanas do país.

Deste modo, a informalidade em Goiânia ocorrerá, por volta da década de 1970 e início da década de 80, sobretudo em virtude do excesso de oferta de mão-de-obra, impossível de ser assimilada, em sua totalidade, pelo mercado formal de trabalho urbano, dando margem, então, à formação de um “mercado informal de trabalho”.

Ao longo do tempo, outros fatores foram se somando a este, tais como, por exemplo, a baixa formação escolar e profissional, a diminuição da oferta de postos de trabalho (enxugamento dos setores) e, claro, o desemprego.

Desta forma, já a partir da década de 1980, repercutindo o processo de reestruturação produtiva, o desemprego estrutural constitui-se no principal e mais perverso fator de implicação da informalidade, uma vez que provoca, literalmente, a destruição de milhares de postos de trabalho regulares em Goiânia e em todo o Brasil.

Assim como nas principais regiões metropolitanas do Brasil, também em Goiânia as atividades econômicas próprias do circuito inferior são constituídas, em sua maioria, pelas atividades informais.

Como sugerimos acima, a informalidade em Goiânia, certamente, antecede a década de 1980. Mas é a partir daí, e sobretudo na de 1990, que este problema se intensifica, com a ocupação das principais ruas e avenidas, em especial as Avenidas Goiás e Anhangüera, localizadas no centro da cidade.

O crescimento da informalidade no Setor Central foi acompanhado com desgosto pelos moradores e comerciantes estabelecidos na região, os quais, desde a primeira metade da década de 80, viram parte das avenidas serem tomadas pelos comerciantes ambulantes. Em virtude dessa ocupação pelos trabalhadores informais, tornaram-se freqüentes os conflitos e as pressões sobre o poder público, sobretudo por parte dos comerciantes estabelecidos, que ameaçavam, inclusive, tomar algumas medidas drásticas, tais como o fechamento de suas próprias lojas, depósitos judiciais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e passeatas pelas ruas, como forma de pressionar o poder público no sentido de que adotasse medidas para a retirada dos ambulantes do centro da cidade, como atesta matéria do jornal **O Popular**, de julho de 1987.

Pressionada pelos comerciantes formalmente estabelecidos – por intermédio de seu órgão representativo, a Câmara dos Diretores Logistas (CDL) –, a prefeitura de Goiânia, sob a administração do então prefeito Daniel Antônio, anunciava a criação de um shopping popular

destinado a abrigar os ambulantes das Avenidas Goiás e Anhangüera. A idéia era mudar o velho Mercado Central, que funcionava entre a Rua 4 e a Avenida Anhangüera, para um novo espaço existente na Rua 3 e, depois de uma reforma no local, instalar nele o Centro Comercial Popular (CCP), também popularmente conhecido como Camelódromo do Centro, e abrigar ali os trabalhadores informais que ocupavam as referidas avenidas. A inauguração ocorreu em setembro de 1987 e, como já advertira o prefeito, quando do anúncio de sua criação, somente seriam transferidos para o CCP os ambulantes cadastrados na Secretaria de Ação Urbana.

Entretanto, os não-cadastrados seriam, de qualquer forma, retirados das ruas e avenidas do Setor Central, e a fiscalização, por parte da referida secretaria, seria intensificada para impedir a volta dos ambulantes às ruas do centro ou evitar a sua migração para outras localidades como, por exemplo, a Avenida 24 de Outubro, em Campinas, que servia de válvula de escape sempre que a fiscalização apertava o cerco contra esse tipo de atividade exercida no centro.

Mas, mesmo com a criação do CCP, algum tempo depois as ruas e avenidas do centro da cidade estavam novamente tomadas pelos trabalhadores ambulantes: aqueles que não foram contemplados com uma vaga no camelódromo; os que, mesmo tendo sido contemplados com um ponto, não conseguiram manter as vendas e voltaram para as ruas; novos ambulantes, iniciantes na “profissão”, vitimados pela crise econômica. Como afirma Pedro, presidente do CCP de Goiânia: “Muitos não conseguiram manter as vendas e voltaram para as ruas, depois de passar o ponto para frente. Ao mesmo tempo, a crise econômica fez com que surgissem novos camelôs” (**O Popular**, 24-10-01, p.4).

Tendo em vista este fato, Silvio do Val, então presidente do Clube de Diretores Logistas (CDL), criticou a criação do Centro Comercial Popular dizendo que “Ele [CCP] não surtiu o efeito desejado e virou depósito de ambulantes que, mesmo assim, continuaram ocupando as calçadas com suas bancas” (**O Popular**, 24-11-92, p.?). Assim, na opinião de muitos, o CCP serviu apenas como um paliativo, para aliviar as pressões de momento que a prefeitura vinha sofrendo por parte, sobretudo, dos comerciantes da região, visto que, poucos anos após a construção desse Centro Comercial (1992/93), o problema da ocupação das ruas e avenidas do centro da cidade se repetia. Embora o CCP estivesse funcionando e cheio de bancas, as avenidas centrais de Goiânia voltaram a ser ocupadas pelos ambulantes*, o que veio a causar, novamente, atritos com o comércio formalmente estabelecido que, por sua vez, voltou a pressionar o poder público municipal para tomar as providências cabíveis.

* Este fato comprova que a informalidade em Goiânia estava crescendo, com a inserção freqüente de novos órfãos da formalidade.

A tentativa de resposta do poder público, sob a administração do então prefeito Darci Accorsi, veio na forma de uma proposta de criação de duas feiras a serem instaladas (uma) no calçadão da Avenida Goiás, abaixo da Av. Paranaíba e (outra) na Praça do Trabalhador, para funcionamento em dias alternados. “No calçadão da Avenida Goiás, a feira vai funcionar na Terça e Quinta, das 14 às 20 horas, e no Sábado das 10 às 18 horas. Na praça do Trabalhador o funcionamento será na Segunda, Quarta e Sexta-feira” (**O Popular**, 14-08-93, p.?).

Esta proposta, no entanto, não agradou nem ao CDL nem aos próprios ambulantes e, muito menos, aos moradores da Av. Goiás. Para o CDL, ao invés de se combater o problema, a prefeitura estava, com essa atitude, ampliando o espaço do comércio informal na cidade. Os moradores temiam que a instalação dos ambulantes ali pudesse provocar tumultos e aumento da presença de menores infratores nas imediações. Para os ambulantes, nos novos locais, não haveria vendas o suficiente para sobreviverem, uma vez que consideravam de pouco movimento os locais designados.

Mas, afinal, um acordo firmado entre o Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal de Goiânia (Sincatei) e a prefeitura possibilitou, em caráter provisório (de 14 de dezembro de 1993 a 14 de janeiro de 1994), a transferência dos vendedores ambulantes que atuavam na Avenida Anhangüera, após as 17 horas, para a Avenida Goiás, abaixo da Rua 4. Mas o que era para ser provisório acabou tornando-se permanente, dando origem ao que chamaremos de Assentamento da Av. Goiás. Este assentamento subsistiu até a construção do Mercado Aberto, em 2003. A ação da prefeitura, assim como em 1987, consistiu em transferir os trabalhadores ambulantes e intensificar a fiscalização para impedir a sua volta.

A retirada dos ambulantes, sobretudo da Av. Anhangüera, e sua transferência para a Av. Goiás, abaixo da Rua 4, amenizou um pouco a situação conflitiva entre os trabalhadores informais e os comerciantes formais. Mas, por outro lado, provocou ainda mais a insatisfação dos que moravam próximo da Avenida Goiás, suscitando novos conflitos. De acordo com uma moradora, em entrevista ao jornal **O Popular**, até um abaixo-assinado estava sendo feito para ser encaminhado à Secretaria de Ação Urbana, com o objetivo de pedir a retirada dos ambulantes da avenida. Além do receio dos moradores no que dizia respeito a tumultos e presença de menores infratores na redondeza, com o passar do tempo outros problemas foram sendo enumerados, tais como o barulho excessivo, o mau cheiro provocado pelos restos de comida, fezes e urina no calçadão.

O resultado de tudo isto, segundo os moradores, é que os imóveis da redondeza estavam sendo depreciados, ou seja, desvalorizados. Se antes da transferência dos ambulantes

para a Av. Goiás, em 1993, os conflitos maiores eram com os comerciantes, sobretudo os da Av. Anhangüera, com a transferência dos “informais” para o calçadão da Avenida Anhangüera, a situação conflituosa se estendeu também aos moradores locais.

Com isto, os comerciantes da região encontraram um novo aliado na sua “luta” contra a informalidade – os moradores da Avenida Goiás. A este respeito, comentou, na época, o então presidente do CDL, Mário Lúcio Sobrosa: “Agora, com mais este erro da Prefeitura, conseguimos um aliado nesta luta, que é o próprio povo, representado pelos moradores de edifícios situados entre a Rua 4 e Avenida Paranaíba” (**O Popular**, 15-01-94, p.?). Da mesma forma, os moradores passaram a ter nos lojistas seus aliados e aguardavam ajuda para a retirada dos ambulantes da avenida, como demonstra a fala de Adelaide S. de Amorim, moradora de um dos edifícios localizados no trecho da Avenida Goiás ocupado pelos ambulantes: “Os lojistas conseguiram tirar os camelôs da Anhangüera, agora queremos sua ajuda para retirá-los da Avenida Goiás” (**O Popular**, 15-01-94, p.?).

Mas, embora a maioria dos moradores e comerciantes se sentissem incomodados, havia, entretanto, aqueles que não se sentiam tão incomodados assim. Em reportagem de **O Popular** sobre o assentamento dos ambulantes na Goiás, por exemplo, pode-se ler: “O gerente de vendas do Fujioka, Jair Alves Mendonça, afirma que as lojas não deverão ser prejudicadas porque o aumento do fluxo de pessoas poderá garantir mais vendas para o comércio”. E completa, apoiando a medida da prefeitura: “A iniciativa é válida já que na Anhangüera atrapalhava muito os lojistas e a população” (**O Popular**, 17-12-93, p.?).

Mas a insatisfação tendeu tornar-se unânime, uma vez que, como dissemos acima, o que era para ser uma medida provisória tornara-se um assentamento permanente e, além disso, a tendência apontava para a volta progressiva de antigos e novos trabalhadores ambulantes para a Avenida Anhangüera, sobretudo após as 17 horas, quando a fiscalização se retirava do local. Deire Assis, colunista de **O Popular** relata a situação:

Até as 17 horas, tudo permanece dentro da mais completa normalidade no coração da cidade, no cruzamento das Avenidas Anhangüera e Goiás. Mas basta os fiscais da Secretaria Municipal de Fiscalização virarem as costas com o propósito de deixar o local para que ambulantes, vindos de todas as direções, tomem conta da Praça do Bandeirante e da Avenida Goiás, entre a Rua 4 e a Anhangüera. (**O Popular**, 09-05-2001, p.16)

Apesar da intensificação da fiscalização, admitia o diretor de fiscalização da prefeitura, Alcione Peleja, ser impossível conter o comércio informal no centro de Goiânia entre o meio-dia e 14 horas e após as 17 horas, quando os fiscais deixavam o local.

No artigo de Deire Assis, estão registrados também alguns depoimentos de trabalhadores informais acerca das estratégias e das formas de ocupação do espaço referente ao cruzamento das Avenidas Goiás e Anhangüera, na Praça do Bandeirante, após as 17 horas. Assim dizia um dos ambulantes: “Nós ficamos na esquina da Rua 4 até os carros da fiscalização saírem, depois montamos a banca e ficamos até por volta das 20 horas” (**O Popular**, 09-05-2001, p.16). Mas, se uns ficavam à espreita, trabalhando nas ruas paralelas até a hora em que os fiscais se retiravam, para poder, então, montar suas bancas, outros só deixavam para sair de casa no fim da tarde. Quanto às formas de ocupação, explicava um ambulante: “Aqui vale a lei do mais forte. Se um chega e diz que o ponto é dele, sou obrigado a sair” (Id., *ibid.*).

O depoimento acima mostra como o trecho destas avenidas tornou-se terra de ninguém, disputado por todos ao mesmo tempo, após as 17 horas. Como dizia o ambulante, “vale a lei do mais forte”. Nessa disputa por um ponto de venda, até as faixas de pedestres foram tomadas por tripés cheios de mercadorias. A foto abaixo mostra justamente o cruzamento das duas avenidas principais (Goiás e Anhangüera), com as calçadas completamente tomadas pelos trabalhadores ambulantes.

Figura 3
Cruzamento das Avenidas Anhangüera (vertical) e Goiás – I



Fonte: SEDEM

Novamente, o centro de Goiânia tornou-se um caos. As bancas instaladas nas calçadas e logradouros públicos obstruíam a passagem dos pedestres, muitas vezes obrigando-os a transitar nas vias; o trânsito de veículos tornou-se também caótico, pois a maior aglomeração dos ambulantes, nas ruas e avenidas do centro, coincidia com o horário de “pico” no tráfego (17 horas); os comerciantes das imediações, em virtude da concorrência dita “desleal” dos ambulantes, irritavam-se e os conflitos tornavam-se mais freqüentes, bem como mais fortes tornavam-se as pressões sobre o poder público.

Mas as pressões que recaíam sobre a prefeitura, no entanto, vinham não só dos comerciantes, mas também dos moradores da região e dos próprios trabalhadores ambulantes que, em sua maioria, eram pais de famílias e precisavam garantir o sustento delas. A história da informalidade em Goiânia tem mostrado que, retirar por retirar das ruas os trabalhadores informais, não resolve, e a fala em forma de questionamento do ambulante Jacinto apresenta o porquê: “O que adianta tirar a gente daqui se amanhã outros vendedores vão tomar nosso lugar?” (**O Popular**, 10-5-01, p.17).

O questionamento desse trabalhador atestava o seguinte: há pouco tempo, a retirada e a transferência dos comerciantes ambulantes das avenidas centrais de Goiânia para lugares improvisados, como o Camelódromo do Centro (CCP), em 1987, e o calçadão da Av. Goiás, em 1993, serviu apenas como um paliativo para a situação, pois logo as avenidas voltaram a ser ocupadas por novos e até pelos mesmos ambulantes, outrora removidos dali, demandando novas providências por parte do poder público.

Atestavam também (as palavras do “informal” citado acima) que, cada vez mais, o número de trabalhadores ambulantes vinha crescendo nas ruas de Goiânia, não só nas do centro, mas na cidade como um todo. Isto significava que, progressivamente, o número de pessoas que não encontrava alternativa, a não ser na informalidade, era maior. Assim, os trabalhadores ambulantes já possuíam consciência de que não constituíam, por si sós, o problema, mas que eram o resultado, isto sim, de um problema maior: a crise estrutural do sistema capitalista de produção e, em particular, o desemprego.

Desta forma, e coerentemente com o que acaba de ser exposto, é que Luciano R. Siqueira, então presidente do Sincatei, indignado com a ação da fiscalização, disse o seguinte: “É uma injúria, difamação, temos o direito ao trabalho, queiram ou não a situação sócio-econômica não é das melhores. Não somos o problema, somos a conseqüência, em virtude do desemprego, da falta de salários dignos” (**O Popular**, 28-1-96, p.10A). Como podemos observar, a fala de Luciano reforça o fato de que o trabalhador informal e, enfim, a

informalidade, em geral, não é, em si, o problema-causa, mas sim um problema-consequência*.

Esta questão nos remete a uma discussão anterior, sobre a motivação que leva os agentes do trabalho a aderir à informalidade: se por preferência (opção) ou se por necessidade (falta de opção).

Neste sentido, embora encontremos, aqui em Goiânia, casos de trabalhadores informais que exercem tais atividades por escolha própria, a maioria, entretanto, está na informalidade por falta de opção, por causa do desemprego e/ou dos baixos rendimentos salariais, corroborando a discussão teórica desenvolvida na seção anterior, no contexto em que vários autores defenderam uma correlação direta entre desemprego, baixa remuneração salarial e informalidade.

Mas é muito comum encontrar, mesmo no discurso daqueles que dizem estar na informalidade porque gostam, uma outra variável que constitui o motivo maior dessa “preferência”: a necessidade, a precisão. Num artigo do jornal **O Popular**, com o sugestivo título “Por Conta Própria e Feliz”, Jarbas Rodrigues Jr. conta a história de um ambulante, Walter Mariano Gomes, “estabelecido” na Avenida Anhangüera e que, depois de trabalhar com a venda de roupas, calçados e relógios, “decidiu-se” pela venda de óculos por causa da concorrência. Depois de fazer um breve resumo da vida do ambulante, ressaltando que este morava em Minaçu, e que aos 14 anos abandonou a escola, tendo se casado aos 23 e decidido mudar-se para Goiânia, e que há 15 anos trabalha por conta própria, o autor do artigo diz o seguinte: “Depois de alguns empregos com carteira assinada, *resolveu* (grifo nosso) trabalhar como autônomo” (Rodrigues Jr. **O Popular**, 7-4-02, p.3).

Atenção para o verbo em destaque (“resolveu”), enquanto continuamos apreciando a história do ambulante Walter: “De Segunda a Sábado, acorda às 7 horas. Nada de correria, tem tempo para tomar o café da manhã com seus filhos e esposa, assistir ao telejornal da manhã e preparar-se para mais um dia de trabalho, que geralmente começa após as 8h30” (Id., *ibid.*). Se o colunista não dissesse que Walter era um ambulante, vendedor de óculos, poderíamos pensar que se tratava de um médio empresário bem-sucedido. Mas a expressão verbal que revela “escolha” pelo trabalho autônomo, expresso na frase “resolveu trabalhar como autônomo”, tendo a liberdade de fazer seu próprio tempo, dando-se ao luxo de até assistir ao telejornal matutino antes de sair para o trabalho, além de outras “vantagens”, é

* Mas deve ficar claro que, embora a informalidade não seja o problema-causa, mas um entre vários outros problemas-consequência, ela, entretanto, constitui hoje um dos principais problemas sociais urbanos, sobretudo das cidades de maior porte.

contradita poucas linhas adiante pelo próprio ambulante, quando diz: “Não estou aqui (no calçadão da Av. Anhangüera) porque gosto e, sim, para sobreviver. Vim para Goiânia tentar um emprego, mas nada do que encontrei foi o suficiente para garantir o sustento de minha família” (Walter, apud Rodrigues Jr. **O Popular**, 7-4-02, p. 03).

O colunista, no trecho a seguir, torna mais evidente ainda as razões pelas quais Walter tornou-se vendedor ambulante. “Antes de ser autônomo, Walter Mariano foi zelador de prédio residencial por muitos anos. Recebia apenas um salário mínimo, refeição e vale-transporte. Com os filhos crescendo, pediu aumento salarial e ganhou a rua, de onde não saiu mais” (Rodrigues Jr. **O Popular**, 7-4-02, p. 03).

Assim, está claro que, na verdade, Walter Mariano Gomes era mais uma vítima, entre milhares de brasileiros, do desemprego e da baixa renda. Então, não se tornou um trabalhador informal por livre escolha, mas por necessidade. Não se lhe apresentou um rol de possibilidades dentre as quais *decidiu* optar por uma (no caso, a de ambulante). Embora garanta ser feliz, Walter deixou bastante claro, logo em seguida, que fez o que fez não porque gostasse, mas porque foi obrigado, pois é das vendas, que faz na Avenida Anhangüera, que tira o sustento para a família.

Alguns fragmentos, extraídos dos jornais locais, foram selecionados para demonstrar a relação entre desemprego, baixo rendimento salarial e informalidade, tendo por base a realidade goianiense.

A rigor, na opinião dos camelôs, o número deles vem crescendo em escala ascendente tendo como fator principal o desemprego no estado. (**O Popular**, 22-12-90, p.?)

E este tipo de trabalho [informal] tende a aumentar com a recessão e o desemprego. (Eujaston, **O Popular**, 18-11-92, p.?)

A grande unanimidade entre os camelôs é o motivo que os levou a entrar no mundo da informalidade. Falta de emprego e baixos salários são os fatores que corroboram (sic) para fazer de um mecânico ou soldado um ambulante. (Zacariotti, **O Popular**, 22-12-93, p.?)

A situação da economia brasileira, que leva ao desemprego, joga todos os dias uma legião de pessoas nas bancas instaladas nas ruas. (Gomes, **O Popular**, 28-4-96, p.10A)

O perfil sociológico do camelô pode ser definido como aquele indivíduo que perdeu o emprego e foi para a economia informal buscar a sobrevivência. (**O Popular**, 24-12-98, p.?)

O objetivo dessa longa citação é enfatizar o fato de que, ao longo de toda a década de 1990 e início dos anos 2000, os principais motivos que levaram ao crescimento do trabalho informal em Goiânia foram justamente a baixa remuneração salarial no setor formal de trabalho e o desemprego, sobretudo o de natureza estrutural, provocado pelo processo de desestruturação dos mercados de trabalho em razão das macrotransformações ocorridas neste contexto.

Segundo dados da SEDEM, publicados em **O Popular**, o número de ambulantes em Goiânia praticamente triplicou em 15 anos. Só para se ter uma idéia do crescimento desse tipo de atividade, em 1987 havia, mais ou menos, 700 ambulantes no centro da capital. Em 2002, o número subiu para 1.858 trabalhadores, o que representa um crescimento de 165,43% (14-5-02, p.1).

Queremos finalizar esta parte da discussão assinalando, ainda, um aspecto, no mínimo curioso, apontado pelos representantes do setor lojista. Trata-se do seguinte: se, de um lado, a informalidade é, na grande maioria dos casos, tida como consequência do desemprego e dos baixos salários, de outro, torna-se a causa deles. Esta hipótese é defendida pelos lojistas que, segundo julgam, pelo fato de os vendedores ambulantes, não terem de pagar impostos, aluguéis e outras despesas, estabelecem uma concorrência “desleal” em relação a eles, lojistas, que são obrigados a arcar com enormes despesas para atuarem na legalidade. Conforme deixou claro Sílvio do Val, o então presidente do CDL: “O lojista tem suas vendas reduzidas com a concorrência desleal dos camelôs e é obrigado a demitir” (**O Popular**, 24-11-92, p.?).

E não é só isto. Segundo Sílvio do Val, muitos comerciantes têm fechado suas lojas e aderido à informalidade, outros as mantêm abertas, mas, paralelamente, desenvolvem atividades no campo da informalidade, por meio da aquisição de pontos em feiras e camelódromos, isto quando não “patrocinam” a própria colocação de bancas nas ruas.

A solução para o problema da informalidade, na visão do presidente do CDL e de outros representantes do setor lojista, é a aplicação da lei, o cumprimento do Código de Posturas do Município, enfim, a repressão fiscal e mesmo policial. No entanto, como vimos discutindo até aqui, o problema da informalidade é bem mais complexo, pois, de um modo mais específico, conforme a realidade dos países subdesenvolvidos, está ligado

intrinsecamente ao modelo de economia desses países (economia polarizada: circuito superior / circuito inferior) e, de um modo mais geral (global), está conectado às transformações de cunho estrutural do sistema capitalista, com reflexos sobre o mundo do trabalho.

Desta forma, ao falarmos em soluções para o problema da informalidade, é preciso levar em conta que as pessoas raramente adotam-na por escolha própria, por opção. Pelo contrário, na maioria dos casos, as pessoas que estão na informalidade foram obrigadas a adotá-la em função do desemprego e do aviltamento dos salários, como visto na história de vida do ambulante Walter Mariano.

Assim, ao longo das duas últimas décadas (1980-90), o exercício do trabalho informal, em todo o Brasil e, de modo particular, em Goiânia, tornou-se uma questão social de primeira ordem. Com o declínio do assalariamento e do emprego formal, a informalidade parece constituir-se, para muitos pais de família, na única forma de garantir a sobrevivência.

Se, como diz Milton Santos, o circuito inferior das economias dos países pobres funciona como um mecanismo de integração daqueles que não têm acesso permanente aos bens e serviços oferecidos pela modernização tecnológica, as atividades informais, que fazem parte deste circuito inferior, constituem o principal meio de integração dessas pessoas à economia. A fala de um vendedor ambulante, que talvez nunca tenha ouvido falar de Milton Santos, de certa forma corrobora sua teoria, quando diz que “o trabalho dos ambulantes é digno como qualquer outro e serve a uma camada da sociedade que não tem condições de adquirir produtos mais caros no comércio formal” (**O Popular**, 10-5-01, p. 17).

As palavras deste trabalhador permitem constatar um aspecto muito importante, que é o fato de existir uma crescente demanda pelos produtos e serviços da economia informal. Este aspecto – existência de demanda – estimula o trabalhador desempregado a aderir à informalidade. Assim, a necessidade de auferir, por qualquer meio, alguma renda, somada ao fato de haver demanda para as atividades informais, justifica o alto percentual de crescimento da informalidade em Goiânia – 165,43% em 15 anos. E essa demanda, se, por um lado, serve mais propriamente às camadas baixas da sociedade, por outro, não fica restrita somente a elas. Como já dizia Santos, as atividades do circuito inferior, que, como vimos, é constituído, na sua maioria, por atividades informais, encontram demanda, inclusive, nas classes médias e até nas abastadas.

Logicamente, o crescimento da informalidade representa problemas, pois provoca uma série de transtornos, sobretudo porque as atividades informais, por sua própria natureza, são praticadas em logradouros públicos, em especial nas calçadas de ruas e avenidas com grande circulação de pedestres. A maior circulação de pessoas ocorre mais em determinadas regiões

da cidade do que em outras. É quase regra geral que a região mais dinâmica das cidades seja o centro, onde se encontram instaladas as sedes administrativas dos governos e a maior concentração de estabelecimentos comerciais. Conseqüentemente, a concentração de pessoas ali deverá ser maior. Em Goiânia não é diferente.

Por isso, a maior concentração dos trabalhadores informais, em Goiânia, historicamente, sempre esteve localizada na região central da cidade, como demonstra o mapa na página seguinte. Normalmente, as ruas e avenidas de grande circulação de pedestres também comportam trânsito intenso de veículos, e o fato de as calçadas estarem obstruídas acaba obrigando as pessoas a transitar pelas ruas, disputando espaço com os veículos, tornando o tráfego ainda mais caótico.

Por ser a região central o ponto mais dinâmico da cidade, isto também o torna mais suscetível à deterioração. Assim, por causa do uso natural constante (de pedestres e veículos), da ação de vândalos, do descaso do poder público e, evidentemente, também devido ao crescimento da informalidade, entre outros motivos, o Setor Central de Goiânia chegou ao fim do século XX relativamente deteriorado. Tendo em vista esse processo de deterioração e a necessidade de se buscar saídas para revertê-lo, foi criada, em 1988, pelos moradores locais, uma associação pró-revitalização do centro de Goiânia, a Associação Centro Vivo, que passou a lutar no sentido de pressionar a prefeitura a planejar e executar um projeto de revitalização para o bairro.

Os fatores de deterioração do Setor Central, como dissemos acima, são vários. No entanto, a culpa acabou recaindo, com maior ênfase, sobre os trabalhadores informais que ali atuavam.

Assim, a questão central, e também a mais delicada, aquela em que qualquer projeto de revitalização teria de tocar, seria justamente a questão da alocação dos trabalhadores ambulantes, instalados, principalmente, nas Avenidas Goiás e Anhangüera. O que fazer? Como fazer? Para onde removê-los?

Havia mais de uma década que já se discutia a necessidade de revitalização do centro e a necessidade da retirada e transferência dos trabalhadores ambulantes para outro local. Por volta do ano 2000, o problema veio à tona novamente, e com o início da gestão de Pedro Wilson, eleito prefeito de Goiânia para o exercício de 2001/2004, as discussões tomaram corpo e o projeto de revitalização do Setor Central parecia estar em vias de se tornar realidade.

Com este objetivo, Pedro Wilson criou uma Comissão Executiva, constituída por diversos segmentos, para pensar a revitalização do centro de Goiânia, o que, necessariamente, implicava pensar a questão da informalidade, historicamente ali estabelecida. Assim, o poder público, com a participação dos moradores (Associação Centro Vivo), dos comerciantes (CDL), do Ministério Público e dos próprios ambulantes (Sincatei) passaram a discutir e analisar todas as propostas viáveis para a transferência dos ambulantes do centro da cidade. Dentre as diversas propostas, sobressaiu a de criação de um espaço multiuso, aproveitando-se os canteiros centrais da Avenida Paranaíba – plano que foi denominado Projeto Mercado Aberto da Avenida Paranaíba.

Sobre o processo de revitalização do centro e, conseqüentemente, sobre a proposta que se mostrou mais viável para a alocação dos trabalhadores informais que ali atuavam (Projeto Mercado Aberto), objeto empírico de nossa pesquisa, estaremos tratando deles, mais especificamente, nos próximos capítulos (III e IV). Antes disso, porém, gostaríamos de apresentar, com base em dados quantitativos, o perfil socioeconômico dos trabalhadores informais do centro de Goiânia, antes da construção do Mercado.

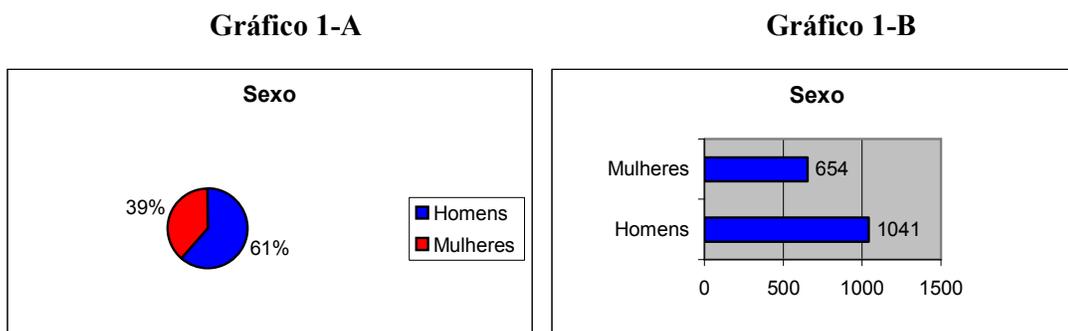
2.4.1 – Dados da Informalidade no Centro de Goiânia: Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Ambulantes do Setor Central

A informalidade abrange uma enorme e complexa gama de atividades, isto porque, aqui no Brasil, a noção que se tem dela e, conseqüentemente, de trabalho informal não diz respeito ao tipo da atividade em si, mas ao modo como (em termos legais) é exercida, sobretudo no que concerne à vinculação dessa atividade ao sistema de reconhecimento oficial, isto é, formal.

Os dados apresentados a partir de agora são relativos apenas aos trabalhadores informais que atuavam nas ruas e avenidas do centro de Goiânia e, mais particularmente, àqueles que foram objeto de um levantamento realizado em 2001 pela SEDEM, por meio da pesquisa *Perfil Sócio-econômico dos Vendedores Ambulantes – Região Central – Goiânia* –, que teve como intenção traçar o perfil socioeconômico destes trabalhadores. O número alcançado pela pesquisa foi de 1.695 ambulantes. Logicamente, este número não constitui a totalidade dos trabalhadores que atuavam no trabalho informal, no centro de Goiânia, mas apenas daqueles localizados nas principais ruas e avenidas do setor, principalmente nas

Avenidas Goiás e Anhangüera. Começamos com a apresentação dos dados e sua discussão a partir da questão do gênero.

Segundo este levantamento, a maioria dos 1.695 trabalhadores é do sexo masculino (61%); as mulheres representam 39% do contingente, como demonstram os gráficos a seguir:



Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

Os dois gráficos acima mostram, com detalhes, o quantitativo, por sexo, dos trabalhadores ambulantes que atuavam no centro da cidade e seus respectivos percentuais: homens: 1.041 = 61%; mulheres: 654 = 39%.

No que se refere à idade, a maioria dos trabalhadores ambulantes do centro de Goiânia se encontrava nas faixas etárias compreendidas entre 18 e 38 anos e entre 43 e 48 anos (soma cujo resultado é de 69,6% do total) e, entre os dois grupos, destacava-se a faixa etária situada entre 23 e 28 anos, com 16,1% do total, como demonstram os números da tabela abaixo.

Tabela 1
Vendedores Ambulantes – Idades – Setor Central – Goiânia - 2001

Especificação	F	%
13 I----- 18	39	2,3
18 I----- 23	225	13,3
23 I----- 28	273	16,1
28 I----- 33	232	13,7
33 I----- 38	209	12,3
38 I----- 43	166	9,8
43 I----- 48	241	14,2
48 I----- 53	145	8,6
53 I----- 58	78	4,6
58 I----- 63	39	2,3
63 I----- 68	27	1,6

68 I----- 73	21	1,2
TOTAL	1.695	100,0

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

Embora a informalidade em Goiânia recaísse, com maior ênfase, sobre certas faixas etárias, como a tabela acima indica, era praticada, em maior ou menor grau, por pessoas de todas as idades.

Quanto ao estado civil destes trabalhadores, os dados mostram que a maioria é era de pais de família, num total de 55%. O segundo grupo mais numeroso era o composto por solteiros, com um porcentual bastante significativo de 35,2%.

Tabela 2

Vendedores Ambulantes – Estado Civil – Setor Central – Goiânia - 2001/2

Especificação	F	%
Casado	930	55,0
Solteiro	599	35,2
Divorciado	58	3,4
Viúvo	49	2,9
Outros	59	3,5
TOTAL	1.695	100,0

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

O grau de escolaridade destes trabalhadores é geralmente baixo. Veja-se que a maioria absoluta dos trabalhadores (93,5%) concluíra, à época, apenas o primeiro grau (Ensino Fundamental). Destes, 36,% cursaram, tão somente, a fase elementar.

Tabela 3

Vendedores Ambulantes – Grau de Escolaridade – Setor Central - Goiânia 2001

Especificação	F	%
Elementar	609	36,0
1º grau	691	57,5
2º grau	383	8,5
3º grau	12	2,4

TOTAL	1.695	100,0
--------------	--------------	--------------

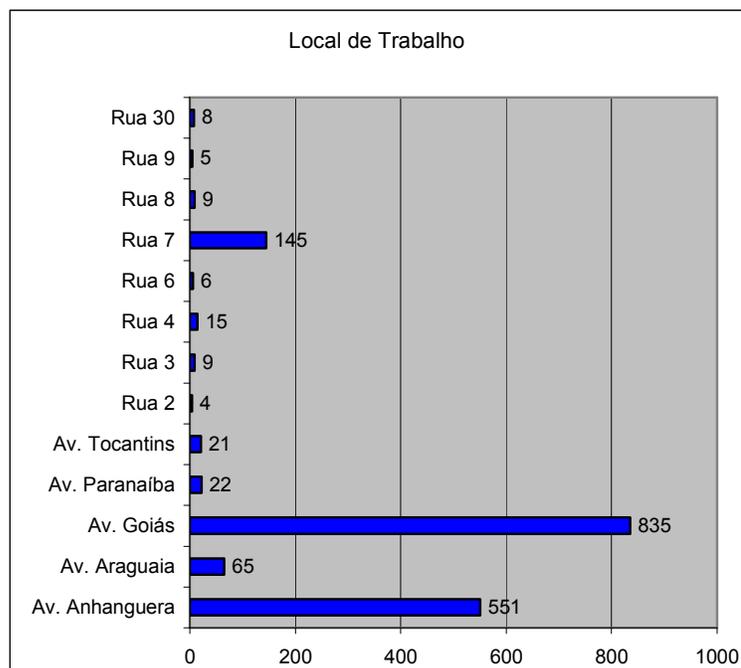
Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/02

O percentual daqueles que cursaram o 2º e o 3º graus (Ensino Médio e Superior), embora pequeno, 8,5% e 2,4 %, respectivamente, é ilustrativo do fato de que, no contexto socioeconômico atual, diploma de nível superior não significa espaço garantido no mercado formal de trabalho.

No que se refere ao local de atuação, o gráfico 2, logo abaixo, mostra o número de trabalhadores ambulantes por área de localização e seus respectivos pontos de atuação.

Como o gráfico permite observar, os locais de maior concentração de atividades informais são as Avenidas Goiás e Anhangüera, com, respectivamente, 835 e 551 trabalhadores ambulantes. Em terceiro lugar, vem a Rua 7, com 145 trabalhadores. A maior concentração de ambulantes nas localidades citadas deve-se ao fato de serem estes lugares os de maior circulação de pedestres, potenciais clientes do comércio informal.

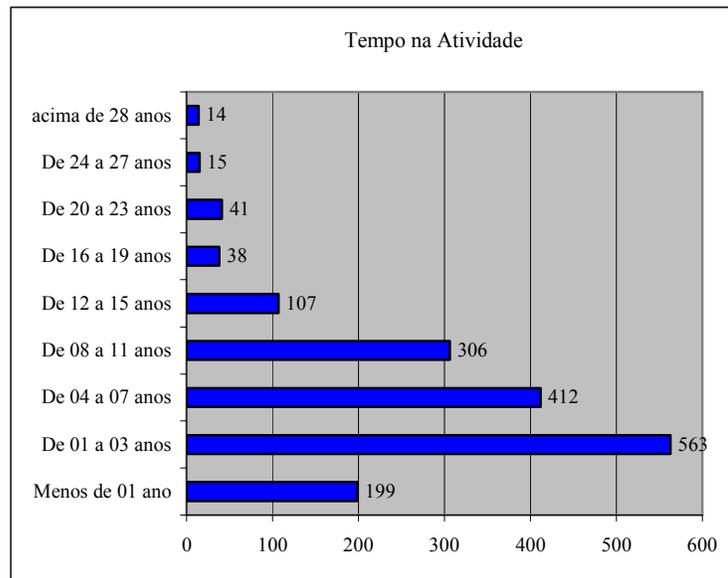
Gráfico 2



Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

O gráfico 3, por sua vez, apresenta o tempo de trabalho na atividade informal, bem como a quantidade de trabalhadores em cada escala de tempo.

Gráfico 3



Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

A grande maioria dos trabalhadores ambulantes contava, à época desse levantamento (2001), de um a onze anos de atividade. Observe-se que este período corresponde, justamente, ao decurso da década de noventa. Assim, comparando-o com os períodos anteriores, fica claro que foi na década de 1990 que a informalidade, em Goiânia, teve seu maior crescimento.

Mas, qual a origem desses trabalhadores? De onde vêm? Como podemos constatar, na tabela abaixo, exatamente a metade do número total de trabalhadores ambulantes, que atuava no centro de Goiânia, era originária daqui mesmo, de Goiás. Provavelmente, a grande maioria deles veio de cidades do interior do Estado. Mas cabe ressaltar que o número de migrantes, proveniente de outros Estados, que constitui a outra metade do total desses trabalhadores, é bastante significativo, com destaque para aqueles provenientes dos Estados da Região Nordeste, embora Minas Gerais apresente o maior número de migrantes (103), se tomarmos cada Estado isoladamente.

Tabela 4

Vendedores Ambulantes – Naturalidade – Setor Central – Goiânia – 2001

Especificação	F	%
Alagoas	33	2,0
Acre	15	0,9

Bahia	69	4,1
Ceará	72	4,2
Distrito Federal	29	1,7
Goiás*	869	50,0
Maranhão	47	2,8
Mato Grosso	98	5,9
Minas Gerais	103	6,1
Pará	69	4,1
Paraná	10	0,6
Pernambuco	61	3,6
Piauí	60	3,5
Rio Grande do Norte	35	2,1
Rio Grande do Sul	12	0,7
Rio de Janeiro	6	0,4
São Paulo	35	2,1
Tocantins	72	4,2
TOTAL	1.695	100,0

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

Na seqüência, temos dois quadros. Um demonstra os ramos de atividades anteriormente exercidos pelos 1.695 trabalhadores ambulantes entrevistados. O outro, apresenta os ramos de atividades exercidas por eles, no ano de 2001.

Quadro 6 Ramos de Atividades Anteriores

Atividades Anteriores	Quantidade	%	Atividades Anteriores	Quantidade	%
Vendedor Ambulante	95	5,6	Lavadeira	7	0,4
Doméstica	55	3,2	Locutor	7	0,4
Serviços Gerais	47	2,8	Militar	6	0,4
Pedreiro	35	2,1	Office-boy	6	0,4
Motorista	23	1,4	Pintor	5	0,3
Vigilante	20	1,2	Professora	5	0,3
Garçom	11	0,6	Téc. em Contabilidade	5	0,3
Mecânico	9	0,5	Outros**	88	5,2
Operador de Máquina	8	0,5	Não declarou	314	18,5
Motoqueiro	7	0,4	Declarou não ter outra		
Açougueiro	7	0,4	atividade antes	928	54,7
Comerciante	7	0,4	Total	1.695	100

* Grifo nosso.

** Optou-se por agregar à denominação de “outros” um conjunto de atividades com freqüência absoluta abaixo de cinco (5):

balconista (4), funcionário público (3), eletricista (3), marceneiro (3), passadeira (3), fotógrafo (3), cobrador (3), auxiliar de produção (3), estoquista (3), padeiro (3), recepcionista (3), frentista (3), professora (3), marreteiro (3), jardineiro (3), locutor (2), carpinteiro (2), técnico de enfermagem (2), taxista (2), digitador (2), técnico em

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

No que se refere aos dados da tabela acima (Ramos de Atividades Anteriores), há alguns aspectos intrigantes. Além dos 314 trabalhadores que não declararam suas atividades anteriores, 928 entrevistados declararam não ter tido outra atividade antes da que, no momento, estavam exercendo. Este aspecto representa uma dificuldade para a análise, pois impossibilita saber o porquê de não o terem feito. Assim, só podemos apresentar suposições: pode ter sido pelo fato de que eram jovens e estavam, apenas agora, entrando no mercado (informal) de trabalho (?); pode ser também que tivessem, por algum motivo, vergonha ou receio de declarar o que faziam antes (?); talvez estivessem, por muito tempo, em condição de desemprego, a ponto de não fazer sentido, no momento, declarar o que faziam há tantos anos (?), etc.

Daqueles que mencionaram a atividade anterior, queremos chamar a atenção para o número dos vendedores ambulantes, 95 trabalhadores, que, certamente, são hoje os mais velhos de “profissão”.

O próximo quadro apresenta os ramos de atividades exercidas à época deste levantamento:

Quadro 7
Ramos de Atividades Atuais

Atividades	Quantidade	%	Atividades	Quantidade	%
Armarinhos	5	0,4	Cosméticos	7	0,5
Acessórios/bijuterias	143	8,5	Diversos	62	3,7
Antena de TV	4	0,3	Engraxate	2	0,2
Artesanatos	22	1,3	Enxoval recém-nascido	26	1,6
Alimentação	145	8,6	Equip. eletrônico	23	1,4
Artigos Religiosos	4	0,3	Fotografias	10	0,6
Brinquedos	20	1,2	Importados		
Cabides	3	0,2	(várias mercadorias)	57	3,4
Calçados	91	5,4	Meias	29	1,8
Cartão Telefônico	22	1,3	Óculos	42	2,5
Capas de Celular	14	0,9	Raizeiros	8	0,5
CDs	84	5,0	Redes	3	0,2
Cigarro	2	0,2	Relógios	4	0,3

eletrônica (2), alfaiate (2), encanador (2), cabeleireiro (2), escrituraria (2), agrimensor (2), serralheiro (2), leiteiro (2), barbeiro (2), estudante (2), artesão (2), síndico (1), copeiro (1), acompanhante de idoso (1), guia turístico (1), chapa (1), borracheiro (1), manicure (1), pastor (1), fabricante de bijuteria (1), padeiro (1). (SEDEM e SEMFU - 2001/2)

Cintos e bolsas	41	2,5	Temperos	3	0,2
Confecção	783	47,0	Total	1.695	100

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

Embora as atividades informais sejam as mais diversas e, no ramo das vendas, comercializem-se os mais diversos produtos, o quadro acima (Ramos de Atividades Atuais) mostra uma tendência maior para o ramo de confecções (783), que constitui quase que a metade do total das atividades desenvolvidas. Praticamente empatados, em segundo lugar, estão os ramos de alimentação (145), acessórios e bijuterias (143).

Como já discutido anteriormente, de um modo geral a renda auferida por meio do trabalho informal, sobretudo na baixa informalidade, é relativamente pequena. Mas, e aqui em Goiânia, qual o nível de rendimento do trabalho informal? De acordo com a tabela abaixo, assim como nas demais capitais do Brasil, a renda proveniente da informalidade, pelo menos no que concerne à maioria dos trabalhadores, é baixa. Veja-se que mais de 50% auferem menos de dois salários mínimos, e 38,5% ganham entre dois e quatro salários mínimos. Somados, estes números representam um percentual de 88,5% do total de trabalhadores com renda até quatro salários mínimos.

Tabela 5

Vendedores Ambulantes – Renda na Atividade – Setor Central – Goiânia - 2001

Especificação	F	%
Menos de 2 salários	913	54
Entre 2 e 4 salários	654	38,5
Entre 5 e 8 salários	108	6,3
Acima de 8 salários	20	1,2
TOTAL	1.695	100,0

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

Alguns destes trabalhadores exerciam outra atividade, mas eram relativamente poucos os que conseguiam isso. Observando a tabela abaixo, vemos que apenas 151 trabalhadores afirmaram exercer outra atividade; a maioria, ou seja, 72,6%, declarou não exercer qualquer outra. Mais de 300, por sua vez, não declararam nada, o que nos leva a pensar que, pelo menos, alguns deles pudessem ter outra atividade.

Tabela 6

Vendedores Ambulantes – Possuem Outra Atividade – Setor Central – Goiânia - 2001

Especificação	F	%
Declarou ter outra atividade	151	8,9
Declarou não ter outra atividade	1230	72,6
Nada declarou	314	18,5
TOTAL	1.695	100,0

Fonte: SEDEM e SEMFU – 2001/2

No que se refere às condições de moradia, grande parte dos trabalhadores informais que atuava no centro de Goiânia possuía casa própria. A pesquisa não levantou as condições dessas moradias, mas, seja como for, o fato é que 57% deles possuíam casa própria, 31,6% moravam de aluguel, 8,5% moravam em casa cedida, geralmente, por parentes, e 2,4% declararam outras formas de moradia.

Tabela 7

Vendedores Ambulantes – Tipos de Moradia – Setor Central – Goiânia - 2001

Especificação	F	%
Aluguel	535	31,6
Própria	974	57,5
Cedida	145	8,5
Outras	41	2,4
TOTAL	1.695	100,0

Fonte: SEDEM e SEMFU - 2001/2

Os trabalhadores informais, cujo perfil socioeconômico acabamos de apresentar, constituíram-se no primeiro alvo da mais recente ação do poder público municipal para a revitalização do centro de Goiânia. Tal ação consistiu na alocação desse contingente num ponto alternativo de trabalho que foi denominado Mercado Aberto, um espaço multiuso* que

* Multiuso porque o espaço, devidamente equipado, deveria servir para acomodar os vendedores ambulantes durante o dia. À noite, domingos e feriados, estaria à disposição da comunidade para a promoção de eventos culturais e esportivos.

pudesse atender tanto aos trabalhadores quanto à comunidade do Setor Central. Assim, depois de um processo de cadastramento, os trabalhadores que se enquadraram nos pré-requisitos estabelecidos pela prefeitura foram transferidos para o Mercado Aberto, construído na Avenida Paranaíba, em 2003. Nossa discussão, a partir de agora, deverá se ocupar deste projeto: Mercado Aberto e seu impacto sobre o cotidiano de trabalho dos ex-ambulantes, bem como o significado desse espaço do ponto de vista dos diversos agentes ligados a ele.

CAPÍTULO III

3 – O PROJETO MERCADO ABERTO DE GOIÂNIA

“Aqui a gente se diverte”
(feirante M.A.)

Segundo Paulo César da Costa Gomes, “Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa” (Gomes, 2002: 162). Começamos com esta citação-definição de Paulo César porque, em se tratando da baixa informalidade, é praticamente impossível não incluir na discussão a categoria espaço público, pois é justamente aí que a grande maioria das atividades informais se viabilizam. Na verdade, é bastante comum, sobretudo nas grandes cidades, a prática da apropriação, por particulares, dos espaços públicos, apropriação esta que se concretiza das mais diversas formas e pelos mais diversos atores sociais, não se restringindo somente aos agentes da baixa informalidade. Pelo contrário, como lembra o autor em páginas seguintes, ela ocorre até mesmo pela ação dos segmentos da alta sociedade, caso, por exemplo, da ocupação das calçadas por condomínios da Zona Sul de São Paulo que, em nome da segurança, interpunham grades de proteção, delimitando um espaço adicional ao prédio (Gomes, 2002).

Neste momento, entretanto, não nos interessa tratar das diversas formas de apropriação do espaço público por interesses privados. Por isso, nos interessará apenas aquelas ligadas, mais particularmente, às atividades informais de rua: as atividades próprias da baixa informalidade.

Em Goiânia, os problemas surgidos pela ocupação dos espaços públicos pelos trabalhadores informais são vários, tais como, por exemplo, a obstrução do trânsito das pessoas e mesmo dos veículos, obstrução também das portas dos comércios e edifícios residenciais localizados nas imediações dos focos de concentração desses trabalhadores. Estes são fatos que colaboram para o processo de deterioração da paisagem urbana*. A foto abaixo expressa um pouco desta realidade: calçadas ocupadas, pedestres andando na rua, etc.

* Segundo Milton Santos, “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.” (Santos, 1988: 61)

Figura 5
Cruzamento das Avenidas Anhangüera (horizontal) e Goiás – II



Fonte: SEDEM

Assim, a paisagem do Setor Central de Goiânia foi, ao longo das décadas de 1980 e 90, se deteriorando, ao passo que as ruas e avenidas foram se transformando num campo de conflitos, ora explícitos, ora velados, entre trabalhadores informais e formais, entre informais e poder público, constituído por fiscais municipais (“rapa”) e polícia; conflitos entre os próprios trabalhadores informais (entre os “estabelecidos” e os “Outsiders”*), e destes com os moradores das imediações. Mas os conflitos, segundo Gomes, constituem em si uma característica do espaço público. Diz o autor; “Ele [espaço público] também é um lugar de conflitos, de problematização da vida social, mas sobretudo é o terreno onde esses problemas são assinalados e significados” (Gomes, 2002: 164). Assim, é quase sempre “por meio” do espaço público que a informalidade se apresenta à sociedade como problema social. Para Maria da Glória Gohn, pode ser que as soluções para os problemas urbanos, dependendo dos interesses e das forças sociais em jogo, passem pela via do conflito: “(...) é de um conjunto de forças sociais, em conflito ou em harmonia, que surgem as soluções para o urbano” (Gohn, 1999: 30).

No caso da informalidade do Setor Central de Goiânia, tem-se um conjunto de forças em conflito, pois os interesses em jogo são antagônicos. Como vivemos num Estado de Direito, quando uma situação conflituosa torna-se explícita e radicalizada, o poder público é

* Este termo, emprestado de Norbert Elias, refere-se àqueles que estão de “fora” ou que acabaram de “chegar”.

pressionado e “chamado” para estabelecer ações mediadoras que possam solucionar ou amenizar os problemas.

Neste sentido, as pressões exercidas sobre o poder público municipal de Goiânia vieram de toda parte: dos comerciantes formais que se sentiam prejudicados pela obstrução do acesso às lojas e pela concorrência “desleal” dos “empreendimentos” informais; dos moradores locais ansiosos de ver o setor onde moravam revitalizado e, de preferência, sem a presença de “camelôs”, sobretudo no que se referia à Avenida Goiás e Anhangüera; e dos próprios trabalhadores ambulantes, que esperavam do poder público medidas que pudessem garantir sua permanência no centro, de preferência, no calçadão da Avenida Goiás.

Em resposta a essas pressões, a Prefeitura de Goiânia criou uma Comissão Executiva para estudar, discutir e elaborar um projeto urbanístico de revitalização para o centro da capital. Projeto este que deveria conter uma alternativa viável de alocação para as bancas do comércio informal, instaladas nas ruas e avenidas do setor.

O clamor pela revitalização do Setor Central, expresso por boa parte dos moradores e freqüentadores do lugar, não é de agora. A idéia de revitalizar o bairro, como frisamos acima, já vinha sendo discutida nas administrações anteriores à de Pedro Wilson.

A deterioração do centro de Goiânia, ao longo das décadas de 1980 e 1990, embora se devesse também a outros fatores, foi atribuída, em grande parte, à presença e atuação dos trabalhadores informais na região. Daí que a primeira medida, no sentido de levar a cabo o processo de revitalização, deveria ser justamente a retirada e a alocação desses trabalhadores em outros lugares. Além da remoção dos ambulantes, o projeto de revitalização previa ainda: a restauração da Avenida Goiás e das pracinhas do bairro (centro); melhorar as calçadas, jardins, arborização e iluminação; promover alterações no sistema viário; padronizar os anúncios publicitários no setor; restaurar as fachadas dos prédios em estilo Art Déco, etc.

Dessas intervenções, a mais complicada era, sem dúvida, a remoção e transferência dos trabalhadores ambulantes. Era complicada porque, em virtude da natureza do comércio ambulante, não é qualquer lugar que serve para a prática da atividade. O lugar ideal é aquele que proporciona o maior fluxo de pessoas possível. Neste sentido, adverte Pedro Alves, ambulante da Avenida Goiás, que em sua fala até parece parodiar um verso de conhecida música – “Nos Bailes da Vida”, de Milton Nascimento (“Todo artista tem de ir aonde o povo está”) –, quando diz que: “Camelô tem de estar onde o povo está. Esta história de levar a gente para outro lugar não vai funcionar principalmente se for um local fechado” (**O Popular**, 26-6-01, p.9). Da mesma forma, Wellington Mendanha, então presidente do Sindicato dos Feirantes de Goiânia (Sindfeirante), endossa a opinião de Pedro e define bem a natureza da

atividade estabelecida pelo comerciante ambulante: “O camelô precisa estar num local em que as pessoas passam, o comércio é típico daquelas pessoas que precisam ver a mercadoria exposta para comprar” (**Gazeta Popular**, 11-1-02, p. 8).

Tendo em vista as considerações acima, vários foram os projetos cogitados como possíveis opções para a alocação desses trabalhadores. Entre eles, a construção de um shopping popular no terreno contíguo à estação rodoviária, que se encontra ocioso já há algum tempo e com ampla área disponível; a área da Praça do Trabalhador, também em frente à estação rodoviária, onde já acontece a Feira Hippie, nos fins de semana; e a construção de um Mercado Aberto na faixa central da Avenida Paranaíba.

Após uma série de discussões e debates, com a participação de vários segmentos sociais envolvidos na questão da revitalização e, conseqüentemente, da remoção dos trabalhadores ambulantes das ruas e avenidas do Setor Central, das três opções citadas acima, a que se apresentou mais viável para tal finalidade foi a de se construir, na Avenida Paranaíba, um espaço multiuso, devidamente equipado, para servir aos trabalhadores ambulantes, em suas atividades comerciais, e aos moradores da região, em seus momentos de lazer.

Apesar de algumas resistências iniciais, por parte dos moradores e dos próprios ambulantes, o projeto foi o que mais se aproximou do conjunto das reivindicações de todos os segmentos envolvidos.

Para a prefeitura, a opção pela Avenida Paranaíba, como local de instalação dos trabalhadores ambulantes, não apresentou problemas, já que o relatório técnico de Atilio Correia Lima*, apresentado a Pedro Ludovico Teixeira**, em atendimento ao Decreto nº. 3.547, de 6 de julho de 1933, previa a destinação da área para o estabelecimento de feiras, para diversões e comércios periódicos, como comprova o trecho a seguir: “A larga faixa formada pela Av. Paranaíba e que separa a zona comercial da zona industrial, ficará reservada para feiras e todos os divertimentos ou comércios periódicos” (SEDEM, 2001). O fato de esta área estar destinada, no Plano Diretor da cidade, desde sua criação, a essas atividades, significa que, ao contrário do que muitos temiam, a construção do Mercado Aberto não iria, necessariamente, descaracterizar ou desoriginalizar a fisionomia do setor.

* Arquiteto formado no Rio de Janeiro, com passagem pela Sorbone, escolhido para coordenar e administrar os trabalhos relativos às obras que deram início à construção de Goiânia (Chaul, 1988).

** Médico da cidade de Rio Verde, localizada no Sudoeste Goiano, um dos principais líderes do movimento de dissidência contra a oligarquia dos Caiados. Com a “revolução” de 30 e o conseqüente alijamento dos Caiados do poder, Pedro Ludovico passa a integrar a junta governativa formada para governar provisoriamente Goiás. Constituíam esta junta, além de Pedro Ludovico, Mário Alencastro Caiado (apesar do sobrenome, era opositor dos Caiados) e Emílio Francisco Pova. Mas como nos informa Nasr N. F. Chaul, “A referida junta teve vida curta. No espaço de poucos dias Pedro Ludovico Teixeira tomou posse como interventor Federal, cabendo a Mário Caiado a Secretaria Geral do Estado” (Chaul, 1988: 59).

Assim, por meio do Decreto nº 1.287, de 1 de julho de 2002, o poder público municipal de Goiânia instituiu o Mercado Aberto, como comprova a cópia deste decreto no Anexo 1. De acordo com o decreto, o Mercado Aberto deve ser regido pelas mesmas normas que atualmente regem as feiras livres e especiais, estabelecidas no Decreto nº 2.834, de 30 de julho de 2001 (Anexo II).

Antes de passarmos adiante em nossa discussão, acreditamos ser interessante discutir, de forma um pouco mais pormenorizada, a posição de cada um dos principais segmentos sociais envolvidos no Projeto Mercado Aberto.

Começando pelos comerciantes formais, estes, por meio de suas organizações representativas – CDL, ACIEG –, apoiaram o projeto desde o início. Pois se, por um lado, os trabalhadores ambulantes fossem continuar no centro, por outro, estariam restritos a um lugar específico, deixando livres as calçadas e as portas das lojas, sobretudo na Avenida Anhangüera, onde se concentra a maioria do comércio varejista do Setor Central.

A Associação Centro Vivo foi, de início, contra a idéia do Mercado Aberto, pois queriam que também a Avenida Paranaíba fosse revitalizada para servir de área de lazer aos moradores do bairro. Além disso, o lugar servia de estacionamento para os veículos dos moradores da redondeza (cujos prédios não tinham garagens) –, fato que denota um interesse particular, caracterizado pelo “usufruto” do espaço público que explica, neste caso, o porquê de os moradores serem contra a construção do Mercado Aberto. Uma outra alegação, que faz parte do discurso discordante da Associação, é que, com a execução do projeto, a arborização seria totalmente destruída, causando danos ambientais ao setor. Mas, tal argumento não tinha sustentabilidade, pois não se tratava de uma retirada pura e simples das antigas árvores que, diga-se de passagem, já estavam no fim de seu ciclo vital, mas sim da substituição das árvores velhas por novas espécies, mais adequadas ao local.

No trecho de reportagem a seguir, a então presidente da Associação Centro Vivo, Guilhermina Reis Castro, expressa o descrédito que parte dos moradores tinham para com o Projeto Mercado Aberto: “Vai acontecer a mesma coisa de quando os ambulantes foram retirados da Avenida Anhangüera e colocados na Goiás. Passado um certo tempo, as duas avenidas estavam ocupadas” (**O Popular**, 26-3-02, p. 4).

Mas quando perceberam que o projeto estava sendo viabilizado e que não causaria problemas para a região, mas que, pelo contrário, iria contribuir positivamente para o processo de revitalização do Setor Central, mudaram de opinião e até passaram a apoiá-lo, como expressa a presidente da associação mencionada acima, no trecho de entrevista

reproduzido a seguir: “Queremos que o Mercado Aberto seja um cartão de visita de Goiânia” (**Diário da Manhã**, 26-7-02, p. 5).

Até aqui, vimos que os comerciantes apoiaram o projeto desde o início, e a Associação Centro Vivo só veio apoiá-lo depois de algum tempo, mas o fez. E os trabalhadores ambulantes, como se posicionaram? Na verdade, a categoria estava um pouco dividida. Havia aqueles, ligados ao Sindfeirante, que achavam que o local era apropriado e atendia às necessidades da categoria. Mas, havia outros, ligados ao Sincatei, que não estavam de acordo com o projeto, e o principal ponto de discordância era, segundo eles, o fato de o lugar não comportar todos os trabalhadores ambulantes das Avenidas Goiás e Anhangüera. Assim, o presidente do Sincatei, Luciano Rodrigues Siqueira, sentenciava e questionava: “O projeto da Paranaíba não atende aos interesses dos trabalhadores. Somos 1.260 ambulantes cadastrados. Como eles querem que aceitemos uma solução que só contempla cerca de 900 camelôs?” (**O Popular**, 26-3-02, p. 4).

Para os ambulantes ligados ao Sincatei, a solução seria deixá-los continuar na Avenida Goiás, onde se encontravam desde 1993: “Nossa proposta era que os trabalhadores da Anhangüera se unissem aos da Goiás e organizassem suas bancas no meio do calçadão” (Luciano, **Diário da Manhã**, 23-3-02, p.7). Segundo esta proposta, somente haveria uma fileira de bancas padronizadas ao longo da Av. Goiás, que se estenderia da Rua 1 à Rua 55. Em anexo (III), reproduzimos o croqui do projeto alternativo apresentado pelo Sincatei, para a revitalização da Avenida Goiás, incluídos nela os trabalhadores informais. Mas como um dos pontos principais a ser revitalizado era justamente a referida avenida, estava fora de cogitação qualquer proposta que visasse à manutenção dos trabalhadores no calçadão.

Mas as discordâncias não pararam por aí. A construção do Mercado Aberto implicaria mexer, ainda, com outros trabalhadores, também informais, que atuavam na Avenida Paranaíba, de modo especial, os fretistas (caminhoneiros) que há muitos anos usavam o canteiro central da avenida como ponto de contratação de fretes, onde também estacionavam seus caminhões. E, embora o projeto previsse a inclusão dos fretistas com a montagem de um escritório onde seriam centralizadas as encomendas, eles não estavam de acordo com o plano, principalmente os que estavam no local há mais tempo, como, por exemplo, o senhor Venceslau Luís de Sousa, que declarou estar trabalhando ali havia quarenta anos. Sentindo-se desprestigiados em relação aos camelôs, o Sr. Venceslau disse o seguinte: “Estão tirando de uns, no caso nós, para dar a outros, os camelôs” (**Gazeta Popular**, 1-6-02, p. 4).

Todos os discursos acima, em torno da construção do Mercado Aberto, sejam eles consonantes ou discordantes, expressam todo um jogo de interesses, alguns dos quais

antagônicos, defendidos por cada um dos segmentos atingidos pela construção do Mercado Aberto. E o fato de serem favoráveis ou contrários ao projeto está ligado à satisfação ou não de tais interesses.

Mas, apesar das discordâncias, a prefeitura deu início ao processo de licitação para a construção do Mercado Aberto. Isto porque as forças discordantes (Sincatei e fretistas) não conseguiram fazer frente à coalizão de forças reunidas em torno da proposta da prefeitura, pois esta contou com o apoio dos comerciantes, de parte dos próprios informais, dos moradores, da imprensa e mesmo do Ministério Público.

Participaram do processo de licitação 28 empresas, das quais 12 foram classificadas e, destas, saiu-se vencedora a construtora goianiense Atlanta. A obra foi orçada, segundo o então secretário-presidente da Secretaria Municipal de Obras (SMO/Comob), Luiz Carlos Orro, em R\$ 806.590,76.

O Mercado Aberto começou a ser construído em julho de 2002, com uma estimativa de prazo de 80 dias para que a obra fosse concluída. Do ponto de vista político-administrativo, como dito antes, o Projeto Mercado Aberto foi instituído pelo Decreto n.º 1.287 de 1 de julho de 2002, e será regido de acordo com as normas estabelecidas para as feiras livres e especiais de Goiânia.

3.1 – LOCALIZAÇÃO, ESTRUTURA FÍSICA E FUNCIONAMENTO DO MERCADO ABERTO

O lugar para a construção deste espaço multiuso – Mercado Aberto – como dissemos acima, já se encontrava indicado no relatório técnico do arquiteto e urbanista, Atílio Correia Lima, em atendimento ao Decreto n.º 3.547, de 6 de Julho de 1933, que previa que a larga faixa, no centro da Av. Paranaíba, ficaria reservada para feiras, divertimentos ou comércios periódicos (ver foto abaixo). Esta avenida era dividida em quatro canteiros onde funcionavam quiosques de pit dogs, pontos de táxi, pontos de fretistas (caminhões) e estacionamento público. O estacionamento ali existente, embora público, encontrava-se ou apropriado pelos moradores da redondeza, cujos prédios não tinham garagem, ou pelos “flanelinhas”*.

* Flanelinha é o nome popularmente dado a um tipo de trabalhador informal que se apropria de áreas públicas de estacionamento, cobrando taxas do cidadão que precisa estacionar ali o seu veículo, sob o pretexto de vigiá-lo. Além da vigilância, oferecem outros serviços, igualmente pagos, tais como lavagem e polimento de veículos. O flanelinha também é conhecido como guardador e/ou lavador de carros.

Figura 6
Avenidas Goiás (na horizontal) e Paranaíba (na vertical)



Fonte: SEDEM

O Projeto Mercado Aberto, originalmente, referia-se aos canteiros centrais da Av. Paranaíba, à esquerda e à direita da Av. Goiás. Mas, tendo em vista que o local não comportaria todos os ambulantes cadastrados destinados àquele espaço, foram criadas algumas extensões, sendo as principais a da Rua 8 e a da Praça Prof. Felicíssimo do Espírito Santo (Praça do Parthenon Center). A extensão da Rua 8, embora localizada ao lado do Mercado Aberto, não vingou, ficando o Projeto limitado à Av. Paranaíba e à sua extensão da Praça Prof. Felicíssimo do Espírito Santo. O mapa abaixo, do Setor Central, apresenta a localização correta, tanto do Mercado Aberto, quanto de sua extensão.

Figura 7

Mapa de Localização do Mercado Aberto e sua Extensão



Fonte: SEDEM (Folder)

A parte do Mercado Aberto, situada entre a Rua 74 e a Av. Goiás (no mapa acima, à esquerda da avenida), é o canteiro um (1), e a parte entre a Av. Goiás e a Rua 68 (à direita) é o canteiro dois (2), com áreas de 4.593,69 m² e 4.591,34 m², respectivamente, totalizando uma área de 9.185,03 m² (SEDEM, 2001).

Quanto à estrutura e equipamentos do Mercado Aberto, este é constituído e está equipado de banheiros, provadores de roupa, telefones públicos, etc. O quadro abaixo relaciona os itens que compõem o Mercado Aberto e suas respectivas quantidades.

Quadro 8
Equipamentos que Constituem o Mercado Aberto

Itens	Quantidade	Itens	Quantidade
Copas	04	Sanitários	08
Provadores de roupa	04	Sanitários p/ Deficientes	02
Guaritas Administração	02	Guarita do Conselho Gestor	01
Guaritas para policiais	02	Espaços Reservados a Fundec	02
Escritório p/ Fretistas	01	Praças de Alimentação	02

Fonte: O Popular

É preciso que se acrescente aos equipamentos listados no quadro acima os bebedouros e telefones públicos. Além disso, foi criada no local, sob os cuidados da Secretaria de Comunicação, uma rádio cujo nome é “Onda Livre: O Som do Mercado Aberto”. É um serviço de radiodifusão, de interesse e utilidade pública do M.A., que funciona de segunda a sábado, e sua programação inclui música, informação, entretenimento e prestação de serviços. Nós também utilizamos os serviços da rádio quando da realização de nossa pesquisa de campo.

As barracas dos trabalhadores, por sua vez, foram padronizadas no que respeita à cor e ao modelo. Cada barraca constitui um bloco conjugado de quatro unidades, cobertas com uma lona listrada nas cores branca e azul, como ilustram as fotos abaixo. Em anexo (IV), reproduzimos uma cópia da planta destas barracas.

Figura 8
Vista Aérea Lateral do Mercado Aberto



Fonte: SEDEM

Figura 9
Barracas do Mercado Aberto



Fonte: SEDEM

Quanto ao funcionamento, de acordo com o Decreto Lei nº 1.287, de 1 julho de 2002, que o institui, o Mercado Aberto é regido pelas normas das feiras livres e especiais, ressalvados, como consta no artigo 1º deste decreto, os horários de funcionamento. Assim, diferentemente das feiras (livres e especiais), o horário de funcionamento do M.A. é o seguinte: de segunda à sexta-feira, das 9 às 19 h e, aos sábados, das 8 às 13 horas. Compare a diferença no quadro abaixo:

Quadro 9
Horário de Funcionamento das Feiras (livres e especiais)

Feiras Livres			Feiras Especiais	
Período Diurno		Período Noturno	Período Diurno	Período Noturno
Segunda a Sábado	Domingo	16 às 22 h	7 às 14 h	16 às 22 h
6 às 13 h	6 às 14 h			

Elaboração própria / Fonte: Decreto nº 2.834 de 30/07 de 2001.

O Mercado Aberto, tal qual as feiras, também possui um Conselho Gestor, cujos membros foram nomeados em 22 de setembro de 2003, pelo Decreto nº 2.598, de 22 de setembro de 2003 (anexo V).

Enfim, como dito acima, salvo algumas pequenas diferenças, de um modo geral o funcionamento do Mercado Aberto é regido e regulamentado pelo Decreto nº 2.834, de 30 de julho de 2001, inclusive no que se refere a obrigações e penalidades a que estão sujeitos os feirantes.

3.2 – COMO E QUEM VAI PARA O MERCADO ABERTO

Inicialmente, o Mercado Aberto visava a acolher 1.012 trabalhadores informais na Av. Paranaíba e mais 60 na extensão da Praça do Parthenon Center. Mas, no decorrer do período de construção do M.A. e de execução do processo de seleção dos trabalhadores, as vagas foram ampliadas, passando de 1.012 para 1.390 e de 60 para 80, respectivamente, totalizando em 1.470 o número dos trabalhadores informais contemplados com uma vaga no Mercado Aberto e sua extensão.

O aumento do número de feirantes, tanto no Mercado, quanto em sua extensão (na Praça Prof. Felicíssimo do Espírito Santo), deveu-se ao fechamento da extensão da Rua 8, em razão da recusa dos feirantes (sorteados para trabalhar ali) em permanecer nessa rua, sob a alegação de que, naquele local, não vendiam nada ou quase nada

Quanto à seleção dos trabalhadores, em termos gerais, a liberação de concessão pública para trabalhar no Mercado Aberto dependeu de dois critérios estabelecidos na cláusula 2ª do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, celebrado entre a prefeitura e o Ministério Público do Estado de Goiás, cuja cópia de parte do documento consta do Anexo VI deste ensaio. Os dois critérios são: “1 – não possuírem, (os beneficiados) de forma alguma, concessão pública; 2 – não possuírem impedimento jurídico legal”. Atendendo tais critérios, seriam priorizados aqueles trabalhadores que já possuísem cadastro na SEDEM e que se encontravam trabalhando no local, como reza a cláusula 3ª deste mesmo documento. Restando vagas, como estabelecido na cláusula 4ª, estas serão concedidas pela SEDEM aos ambulantes que se encontram trabalhando no Centro Histórico de Goiânia, desde que atendam aos critérios supra-citados.

A seleção para o preenchimento do restante das vagas existentes, segundo esta mesma cláusula (4ª), se daria através de um processo de pontuação, por sua vez estabelecido no Decreto nº 2.834, já citado, que regulamenta as feiras livres e especiais da capital.

A tabela de pontuação encontra-se no Anexo II desta dissertação, juntamente com a cópia do decreto ora citado. Essa tabela apresenta a pontuação atribuída aos candidatos às vagas, de acordo com o seu perfil socioeconômico. A pontuação máxima é de 60 pontos, atribuídos às pessoas que possuísem um dos perfis enumerados a seguir: 1) deficiência visual total; 2) incapacidade física para locomoção – total; 3) egresso do sistema penitenciário há mais de cinco anos; 4) jovem de 16 a 30 anos, desempregado; 5) mulher com idade superior a 45 anos. Merece destaque também a pontuação consignada àqueles trabalhadores com tempo de comércio ambulante superior a cinco anos (50 pontos).

Terminado o processo seletivo e a instalação dos trabalhadores no Mercado Aberto, iniciou-se o seu funcionamento. As mudanças no cotidiano de trabalho dos ex-ambulantes e camelôs, agora feirantes, serão significativas, algumas das quais apresentadas já, na seção que se segue, desenvolvida a partir da pesquisa *Impactos Sócio-econômicos do Mercado Aberto da Av. Paranaíba*, realizada pela SEDEM, em meados de 2004, quando o referido Mercado tinha cerca de um ano de funcionamento.

3.3 – O MERCADO ABERTO DEPOIS DE UM ANO DE FUNCIONAMENTO

Nesta parte do trabalho, estaremos lidando com dados levantados, e a nós fornecidos, pela SEDEM, constantes da pesquisa *Impactos Sócio-econômicos do Mercado Aberto da Av. Paranaíba*, realizada em junho e julho de 2004. Nessa altura, o Mercado Aberto já contava mais ou menos um ano de funcionamento. Segundo o relatório dessa pesquisa, foram entrevistados 251 trabalhadores de um total de 1.328 feirantes.

A pesquisa referida fornece os primeiros dados relativos à situação do M.A. em meados de 2004, dados que, na medida do possível, foram cruzados com os da pesquisa *Perfil Sócio-econômico dos Vendedores Ambulantes da Região Central de Goiânia*, realizada pela mesma instituição em 2001, apresentada e discutida no final do Capítulo II.

Um primeiro dado interessante fornecido por esta pesquisa refere-se ao tipo de mercadoria comercializada no Mercado. Mostra que a mercadoria predominante ali é oriunda do ramo de confecções (roupas), com 69% dos feirantes atuando neste ramo. Cruzando este

porcentual com o da pesquisa realizada em 2001, vemos que essa já era a tendência da informalidade no Setor Central, em que, dentre as mercadorias mais comercializadas, destacava-se as originárias do ramo de confecção, com 47,0% dos trabalhadores informais atuando nessa área. Outros três tipos de mercadoria mais comercializados são os calçados e bolsas e os importados, porém com um percentual bastante inferior ao da confecção.

Quadro 10
Mercadorias Comercializadas no Mercado Aberto

Confecção	Calçados/Bolsas	Importados	Moda Íntima	Outros
69%	9%	7%	5%	10%

Fonte: SEDEM/2004.

A pesquisa revelou também que, com a alocação dos feirantes no M.A., alguns trabalhadores trocaram de tipo de mercadoria. Dos pesquisados, 16% afirmaram ter mudado de mercadoria e, dentre os motivos apontados, estão: “a expectativa de melhorar as vendas”; “a mercadoria anterior ‘dava’ muito trabalho”; “exigência da SEDEM”.

Quanto à origem das mercadorias, tem-se a seguinte situação: 50% dos feirantes adquirem-nas de terceiros dentro do próprio município de Goiânia; 35% fabricam, eles próprios, as mercadorias que comercializam; 14% das mercadorias são adquiridas de terceiros que moram fora de Goiânia; e o percentual restante (1%) é constituído de mercadorias de outra origem.

O alto percentual dos que fabricam suas próprias mercadorias deve-se ao fato de que 69% daquelas comercializadas no Mercado Aberto pertencem ao ramo de confecções. A fabricação desse tipo de mercadoria é bastante fácil, pois a tecnologia requerida é simples e relativamente barata, de modo que, com pouco capital de giro, é possível pôr em funcionamento uma confecção de fundo de quintal que pode, até mesmo, ser instalada em um dos cômodos da própria residência e com mão-de-obra de familiares.

Se somarmos as 35% de fabricação própria com as 50% oriundas de terceiros que moram em Goiânia, teremos que 85% das mercadorias negociadas no M.A. são originárias do próprio município, o que significa criação de emprego na região, embora a maioria desses empregos enquadre-se na categoria informal, pois constituem as chamadas empresas de fundo de quintal.

Quadro 11
Origem das Mercadorias Comercializadas no Mercado Aberto

De Terceiros do próprio município	Fabricação própria	De terceiros fora do município	Outros
50%	35%	14%	1%

Fonte: SEDEM/2004.

No que se refere à renda mensal, em comparação com os dados da pesquisa de 2001, essa parece realmente ter decrescido. Em 2001, quando os trabalhadores do M.A. atuavam nas ruas do centro, 54% deles afirmaram ter uma renda menor ou de até dois (2) salários mínimos. No Mercado, o percentual dos que recebiam até dois salários (R\$ 520,00) subiu para 77%. Nas ruas, 38,5% afirmaram ter uma renda entre dois e quatro salários. No Mercado, este percentual (relativo aos 38,5% que tinham renda até quatro salários mínimos) caiu para 20%.

Quadro 12
Renda dos Feirantes do Mercado Aberto

Até 2 salários	De 2 a 4 salários	Acima de 4 salários
77%	20%	3%

Fonte: SEDEM/2004.

A perda de renda, no entanto, não é resultado apenas da queda nas vendas, mas decorre também dos gastos que, com certeza, aumentaram com a mudança para o Mercado, embora alguns, sobretudo os que se encontravam na Av. Goiás, já estivessem acostumados a arcar com determinados gastos destinados ao pagamento de taxas para a prefeitura e para montagem e desmontagem das bancas.

Quanto ao fato da existência ou não de outra fonte de renda própria, 92% dos feirantes declararam não a ter e 8% disseram sim, que possuíam outra fonte de renda. Na pesquisa anterior, de 2001, os que declararam não ter renda paralela representavam 72,5% dos trabalhadores informais; mas os que responderam positivamente somavam 8,9%; e 18,5% não informaram.

A pesquisa sobre o impacto socioeconômico do Mercado Aberto levantou também dados referentes à questão da seguridade social e de saúde entre os feirantes do Mercado. Os gráficos abaixo são claros:

Gráfico 4.A

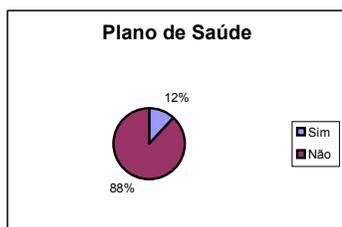


Gráfico 4.B

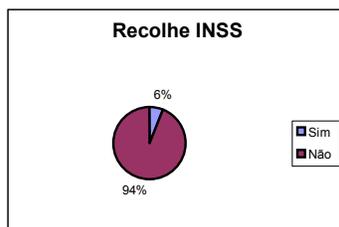
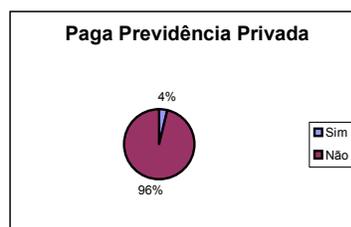


Gráfico 4.C



Fonte: SEDEM/2004

Esses dados revelam a precariedade das atividades informais, no que concerne à perspectiva de um futuro minimamente assegurado para o trabalhador que atua na informalidade. Se, por um lado, essa insegurança é ruim para o próprio trabalhador, que fica sem qualquer tipo de amparo legalmente garantido, por outro, também é péssimo para o Estado, no que se refere, sobretudo, à previdência, pois, com o aumento do desemprego e do trabalho informal, decresce, a cada dia, o número de contribuintes.

Passando agora para o tratamento dos dados sobre a avaliação do Projeto Mercado Aberto e sua estrutura pelos feirantes, queremos ressaltar, de antemão, o pouco entusiasmo demonstrado por grande parte dos que ali trabalham.

Quando indagados se o M.A. trouxera melhorias para a vida deles e de sua família, 70% dos feirantes responderam “não”. Apenas 29% declararam “sim” e 1% disse “não saber”. Se levarmos em consideração que (com a transferência para o Mercado Aberto) as vendas e, conseqüentemente, as rendas decaíram para a maioria dos trabalhadores, e que, para eles, o que importa, em primeiro lugar, são as vendas e não as condições de trabalho, este resultado é bastante coerente. Assim, o que se segue é óbvio: O Mercado Aberto, para a maioria, não estava atendendo às expectativas e precisa precisava urgentemente de melhorias.

Interrogados sobre possíveis sugestões de melhoria para o Mercado, 91% dos trabalhadores disseram que tinham sugestões a fazer, e, entre as principais sugestões de aperfeiçoamento, destacavam-se: a cobertura do Mercado, referida por 44% dos feirantes; uma maior divulgação do M.A., reclamada por 25% deles; a retirada das grades, figurou na resposta de 8% dos entrevistados; o aumento dos corredores era pretendido por 5% dos “profissionais”; e a eliminação do processo de triagem era exigida por 3% do contingente de trabalhadores entrevistados, etc*.

* Estes pontos de melhorias, praticamente todos, coincidem com os que foram levantados por nossa própria pesquisa empírica, realizada uns seis meses depois desta, que será objeto de análise no Capítulo IV.

Há ainda uma última questão que nos parece interessante nesta pesquisa, e sobre a qual já discorreremos quando redigimos o Capítulo II. Refere-se aos motivos que levam à inserção na informalidade. Para a maioria dos que exercem atividades informais, o que os “motivam” a fazer tal “escolha”? Trata-se mesmo de uma escolha? Como vimos, no que se refere à baixa informalidade, raramente trata-se de escolha, de opção.

Neste sentido, à pergunta formulada aos feirantes: “Se você tivesse condições, deixaria de ser um comerciante do mercado informal e passaria para o mercado formal?”, o resultado foi esclarecedor. Setenta e nove por cento deles responderam que “sim”, que passariam para o mercado formal; apenas 21% disseram que “não”, confirmando o que Malaguti e Paul Singer, entre outros, já diziam (em páginas anteriores deste trabalho), ou seja, que as atividades informais, o trabalho informal (pelo menos no que se refere à baixa informalidade) não constitui objeto de livre escolha, de opção pessoal. Assim, para muitos trabalhadores a informalidade tem se constituído na única forma de inserção socioeconômica e de sobrevivência.

Os dados que acabamos de apresentar e comentar, deram-nos uma noção prévia do impacto do Mercado Aberto sobre a vida, principalmente daqueles que ali trabalham, os feirantes. As informações fornecidas por esta pesquisa de impacto da SEDEM/2004 cumpriu também o papel de abrir caminho para a discussão que se abrirá no próximo capítulo.

Assim, depois de termos tomado como contribuição todos esses dados, com os quais temos trabalhado desde o Capítulo II, estaremos contando agora com informações obtidas por meio de nossa própria pesquisa de campo, que, entre outras questões, procurará, mais enfaticamente, apreender as relações de convivência no cotidiano de trabalho dos feirantes do Mercado Aberto.

CAPÍTULO IV

4 – OS FEIRANTES DO MERCADO ABERTO E SEU COTIDIANO DE TRABALHO

“Com camelô é assim: mexeu com um mexeu com todos”
(Feirante do M.A.)

4.1 – O MERCADO ABERTO NA VISÃO DOS TRABALHADORES

Com o objetivo de apreender a realidade atual do cotidiano de trabalho e das relações de convivência dos trabalhadores, no Mercado Aberto da Avenida Paranaíba, empreendemos um processo de pesquisa empírica, com base na oralidade e na observação. Assim, por meio da técnica da entrevista, ouvimos alguns dos representantes das instituições que participaram do processo de constituição do Mercado Aberto. Em relação aos feirantes, estes foram ouvidos por meio da aplicação de questionários. Por intermédio desta técnica, ouvimos exatamente 170 trabalhadores – de um total de mais ou menos 1.300 feirantes –, correspondentes a uma amostra situada em torno de 13% desse total.

Como deixamos claro na introdução deste trabalho, os dados empiricamente coletados foram tratados, especificamente, do ponto de vista da análise qualitativa, mas isso não significa dizer que a perspectiva quantitativa tenha sido de antemão descartada.

As entrevistas foram realizadas nas sedes das instituições às quais cada entrevistado pertencia. Os questionários, aplicados aos feirantes, foram preenchidos na hora, enquanto os ouvíamos, o que se prolongou por quatro dias. Durante esse período, andamos por entre as bancas, abordando os trabalhadores que estavam livres (sem clientes) e que se dispunham a fornecer as informações solicitadas no questionário. Verificadas essas condições, iniciávamos a aplicação das questões.

Ao abordar os feirantes, procurávamos a eles nos igualar: de pé, se assim estivessem; agachados, se estivessem sentados. Às vezes nos ofereciam banquinhos, cadeiras ou mesmo a grade da banca para sentarmos. Assim, de uma forma ou de outra, não destoávamos de sua postura, procurávamos estar à “altura” deles, explicávamos o que queríamos, e quase todos os trabalhadores abordados se dispuseram a contribuir com nossa pesquisa. Confessamos ter ficado um pouco receosos depois de frustrada uma tentativa de coleta de dados, poucos dias

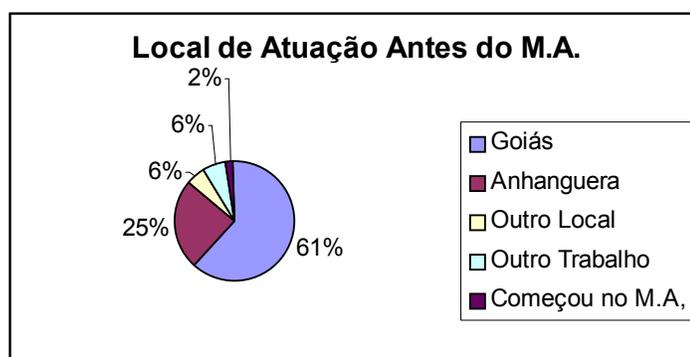
atrás, embora tudo tivesse acabado satisfatoriamente. Até mesmo, como é comum acontecer em trabalhos de pesquisa de campo, ocorreram alguns fatos interessantes.

A título de exemplo, gostaríamos de registrar um desses fatos curiosos. À certa altura dos trabalhos de pesquisa, abordamos uma senhora feirante que, antes da inauguração do M.A., trabalhava na Avenida Goiás. Ela se recusou veementemente a responder ao nosso questionário. Então fomos para uma banca vizinha, cuja feirante não era a proprietária, mas funcionária, e estava ali havia pouco tempo, mas se dispôs a responder prontamente o questionário naquilo que pudesse. A feirante que se recusara a responder ficou por perto e atenta. À medida que perguntávamos, ela também respondia espontaneamente. Conclusão: a feirante que se recusou a responder acabou por nos fornecer praticamente todas as informações solicitadas no questionário. Mas vamos aos dados da pesquisa.

Inicialmente, trabalhamos no sentido de levantar a origem dos feirantes do Mercado Aberto. O resultado confirmou os dados obtidos pela SEDEM – quando do levantamento do perfil socioeconômico dos trabalhadores informais do centro de Goiânia, em 2001 –, que revelou que a maioria dos informais do centro da cidade atuava nas Avenidas Goiás e Anhangüera. Assim, a maioria dos 170 feirantes pesquisados, trabalhava nas Avenidas Goiás (104) e Anhangüera (42); nove declararam atuar em outros locais de Goiânia (no centro e em Campinas); um (1) atuava em São Paulo; dez declararam exercer outro tipo de trabalho, e quatro disseram ter começado suas atividades profissionais ali mesmo, no M.A.

O gráfico abaixo é ilustrativo dessas questões. Neste, os trabalhadores que atuavam em outros locais foram reunidos numa única categoria: “outro local”.

Gráfico 5



Elaboração própria com base na pesquisa de campo/2005

Assim, embora os feirantes oriundos da Avenida Goiás se sentissem desprivilegiados pela forma como foi conduzido o processo de alocação no M.A., incluindo-se aí o modo de

distribuição dos pontos no interior do mercado, a maioria absoluta dos que estão hoje ali é proveniente da Avenida Goiás, seguida por um número razoável dos que atuavam na Avenida Anhangüera. Este fato deve-se ao cumprimento da cláusula 3ª do Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta – celebrado com o Ministério Público Estadual –, onde se estabelece que a prioridade é daqueles trabalhadores que já possuíam cadastro na SEDEM, e que já atuavam trabalhando no local, o que era o caso da maioria dos informais da Avenida Goiás.

Esse sentimento de desprestígio provado pelos trabalhadores informais, oriundos da Avenida Goiás, tem uma razão de ser: a maioria deles constituía um grupo que já passara por um processo de alocação, que os havia tirado da Av. Anhangüera e transferido, “provisoriamente”, para o calçadão da Avenida Goiás, em 1993. Ali, foram cadastrados pela prefeitura, que passou a exercer um certo controle sobre o grupo, mediante o estabelecimento de normas, entre as quais o pagamento de taxas.

Mas como vimos, em outra parte deste estudo, essa medida, assim como outras, anteriores, não passou de um paliativo. No capítulo anterior, vimos que a informalidade em Goiânia, na década de 1990, cresceu bastante. As ruas e avenidas centrais, sobretudo a Avenida Anhangüera, logo voltaram a ser tomadas pelos trabalhadores ambulantes. Então, como nos dizia, à época, Selmira (diretora do Departamento de Controle das Atividades Informais da SEDEM), havia duas situações no que se referia à informalidade no centro de Goiânia: o pessoal da Avenida Goiás, mais antigo e, em grande parte, já cadastrado e obediente às normas, e os ambulantes das demais localidades que atuavam sem qualquer controle por parte do poder público municipal.

Levar em consideração esse aspecto talvez facilite a compreensão do processo de adaptação dos trabalhadores informais do centro de Goiânia ao Mercado Aberto: um espaço público, mas um espaço público bastante normatizado, bastante regulado pela prefeitura. Assim, tendo em vista essas duas situações da informalidade em Goiânia, Selmira continua relatando que os primeiros (ambulantes da Goiás) não apresentaram tanta resistência à adaptação às normas do M.A., pois já seguiam normas no calçadão. Já os ambulantes das demais localidades, acostumados a trabalhar “livremente” pelas ruas e avenidas, sem qualquer forma de normatização, estes sim, foram os mais resistentes, apresentando maior dificuldade de adaptação ao ambiente regulado do Mercado Aberto.

Este aspecto – normatizado/regulado e não-normatizado/não regulado – está ligado, como antítese, à questão da autonomia, da liberdade, do “sentir-se patrão de si mesmo”, esta última expressão, um clichê, aliás, bastante presente no discurso de justificativa da informalidade como “escolha”, como “opção”.

Pensávamos que interrogados sobre as principais alterações em seu cotidiano de trabalho ou, como consta no questionário, seu dia-a-dia de trabalho, com a transferência para o M.A., os feirantes fossem referir-se, de forma mais enfática, à perda de autonomia e liberdade em virtude da regulamentação mais rígida no Mercado*. Mas, pelo contrário, talvez por sua natureza subjetiva, tal aspecto deu lugar a uma outra questão de natureza bem mais objetiva: a sensível diminuição nas vendas. As vendas, como muitos deixaram claro, é o que mais interessava, ficando em segundo plano as condições de trabalho.

Assim, não menos que 133 dos 170 feirantes ouvidos afirmaram que a principal alteração em seu cotidiano de trabalho, neste caso para pior, referia-se ao seguinte “efeito cascata”: queda do movimento (diminuição do fluxo de pessoas) → queda nas vendas → diminuição da renda. Já, do ponto de vista positivo, o aspecto mais referido foi o de relativa melhoria da estrutura física do espaço de trabalho, com o reconhecimento de que o M.A. oferecia maior conforto e segurança, embora tal fato não tenha sido referido por mais que 30 feirantes. Se pedíssemos que elessem, entre os equipamentos que compõem a estrutura do mercado, o de maior importância, teriam apontado os banheiros. Mas, mesmo considerando que, do ponto de vista da estrutura, o M.A. foi um ganho, relacionaram uma série de problemas, quer relativos ao projeto em si, quer concernentes à administração e manutenção dos equipamentos do Mercado, como veremos mais adiante. Entre os aspectos considerados positivos com a alocação no M.A., estão os que dizem respeito à questão da regulamentação, da organização, e o fato de que passariam a ter local de trabalho fixo, com bancas numeradas, o que facilitava a localização destas por parte dos clientes.

Mas, de um modo geral, do ponto de vista dos feirantes, as mudanças em seu cotidiano de trabalho concorreram mais para piorar a situação do que para melhorá-la. Isto porque foram afetados no que, para eles, é o essencial, o mais importante, ou seja, vender. Uma senhora feirante nos disse algo que o expressa bem: “pra nós não interessa boniteza, interessa vender”.

Mas, além dos que acham ter antes piorado que melhorado e dos que pensam o contrário, existem, ainda, aqueles que afirmaram ter continuado na mesma situação, ou seja, não houve mudanças relevantes nem para pior nem para melhor. Obviamente, esses pontos de vista estão relacionados à satisfação ou não de interesses pessoais ou do grupo, talvez mais pessoais do que do grupo, como categoria. Por exemplo, se a localização da banca no M.A.,

* Alguns deles, como a maioria dos que atuavam na Av. Goiás, inclusive cadastrados pela SEDEM, já estavam acostumados a uma certa regulamentação. Mas aqueles que atuavam em outras localidades, à revelia do poder

em comparação com a localização das bancas outrora instaladas nas Avenidas Goiás ou Anhangüera, ficou pior, certamente isto justifica a insatisfação do trabalhador com o Mercado. E, tendo em vista que, de um modo geral, nas ruas, realmente, vende-se mais do que num lugar fechado, é natural que haja descontentamento e desaprovação por parte daqueles que se sentiram prejudicados.

Com relação à localização das bancas, perguntamos, em nosso questionário, se o posicionamento delas dentro do Mercado interferiam nas vendas. Cento e quarenta e três dos 170 feirantes ouvidos responderam que sim; 25 responderam que não; um (1) disse que isso era relativo sem, no entanto, dar justificativa, e um outro não respondeu.

A primeira justificativa daqueles que responderam afirmativamente – que a localização das bancas interferia nas vendas – foi que, nas bancas das laterais, vendia-se bem menos do que nas do meio do recinto, sobretudo aquelas que ficavam viradas para a rua, de frente para a grade. A própria SEDEM reconheceu este fato, mas, segundo Selmira, já citada, este é um problema não só do M.A., mas de todas as feiras, e explica: “Quem fica mais distante do centro, quem fica na periferia da feira, na lateral, ele vende menos, né? E você observa que só essas bancas que tão vazias, tão vagas. No centro do Mercado não tá vago”.

Segundo os feirantes, as pessoas (clientes) limitam-se a transitar pelos corredores mais centrais, poucos são aqueles que beiram as laterais. E o problema do acesso está relacionado a outro: a falta de espaço. Entre as bancas laterais e a grade, não há espaço, o que também dificultaria o acesso dos clientes. Por este motivo, muitos feirantes, donos de bancas laterais junto à grade, têm desistido do ponto, como já explicitado na fala de Selmira.

Outro inconveniente registrado foi o fato de que, no tempo das chuvas, as bancas situadas de frente para a avenida se molhavam com os respingos d’água lançados pelos carros que transitavam pela via, molhando e sujando as mercadorias e as pessoas.

Mas a falta de espaço no Mercado não se restringia a alguns pontos localizados, como os que estavam nas laterais. Era geral. Todos os feirantes reclamaram da falta de espaço em toda a extensão do Mercado Aberto: nos corredores, entre uma barraca e outra e, em particular, o pequeno espaço destinado às bancas (1,50 m por 1,00 m), o formato geminado delas, o que dificulta a exposição das mercadorias e a própria posição do feirante. Este teria de ficar no corredor diante da banca, disputando espaço com os clientes. A foto abaixo demonstra a escassez de espaço no interior do Mercado.

público, estavam acostumados a coerções, mas não à regulamentação. Em outros termos, trabalhavam “livremente” pelas ruas e avenidas do centro.

Figura 10
Interior do Mercado Aberto



Fonte: SEDEM

Como dito no capítulo anterior, as bancas, que precisavam ser montadas e desmontadas todos os dias, são geminadas em quatro, constituindo uma única barraca. Isto, de certa forma, impedia que o feirante tivesse, ele mesmo, a opção de montá-la e desmontá-la, ficando “obrigado” a delegar este serviço a terceiros (montadores de bancas), pagando uma taxa individual de R\$ 10,00 por semana. Um custo total de R\$ 40,00 por mês, pois são quatro feirantes para cada barraca. Como as bancas são geminadas, ninguém pode deixar de pagar senão prejudica os outros três companheiros de trabalho.

Os montadores de bancas são prestadores de serviço, autônomos, mas cadastrados na SEDEM, como explica Selmira: “O pessoal que presta o serviço, ele é cadastrado aqui na secretaria (Sedem) pra prestar esse tipo de serviço pra eles, que é o montador de banca. Ele é cadastrado como formal: montador de banca. É um cadastro..., como é que fala(?), simplificado, ne?” (Selmira)

Sobre esta questão – montagem e desmontagem de banca – existe um fato que justifica a abertura de um parêntese. Já sabemos que a prática da informalidade, desenvolvida quase sempre às custas e em detrimento do espaço público, cria no trabalhador informal uma sensação de que o espaço que ocupa lhe pertence. Assim, nesta mesma linha de raciocínio, tem-se criado e desenvolvido, entre os montadores de bancas do M.A., uma idéia de “direito

de montagem”, que consiste no seguinte: se o feirante não quiser mais os serviços de montagem e desmontagem prestados por determinado montador, não pode simplesmente dispensá-lo ou substituí-lo. Pois, se o fizer, terá, antes, de lhe pagar determinada quantia, referente ao chamado direito de montagem. Pelo que nos pareceu, esta não é uma prática generalizada e, talvez, nem tenha chegado, formalmente, aos ouvidos do poder público. Mas, seja como for, este é um fato no mínimo inusitado, pois demonstra que mecanismos de dominação e/ou até mesmo de extorsão são criados e alimentados pela informalidade, mesmo que esta esteja sob a regulamentação do poder público.

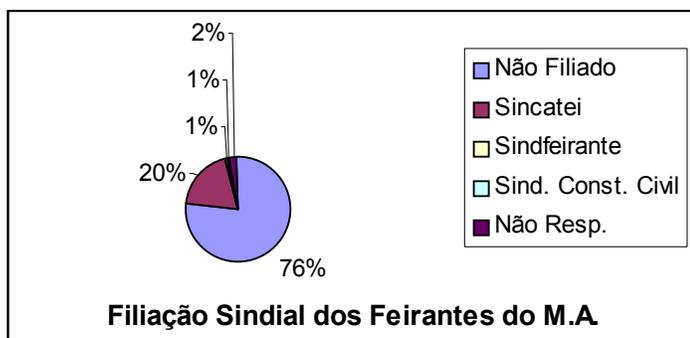
Mas, voltando à questão anterior, além dos gastos com a montagem e desmontagem das bancas, os feirantes do M.A. também arcavam com outras despesas. Praticamente todos pagavam 20 ou 30 reais por mês de garagem, para guardar os carrinhos usados no transporte das mercadorias. Os mais idosos e os deficientes físicos, ainda assim, pagavam 5 reais por semana para que alguém levasse e trouxesse o carrinho que transportava suas mercadorias para o Mercado. Isto, sem falar das despesas diárias com transporte coletivo e alimentação.

Não perguntamos quanto gastavam diariamente com estas últimas despesas, mas indagamos onde costumavam fazer a principal refeição do dia, ou seja, o almoço. Constatamos que a maioria dos feirantes almoçava nos restaurantes situados próximo do Mercado e procuravam variar de um restaurante para outro, para que a repetição não tornasse a comida enjoativa. Alguns preferiam trazer de casa ou, se moravam nas proximidades, iam até lá para o almoço. Não só por uma questão de economia, mas também pela qualidade da refeição. Encontramos, também, aqueles que optavam por comprar marmitas (“marmitex”) fornecidas por restaurantes ou por particulares (trabalhadores informais que servem marmitas). Ainda havia aqueles que declaravam variar muito a forma e o local onde se alimentavam, utilizando-se, às vezes, da própria praça de alimentação do M.A.; e um pequeno número afirmou frequentar o restaurante cidadão da OVG. Mas, como muitos deles nos revelaram, o local e a forma de se alimentarem dependia, sobretudo, das vendas. Alguns disseram que, às vezes, nem sequer almoçavam, apenas faziam um lanche, ou nem isso.

4.2 – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES DE CONVIVÊNCIA NO MERCADO ABERTO

A pesquisa procurou também verificar se os feirantes do M.A. eram ligados a alguma instituição de representação de “classe” ou, talvez melhor, da “categoria”, como um sindicato, por exemplo. O resultado foi o seguinte: a grande maioria (130 feirantes) declarou não ser filiada a nenhum sindicato, inclusive alguns pareciam desconhecer a existência de um qualquer que representasse a categoria dos trabalhadores informais; 34 declararam ser filiados/associados ao Sincatei; dois disseram ser associados – um, ao Sindfeirante, e o outro ao Sindicato da Construção Civil; quatro feirantes não responderam. Observe-se o gráfico abaixo:

Gráfico 6



Elaboração própria com base na pesquisa de campo/2005

Tentamos conseguir com o Sincatei o percentual dos feirantes do M.A. filiado a este sindicato, mas não foi possível. O presidente do órgão, Luciano Rodrigues Siqueira, só nos forneceu o número geral deles, que, segundo nos informou, gira em torno de 2.500 associados.

O Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal de Goiânia (Sincatei) foi criado, segundo seu presidente, em 1993, e o que motivou sua criação Luciano explica no trecho a seguir:

Ele nasceu de uma necessidade até então, naquela época, da categoria ter uma..., uma instituição que falasse a língua dela, que defendesse os seus interesses, né (?), junto à sociedade, ao poder público e naquela época a gente vivia no meio da rua aí, distribuídos aí pela Anhangüera, é..., pela Praça do Botafogo, pela Avenida 24 de Outubro e em tantos cantos dessa cidade. Então nasceu dessa necessidade de organizar a categoria e ter seu

legítimo representante pra buscar os seus..., os seus..., os seus bens né(?), o que é de direito né(?), como classe, como trabalhadores, pais e mães que precisavam aí, de ter seu representante e aí veio a criação do Sincatei que é o Sindicato dos Ambulantes e feirantes de Goiânia, em 93. (Luciano)*

Como a fala de Luciano explicita, o Sincatei é um órgão de representação da categoria dos trabalhadores informais em geral, cobre todo o município de Goiânia. No que se refere ao Mercado Aberto, segundo nossa pesquisa (observar o gráfico acima), sua representatividade gira em torno de 20% dos feirantes. Embora seja o sindicato que mais congrega associados, sua representatividade em relação ao conjunto dos trabalhadores do Mercado ainda é bastante pequena. Diante deste percentual (20%), a declaração de um certo feirante é bastante sintomática, quando diz que, no M.A., os feirantes são unidos, mas não há mobilização para conseguir melhorias. Assim, embora haja união e consciência dos problemas existentes no Mercado, faltam-lhes um maior engajamento político capaz de mobilizar forças em busca de soluções. (Mais adiante, estaremos levantando e discutindo os principais problemas, existentes hoje no M.A., e suas possíveis soluções.)

Mas se, por um lado, a maioria não se encontra politicamente organizada, por outro, a minoria “organizada” dos trabalhadores informais (destacando-se aqui o papel do Sincatei) garantiu sua participação no processo de discussão sobre a criação do Mercado e o processo de alocação. Sem isso, é possível que hoje estes trabalhadores estivessem assentados fora do centro da cidade. Assim, mesmo que a proposta de alocação apresentada pelos trabalhadores informais, por meio do Sincatei, não tenha encontrado eco nos demais segmentos sociais, inclusive na própria prefeitura, eles se saíram vitoriosos num aspecto: conseguiram garantir sua permanência no centro da cidade, numa das avenidas mais centrais do setor, e isto foi sem dúvida uma vitória importante.

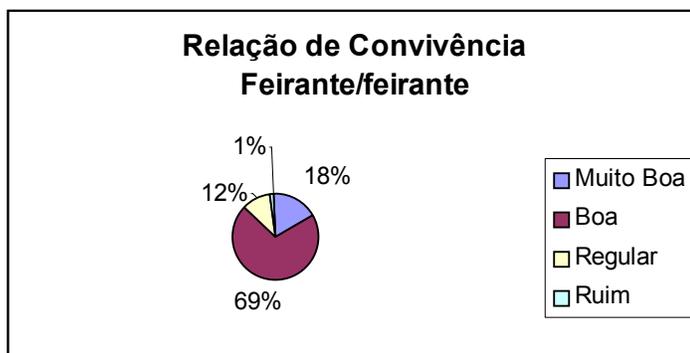
Se a organização dos feirantes, do ponto de vista político, deixa a desejar, como estarão estes organizados do ponto de vista das relações cotidianas de convivência? Vejamos então, como os feirantes avaliaram o convívio, as relações (**interpessoais?**) processadas cotidianamente no interior do Mercado Aberto.

Privilegiamos, particularmente, duas formas de relações ali existentes: a relação dos feirantes uns com os outros e a relação deles com o poder público municipal, sobretudo com os agentes da prefeitura que estavam mais diretamente ligados ao Mercado e, conseqüentemente, aos feirantes.

* Luciano Rodrigues Siqueira, presidente do Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal de Goiânia (Sincatei).

Sobre a relação de convivência existente entre eles próprios (feirantes), a grande maioria dos entrevistados (118) declarou que é uma relação boa ou muito boa (30). Apenas 20 feirantes a classificaram como uma relação regular e somente dois disseram que é ruim. Criamos um gráfico a partir destes dados:

Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo/2005

A principal justificativa apresentada por aqueles que declararam ser a convivência boa e muito boa é que a relação entre eles é a de um convívio amigável, de amizade mesmo. Como disse um feirante alegre, jovem e simpático: “bom demais, amizade total”.

Segundo afirmaram, há, entre eles, muita união, partilha, solidariedade, ajuda mútua e confiança. Expressões como, por exemplo, “Com camelô é assim: mexeu com um, mexeu com todos”, e outras, ilustram bem esse sentimento de união. E esses sentimentos de união, solidariedade, confiança, etc., são característicos dos feirantes, de maneira bastante visível, como, por exemplo: se um feirante precisa se ausentar da banca por qualquer motivo, os colegas das bancas mais próximas, cuidam dela para ele e se, neste intervalo de tempo, chega algum cliente, os colegas o atendem e, se preciso, realizam a venda. Além disso, trocam dinheiro, uns para os outros; quando necessário voltar troco aos clientes, emprestam, reciprocamente, pequenas quantias; nos intervalos, que podem ser bastante longos, entre uma venda e outra, dependendo do movimento, “batem papo”, como dizem, brincam uns com os outros, ouvem música, etc. Muitos deles consideram os colegas do M.A. como uma família, uma comunidade.

Mas estes trabalhadores reconhecem que, como em toda relação social que é, conseqüentemente, uma relação dialética, certamente acontecem, vez ou outra, atritos, alguns “chateamentos”, desacordos. Contudo, esses pequenos problemas, em muitos casos, são

motivados pelas condições de trabalho, condicionadas pela própria organização e estrutura do Mercado que, por sinal, não são das melhores. Por exemplo, o formato impróprio das bancas (geminadas) e a falta de espaço para a exposição das mercadorias podem provocar atritos, pois a banca do feirante X está, obrigatória e diretamente, ligada às bancas dos feirantes Y, W e Z, e qualquer extrapolação desses limites, em desrespeito ao espaço alheio, se não for de comum acordo, pode resultar em confusão. A questão do espaço, ou melhor, da falta de espaço, é algo bastante crítico ali.

O espaço no M.A., de um modo geral, ficou bastante exíguo para tantas bancas, haja vista que o projeto inicial previa abrigar 1.012 feirantes, mas, na prática, primordialmente, teve de acolher 1.376 trabalhadores – um aumento significativo, para uma área tão pequena. Conseqüentemente, os corredores tiveram de ser estreitados e o espaço entre uma barraca (quatro bancas) e outra quase foi extinto, isto é, tornou-se demasiadamente reduzido.

Um fato digno de nota é que os atritos e os pequenos conflitos que ocorrem no M.A. são mais suscetíveis em determinados momentos do que em outros. Por exemplo, de manhã, quando da montagem das bancas e exposição das mercadorias, há um certo tumulto, pois praticamente todos os feirantes usam carrinhos para levar as mercadorias para o Mercado e todos acabam fazendo esse trabalho ao mesmo tempo, provocando congestionamentos e outros aborrecimentos. À tarde, quando encerram o expediente, ocorre a mesma coisa.

Além dos horários de pico, outro momento que propicia a ocorrência de atritos e “chateamentos”, segundo eles, é quando chove. Pois, entre os diversos incidentes possíveis, pode acontecer que, na tentativa de proteger as mercadorias da chuva, desvia-se a água para a barraca do vizinho, prejudicando-o sem a intenção de fazê-lo. Vários outros exemplos de questões menores poderiam ser relacionados aqui, mas não há necessidade.

Se, por um lado, a estrutura física do Mercado Aberto e sua organização, como se encontram atualmente, propiciam a ocorrência de conflitos, por outro, este mesmo aspecto causa efeito contrário. O fato de as bancas serem geminadas e as barracas, por falta de espaço, estarem tão próximas umas das outras, uma situação vivida todos os dias, de segunda a sábado, acaba estimulando a cordialidade, o coleguismo e até a amizade entre os feirantes. Alguns deles disseram algo neste sentido: “Ficamos juntos desse jeito todos os dias e a semana inteira. Imagina se brigar”. Ou seja, eles têm a consciência de que precisam se relacionar bem para que o ambiente de trabalho não se torne insuportável. Então, há um esforço conjunto para evitar os atritos, sobretudo com os vizinhos, mas nem sempre isso é possível.

Assim, numa perspectiva dialética, percebemos o cotidiano de trabalho no M.A. como constituído de relações multifacetadas, nas quais os valores nobres como a união, a amizade, a solidariedade, etc., convivem com outros tipos de “valores”, tais como a disputa, a concorrência, o atrito, a desonestidade, etc.

Os feirantes que, por sua vez, avaliaram a relação de convivência no Mercado como regular ou ruim, alegaram, como justificativa, basicamente os mesmos problemas expostos acima, havendo pouco a acrescentar, a não ser atitudes isoladas de inveja, intriga e falta de educação e respeito ao colega.

É importante ressaltar que, obviamente, a opinião de cada feirante sobre a convivência no M.A., classificando-a como muito boa, boa, regular ou ruim, reflete uma realidade cotidiana mais local (a quadra, o corredor em que trabalha), ou seja, a relação dos feirantes com os vizinhos mais próximos. Daí que, em certos casos, a relação de convivência cotidiana, aos olhos daquele que tem algum problema com o vizinho, será classificada como regular ou ruim.

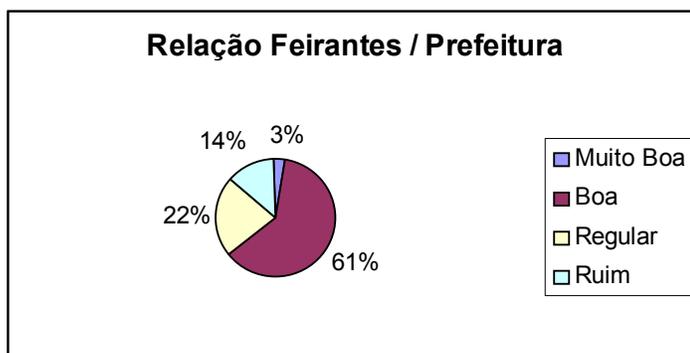
Como dissemos acima, num primeiro momento, interessou saber como era o convívio entre os próprios feirantes e, num segundo momento, a relação destes com a Prefeitura de Goiânia. Vejamos, então, agora, como os feirantes avaliaram sua relação com a prefeitura.

Segundo a maioria dos feirantes ouvidos (104), a relação que tem com a prefeitura é boa; mas, em seguida, os entrevistados justificam: “desde que cumpramos com nossa obrigação”. A obrigação a que se referem, constatamos, trata-se principalmente do pagamento de impostos que, na verdade, não são propriamente impostos, mas sim taxas. Para alguns, o pessoal da prefeitura é muito rígido, mas, como mostraram entender, faz o trabalho que lhe compete. Outros ainda afirmaram que a relação depende das pessoas com quem se lida, ou seja, há pessoas com as quais a relação beira a amizade e há outras com quem a relação limita-se ao extremamente necessário. Como diziam: “nós ficamos na nossa e eles ficam na deles!” Para cinco pessoas, esta relação é muito boa, mas a justificativa é a mesma dos que disseram ser boa, isto é, desde que cumprissem com sua obrigação.

Trinta e oito (38) feirantes já acharam que a relação é regular. Para eles, é um relacionamento que deixa muito a desejar em alguns aspectos. A maioria não esclareceu em que consistia esse “deixou a desejar em alguns aspectos”. Mas, ao longo da pesquisa, entre uma conversa e outra, fomos tomando conhecimento de alguns deles. Dentre os mais constantes, mencionam o incômodo provocado pela triagem (chamada diária); muita demora em atendê-los em suas solicitações, ou seja, muita burocracia; arrogância, desinteresse e imposições.

Alguns avaliaram a relação como ruim, e os motivos que alegaram como justificativa para tal coincidiram, em parte, com aqueles mencionados pelos que a classificaram como regular, tais como o incômodo resultante da triagem, a falta de assistência, etc. Alegaram, ainda, outros aspectos, quais sejam: pressão dos fiscais, falta de diálogo, submissão dos feirantes à prefeitura e autoritarismo por parte desta.

Gráfico 8



Fonte: Elaboração própria com base na pesquisa de campo/2005

De um modo geral, a relação entre os feirantes e a existente entre eles e a prefeitura são amistosas e, em certos casos, de amizade mesmo, cordial, mas, não obstante, permeadas por formas de dominação e controle, atritos, idéias e ações contraditórias, enfim, por lutas. As relações de convivência são formas de lutas travadas com o objetivo de defender interesses particulares ou coletivos. Assim, as relações de convivência no M.A. são também formas de luta: luta pelo controle do espaço, luta pelos clientes, luta por melhorias das condições de trabalho, enfim, luta pelo trabalho e pela sobrevivência. Como afirmado pelos feirantes e registrado linhas acima, a própria estrutura do M.A. interfere na convivência. Com base nisso, nossa pesquisa procurou situar qual ou quais os principais problemas do Mercado Aberto que precisam ser resolvidos com mais urgência. Em resposta, os feirantes relacionaram vários problemas que precisam ser sanados ali. Na verdade, como apresentado no Capítulo III, alguns dos problemas levantados por nossa pesquisa empírica já haviam sido apontados pelos feirantes, no trabalho já citado, ou seja, na pesquisa *Impactos Sócio-econômicos do Mercado Aberto da Av. Paranaíba – Goiânia*, realizada em junho e julho de 2004 pela SEDEM.

No que se refere à nossa pesquisa, vários foram os problemas detectados. Mas, de todos eles, alguns foram julgados mais urgentes, os quais organizamos em ordem de referência, num ranking que vai do 1º ao 6º lugar: 1º) a falta de cobertura; 2º) a falta de divulgação do M.A.; 3º) a falta de manutenção e melhoria dos equipamentos do Mercado,

sobretudo dos banheiros e provadores de roupa; 4º) o incômodo causado pelas grades laterais; 5º) as bancas geminadas, pela dificuldade de desmontá-las e falta de espaço; e 6º) o excesso de controle expressado sobretudo pela triagem (chamada diária dos feirantes).

Estes seis principais problemas mencionados pelos feirantes coincidem, na maioria, com os que também relaciona o Sincatei. O presidente deste sindicato, Luciano Rodrigues Siqueira, até mesmo nos apresentou um documento que a entidade elaborou com a finalidade de encaminhá-lo à prefeitura, em particular à SEDEM, com sugestões de melhorias para todo o setor informal de Goiânia.

Em relação ao M.A., constam nesse documento 21 sugestões de melhorias. Destas, Luciano destacou quais seriam as mais importantes: 1) fazer a cobertura do Mercado; 2) promover o fim da triagem; 3) reduzir os impostos (taxas); 4) promover o desmembramento das bancas; 5) atrair clientes e divulgar o M.A.; e 6) retirar as grades laterais. Como podemos notar, cinco dos seis problemas, mencionados pelos feirantes, coincidem com os que também detectou o Sincatei. São consideradas as principais questões a serem resolvidas urgentemente no Mercado.

De acordo com nossa pesquisa, o problema da cobertura foi citado por nada menos que 153 feirantes. Segundo afirmaram, a estrutura das barracas não proporcionam proteção adequada nem às mercadorias, nem a eles, nem aos clientes, sobretudo em dias de chuva. Quando faz sol, o calor torna-se insuportável. Quando chove, nas palavras deles, o Mercado transforma-se num caos: molham-se as mercadorias, empoça água dentro do mercado, a rede de esgoto às vezes não suporta o volume d'água e transborda, invadindo alguns pontos do mercado, etc. Se os feirantes, por um lado, são obrigados a suportar o desconforto, pois precisam trabalhar, precisam vender, por outro, os clientes não devem passar por esses incômodos. Assim, o desconforto, segundo dizem, afugenta os fregueses: ninguém faz compras debaixo de chuva!

O segundo problema mais citado, além da inexistência de cobertura, diz respeito à divulgação do M.A. Este ponto é interessante, pois, em nossa opinião, a iniciativa e o ônus da publicidade pela divulgação de estabelecimentos comerciais privados deve ser do próprio dono do negócio, e não do governo. Mas, para os feirantes do M.A., esta seria uma responsabilidade do poder público municipal, da prefeitura. Isto, pelo que parece, decorre do fato de que, embora os negócios sejam de caráter privado, o espaço onde são realizados é público e foi idealizado e concebido não pelos próprios trabalhadores, mas pela prefeitura, que os administra, regulamenta e, inclusive, cobra impostos dos que ali se estabelecem.

Em outras palavras, o P.M.A. não foi, ele mesmo, um projeto dos trabalhadores, mas, como muitos dizem, “algo imposto que tiveram de engolir”, em outras palavras, não se sentem “pais da criança”, como no ditado popular. O trecho a seguir, proferido pelo presidente do Sincatei, expressa essa falta de identidade dos trabalhadores com o P.M.A., bem como o sentimento de falta de apoio por parte do poder público, sobretudo no aspecto da divulgação.

Agora eu digo a você: o Projeto Mercado Aberto não veio pra solucionar problemas do camelô, porque tirar os camelô aqui da Anhanguera e da Goiás e jogar na Paranaíba, e desprezar a gente lá, deixar a gente lá igual cachorro, como deixou, é trocar seis por meia dúzia, entendeu? Tirou o problema de um canto e transferiu pro outro. Não resolveu nada, nada. Nós não tivemos apoio nenhum. Hoje você chega em certos locais de Goiânia, cê chega em alguns bairros da cidade, cê chega em algumas feiras famosas que a cidade tem, em alguns setores, e pergunta aonde é o Mercado Aberto (?), ninguém sabe. Porque o poder público só nos, só..., na gestão passada, só se preocupou em jogar os trabalhadores lá, não deu apoio logístico, não deu apoio de divulgação, não deu apoio de forma nenhuma. (Luciano)

Luciano acha que os trabalhadores, de certa forma, foram abandonados à própria sorte, no M.A., e que este foi um projeto que não resolveu o problema dos camelôs. Mas, certamente (e estaremos voltando a isto depois), o entendimento e a significação da frase “solucionar problemas do camelô”, por parte da prefeitura e dos próprios camelôs, são diferentes. Para a prefeitura, uma hipótese é a de que o entendimento principal da frase significaria removê-los das vias públicas para que pudesse (o poder público) levar a cabo o projeto de revitalização do centro de Goiânia. Já, para os trabalhadores ambulantes e camelôs, o entendimento da frase talvez fosse o de que a prefeitura tivesse a obrigação de acomodá-los em um lugar alternativo de trabalho, onde, entre outras coisas, as vendas não declinassem tanto, tivessem realmente melhores condições de trabalho e total assistência por parte do poder público.

Mas, além da divulgação, o Sincatei acha que é preciso também criar outros mecanismos de atração de clientes. Neste sentido, Luciano dá uma sugestão do que se poderia fazer. Segundo ele, poder-se-ia construir um piso sobre o Mercado Aberto e instalar ali algumas instituições públicas ou privadas, tais como, por exemplo, um restaurante popular ou uma loja Vapt-Vupt, enfim, o que pudesse atrair pessoas para o Mercado. Segundo Luciano, isto foi proposto logo no início de sua construção, mas, novamente, como afirma, foi mais uma proposta desconsiderada pela prefeitura.

Dando seqüência à nossa discussão, o terceiro problema mais referido pelos feirantes diz respeito à falta de manutenção e à necessidade de melhoria dos equipamentos do M.A., em especial dos banheiros e dos provadores de roupas. Quanto aos banheiros, além de melhores cuidados, era preciso melhorar a estrutura física, uma vez que ficam abertos ao público e recebem grande fluxo de pessoas; quanto aos provadores de roupa, acham que também seria preciso melhorar a sua estrutura física, instalando neles, principalmente, espelhos.

O quarto e quinto problemas apontados – tirar as grades e desmembrar as bancas – são, respectivamente, solicitações que visam melhorar a situação, mais especificamente, daqueles que têm suas bancas nas laterais do Mercado, sobretudo aquelas viradas para a rua. Tirando as grades, segundo alegam, abre-se espaço para as pessoas circularem. Desmembrando-se as bancas – aquelas que hoje estão viradas para a rua –, elas poderiam ser voltadas para dentro. Além disso, a individualização das bancas, com o seu desmembramento, facultaria ao feirante, ele mesmo, montar e desmontar a sua, economizando, desse modo, os 40 reais mensais pagos aos montadores. Para alguns, poder-se-ia resolver parte deste empecilho simplesmente mudando o sentido dos corredores: ao invés de acompanharem o sentido da Avenida Paranaíba, que fossem estabelecidos em sentido transversal àquela via.

O sexto e último problema de nosso ranking, refere-se à triagem. Com este sistema, a SEDEM controla a freqüência diária dos feirantes no M.A. Mas estes não a vêem com bons olhos. Para eles, a triagem é uma forma de autoritarismo, de opressão, e questionam o rigorismo com o qual é feita. “Implantou-se um sistema de ditadura ali dentro, colocando triagem ali. A gente tem de responder triagem todo santo dia, a gente não pode sair pra comprar uma mercadoria, a gente não pode sair pra trocar um dinheiro. Imposto caríssimo, o imposto anual das bancas é caríssimo, certo?” (Luciano).

Segundo afirmam os feirantes, somente o titular da banca pode assinar essa freqüência, nem mesmo um parente em 1º grau – um familiar, como a esposa, um filho ou irmão, por exemplo – pode assinar em seu lugar. Desta forma, na opinião deles, a triagem acaba atrapalhando o bom andamento do trabalho, pois, às vezes, é preciso deixar a banca aos cuidados de um familiar ou amigo, para comprar (eles, feirantes) mercadorias, trocar um dinheiro, ir ao banco, enfim, resolver algum assunto fora dali, como afirma Luciano na citação acima. E como o M.A. é regido pelo Decreto nº 2.834, de 30 de julho de 2001, que, em seu artigo 36, dispõe que se o feirante, por três vezes consecutivas, ou seis vezes intercaladas, deixar de comparecer à mesma feira, poderá perder a autorização, os

trabalhadores ficam com receio de que, a qualquer momento, sejam advertidos ou até venham a perder seus pontos.

Neste aspecto, percebe-se que o sentimento de perda de autonomia e de liberdade aflora e fica estampado no rosto dos ex-camelôs. Inclusive, ouvimos de alguns que a triagem, às vezes, dava a impressão de que eles trabalhavam para a prefeitura, de que eram funcionários da prefeitura: “até parecemos funcionários da Prefeitura”, diziam, “que tem de bater o ponto todo dia”. Enfim, achavam que a triagem é um mecanismo de controle que não tinha razão de ser, uma vez que todo feirante já era cadastrado na SEDEM.

Além de detectar os principais problemas existentes no Mercado Aberto, quisemos ainda saber dos feirantes e dos representantes das instituições envolvidas no processo de criação desse espaço, se este Projeto representou, para a prefeitura, uma forma inovadora de lidar com a informalidade em Goiânia, sobretudo no que se refere aos trabalhadores informais do centro da cidade.

Na opinião de Dona Guilhermina Reis Castro, presidente da Associação Centro Vivo, a resposta é afirmativa, porque, segundo diz, o governo municipal nada fez sem reuniões, até mesmo com os trabalhadores informais, e acredita que a situação deles melhorou, como explicita a seguir: “Completamente. Ele (governo municipal)... Nada ele fez também, nada ele fez sem reuniões. Foram mais de trinta reuniões com eles, feirantes. Eram camelôs, hoje são feirantes. Entendeu, hoje mudou, porque hoje não é aquele que ficam correndo. Hoje ele tem um espaço adequado para eles” (Guilhermina).

Selmira também avalia o Mercado Aberto como algo inovador no que se refere à relação entre o poder público e a informalidade. Depois de destacar que o problema da informalidade foi posto em discussão com os vários segmentos sociais, e que foram também apresentadas várias alternativas de alocação para os trabalhadores informais do centro de Goiânia, ela completa:

Este governo, não só com os informais, mas também com os moradores de áreas de risco, ele procurou colocar a pessoa próximo de onde ela estava. E já tinha essa área [canteiro central da Av. Paranaíba] destinada pra feira no projeto original da cidade, né? Então eu acho que ééé..., no meu entendimento, foi perfeito tê-los colocado ali... (Selmira).

Dilma Pio de Santana – Assessora Chefe de Planejamento da SEDEM – tem basicamente o mesmo ponto de vista de Selmira: o Mercado Aberto foi inovador, e ressalta o clima democrático sob o qual este foi instituído:

É inovador no sentido de dar uma resposta, primeiro sem violência, no diálogo, na participação e é assim, várias e várias audiências, inúmeras e incansáveis discussões... Os pilares de sustentação desta administração está no seu plano de governo, que são os eixos da democracia, da participação, da inclusão. Então tentou-se fazer isso e fez-se de maneira respeitosa: tem atas, tem todas essas questões. (Dilma)

Se, no discurso da maioria dos representantes das instituições que participaram do processo de criação do M.A., este representou uma inovação no que se refere à relação entre o poder público e a informalidade e, nesta perspectiva, o processo de sua instituição foi entendido como democrático e participativo, para o presidente do Sincatei, entretanto, a coisa não foi bem assim. Segundo o presidente deste sindicato, o Projeto Mercado Aberto não passou de uma grande enganação, não beneficiou nem a cidade nem os trabalhadores, como afirma no trecho a seguir: “Só posso afirmar que o Projeto Mercado Aberto, que era a menina dos olhos da gestão do PT, foi um grande engodo, uma grande enganação, cê tá entendendo (?), porque não beneficiou em forma nenhuma a cidade e muito menos os trabalhadores” (Luciano).

Na seqüência de sua fala, Luciano dá a entender que há um tratamento, de certa forma, desigual e até discriminatório dos trabalhadores informais por parte do poder público, com relação aos outros segmentos sociais, especialmente os empresários. Assim, quando indagamos qual seria o objetivo principal do M.A., ele respondeu:

Desocupar as vias, desobstruir e tudo. Mas, eles não repararam que o centro da cidade tava encardido: os prédios públicos, os prédios privados, as lojas, é,é,é..., com, com a loja em... essas loja aí colocando mercadorias do lado de fora, obstruindo a calçada, enfim, tudo que não presta cai em cima dos camelôs e os empresários são uns santinhos, os mocinhos da história. E não é bem assim, os empresários não fazem também a sua parte, começando do momento em que eles não dão emprego. Por que que cresce a informalidade? Porque o setor formal hoje, só quer especular e ganhar dinheiro. (Luciano)

Enfim, na visão do Sincatei, como Luciano já deixou claro em outras partes deste trabalho, o P.M.A. não representou inovação nem o processo de sua instituição foi tão democrático assim. Não houve, na sua opinião, mudança significativa no que se refere ao tratamento da prefeitura para com os trabalhadores informais. Inovação significativa mesmo não houve, segundo diz. Como explicitou numa citação acima, o P.M.A. significou “trocar seis por meia dúzia”, ou seja, do ponto de vista relacional, ficou na mesma situação.

Mas, e o que pensavam os próprios feirantes do M.A. sobre esta questão? De acordo com os dados que recolhemos, a maioria deles considerava-o como algo inovador, mas tomando como referência o Mercado em si, a estrutura física, e não as inovações no nível das relações. Essas considerações talvez tenham ocorrido em função da própria natureza da pergunta que formulamos, pois, por mais que tenhamos tentado simplificá-la e explicá-la aos feirantes, na hora da aplicação do questionário, eles pareciam não entendê-la direito. Assim, os que responderam sim (inovador), comentaram que melhoraram a estrutura e a organização; deram mais conforto e tranquilidade, pois não precisavam mais ficar correndo do “rapa”; e a boa localização ajudava, etc. As respostas negativas (não-inovador) foram nesta linha: “as vendas caíram”; “preferíamos continuar na Avenida Goiás”; “não fomos consultados”; “bom só para a prefeitura”, etc.

Eles entendem que o Mercado Aberto foi uma inovação, mas uma inovação que não lhes trouxe grandes benefícios, a eles e a seus negócios. A inovação, como inovação das relações, parece não ter sido percebida, ou realmente, do ponto de vista deles, não tenha ocorrido. Para a maioria, o Projeto Mercado Aberto não passou de mais uma medida da prefeitura “contra” eles, os informais, como ocorrera em outros momentos da história da informalidade em Goiânia, tais como, por exemplo, na época da criação do Camelódromo do Centro, em 1987, e por ocasião do Assentamento da Avenida Goiás, em 1993, dois marcos característicos de medidas que, tão-somente, visaram a tirar os trabalhadores ambulantes das ruas e avenidas do centro.

Neste sentido, ouvíamos muitas afirmativas do tipo: “foi bom para os moradores”, “foi bom para a Prefeitura”, “melhorou pro centro”, etc. Mas, para eles próprios (feirantes), salvo um pequeno grupo, a situação, em vez de melhorar, de fato fez foi piorar com a criação do M.A. Entretanto, muitos admitiram que tudo faz parte de um processo, reconhecendo, nesta perspectiva, que o Mercado é algo novo, por isso é preciso ter paciência, pois vai melhorar. Nas palavras de um feirante, “é preciso conquistar o Mercado Aberto”.

Esta afirmação é muito rica em significação. O sentido mais objetivo da expressão “conquistar o Mercado Aberto” está ligado, certamente, à questão da retomada das vendas mediante a recuperação dos fregueses que os feirantes haviam perdido com a mudança de local de trabalho, sobretudo aqueles que atuavam na Avenida Goiás. Para eles, que possuíam ponto fixo naquela avenida, obviamente faz sentido falar em freguesia, pois realmente a tinham. Mas, do ponto de vista da subjetividade, talvez a expressão queira significar também a aceitação e a absorção do Mercado Aberto como fruto da conquista deles próprios. Pois, pelo que temos percebido e apresentado neste trabalho, os feirantes não vêem o M.A. como

uma conquista sua, mas como algo que foi imposto pela prefeitura, em face da pressão dos comerciantes e moradores do centro, e que tiveram, como em outras vezes, de engolir.

Contudo, se os feirantes observarem bem, verão que tiveram uma grande conquista nesta luta: conseguiram garantir sua permanência no centro da cidade. E isto significa algo mais: significa que a prefeitura não fez, em última instância, o que bem quis.

Obviamente, pela natureza antagônica dos interesses em jogo, era impossível que todas as partes envolvidas na questão vissem contemplados, na totalidade, estes (os seus) interesses. Assim, em nosso entendimento, embora o Mercado Aberto tenha surgido de uma espécie de “consenso forçado”*, há que reconhecer que houve avanços e conquistas, inclusive para os trabalhadores.

Mas, apesar disto, os feirantes não esconderam um certo ar de descontentamento com a gestão de Pedro Wilson, descontentamento este logicamente ligado ao fato de o Projeto Mercado Aberto não ter correspondido aos interesses mais objetivos deles, dentre os quais as condições que garantissem a manutenção das vendas nos níveis de antes. Como constatamos através da pesquisa, para a maioria dos feirantes houve queda nas vendas com a transferência para o Mercado. Mas, além da questão das vendas, há também outros fatores que justificam o descontentamento dos feirantes com a gestão de Pedro Wilson, fazendo com que, inclusive, grande número deles se situasse em oposição aberta à sua candidatura à reeleição no pleito de 2004.

Enumeramos, a respeito desse descontentamento, quatro pontos: 1) o Projeto Mercado Aberto não teve a aprovação por parte de todos os trabalhadores informais envolvidos no processo. Comprova-o a apresentação, por parte dos trabalhadores, de um projeto alternativo que visava à sua manutenção no calçadão da Avenida Goiás; 2) o processo de seleção (cadastramento, pontuação e sorteio dos futuros pontos) daqueles que iriam ser transferidos para o novo espaço (M.A.) também provocou críticas e discordâncias; 3) A discussão em torno da escolha do modelo das bancas e também da firma responsável pela fabricação delas não foi consensual. Ainda, como parte deste item, o preço pago pela construção das bancas foi objeto de reclamação e questionamento por grande parte dos feirantes ouvidos. Segundo eles, o valor cobrado por algumas poucas barras de ferro e um pequeno pedaço de lona foi muito alto.

* Estamos entendendo por “consenso forçado” o limite a que se chega numa discussão, o qual, embora não tenha agradado a todos na satisfação de seus interesses, tem, pelo menos, garantido a materialização de uma solução tolerável por ambos os segmentos envolvidos.

O presidente do Sincatei apresenta, no trecho a seguir, uma versão desse embate, além de denunciar um certo grau de autoritarismo e intransigência por parte da SEDEM, no caso da condução do processo de aquisição das bancas. Eis os argumentos:

... mas hoje tá triste a realidade dentro do Mercado Aberto, a nível de venda, a nível de comércio, a nível de estrutura física, porque as barracas que a gente foi obrigado, porque o sindicato na época, queria contratar empresas goianas de fundo de quintal pra fazer as bancas e aí houve uma intervenção da ex-secretária da SEDEM – Olívia Vieira – e da própria SEDEM, que teria que ser uma empresa totalmente legalizada e que naquela época foi apresentada uma tal Fernando Gama lá de Brasília e foi essa empresa. Nós fomos pro Ministério Público pedir ajuda, nós fomos pra imprensa e nós levamos as empresas que nós arrumamos. Na época a barraca, ela começou com um preço inicial, o módulo né, que é uma barraca geminada, com quatro módulos dentro, na época ficava em R\$ 225,00 se eu não me engano (!), não, R\$ 325,00, perdão, R\$ 325,00 e nós arrumamos a barraca por R\$ 250,00. Nós tínhamos uma diferença muito grande entre o preço dessa empresa, que apareceu lá da, da prefeitura que ninguém explicou até hoje de onde é que veio essa empresa e das empresas de fundo de quintal que nós arrumamos. Tinha uma diferença muito grande de valores e nós conseguimos o projeto, fizemos a mesma banca, fizemos o protótipo e mesmo assim, nos fomos, as nossas..., as empresas que a gente arrumou, foram vergonhosamente proibidas de participar do processo licitatório, ééé..., argumentando que elas eram empresas de fundo de quintal. (Luciano)

Este episódio das bancas foi, então, mais um ponto dissonante em que os interesses dos trabalhadores informais não foram contemplados. Acrescente-se aos três itens um quarto que já foi citado acima, e que se refere à queda nas vendas. As vendas no M.A., como era de se esperar, caíram, mas parece que caíram mais que o esperado. Somando-se a estes pontos o fato de que, no M.A., os trabalhadores precisam obedecer a toda uma regulamentação externa que, entre outras coisas, determina a realização da odiada triagem (chamada diária) e o pagamento de taxas e outros gastos, esboça-se aí um contexto que justifica tanto o descontentamento quanto a oposição político-eleitoral a Pedro Wilson e ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Os quatro pontos mencionados acima são sintomáticos do descontentamento dos feirantes do M.A. com a administração Pedro Wilson e da oposição de grande maioria deles à sua candidatura à reeleição, no processo eleitoral de 2004. Assim, enquanto aplicávamos a pesquisa, nos deparávamos, por diversas vezes, com atitudes de reprovação do governo petista por parte dos feirantes, motivadas, claro, pelo descontentamento com o Mercado Aberto. A reprovação era expressa não apenas por intermédio da verbalização, no discurso dos feirantes. Podia ser percebida também, de forma clara, por outros meios, como o visual, por exemplo.

Bastava um olhar para perceber que a maioria dos carrinhos e boa parte das barracas tinham adesivos fixados com propaganda político-partidária do candidato de oposição, Íris Resende Machado, do PMDB, depois vencedor das eleições municipais.

Assim, o apoio a Íris deveu-se, por um lado, ao descontentamento dos feirantes com o governo de então e, por outro, às promessas feitas pelo candidato do PMDB, em campanha eleitoral, de, entre outras coisas, resolver alguns dos problemas de estrutura física mais urgentes, tais como a cobertura do Mercado e a abertura de espaço, para participação no governo, de representantes dos trabalhadores informais. A expectativa desses trabalhadores, e especialmente do Sincatei, que esteve engajado ativamente no processo de campanha eleitoral de Iris, é bastante grande. Mas só o tempo dirá até que ponto tal expectativa será ou não contemplada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade não é um fenômeno novo na realidade socioeconômica dos países pobres. Como explicou Milton Santos, a dinâmica das economias urbanas desses países é constituída por um sistema intrinsecamente formado por dois circuitos: circuito superior e circuito inferior, sendo ambos o resultado de um fenômeno maior que o autor chama de modernidade tecnológica. O circuito inferior, de acordo com Santos, é constituído por um amplo conjunto de atividades, dentre as quais estão incluídas as chamadas atividades informais.

Como vimos, o circuito superior, neste contexto de crise estrutural do capital, isto é, o contexto da modernidade tecnológica, acaba tornando-se seletivo e excludente, cabendo ao circuito inferior, inversamente, absorver tanto aqueles que nunca puderam participar do circuito superior, quanto os que foram excluídos dele. Assim, o circuito inferior funciona como um mecanismo de “inclusão” ou “reinclusão”, mesmo que precária, daqueles que não conseguiram se inserir no circuito superior da economia.

Se até o final da década de 1980, e início da de 1990, a informalidade caracterizava-se como um fenômeno quase que exclusivo dos países pobres, dessa época em diante ela passa a constituir também a realidade socioeconômica dos países ricos que, em virtude do processo de reestruturação produtiva, engendrado pela mais recente onda de crise do sistema capitalista globalizado, tiveram os mercados de trabalho afetados.

Algumas das conseqüências desse processo foram: o desemprego estrutural, a desregulamentação, a flexibilização e a precarização das condições e das relações de trabalho. David Harvey, corroborando este ponto de vista, afirma o seguinte: “O rápido crescimento de economias ‘negra’, ‘informais’ ou ‘subterrâneas’ também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado, levando alguns a detectar uma crescente convergência entre sistemas de trabalho ‘terceiromundistas’ e capitalistas avançados” (Harvey, 1992: 145).

Mas não há dúvida de que um crescimento maior da informalidade, sobretudo daquele tipo de informalidade exercido pelas camadas baixas, ao qual vimos chamando de baixa ou pequena informalidade, tem ocorrido mais incidentemente nos países pobres.

A informalidade, de um modo geral, como vimos, está intimamente correlacionada com o desemprego. As pessoas raramente aderem à informalidade por opção, pelo menos no que se refere à baixa informalidade, em que as condições de trabalho e renda são bastante precárias.

Nos países pobres, as atividades informais constituem um conjunto de ações que se situam, especificamente, no rol daquelas que formam o circuito inferior da economia urbana desses países. Nos países ricos, o processo de informalização do trabalho pode estar sinalizando para a possível criação de um circuito inferior, também ali.

Mas, de um modo geral, o fato é que, resguardadas as devidas particularidades societais, o mundo do trabalho tem passado por um processo de intensas transformações, verdadeiras metamorfoses, como sugere Antunes.

Defendemos o fato de que essas transformações, essas metamorfoses – que envolvem a desregulamentação e flexibilização da legislação trabalhista; a flexibilização do processo produtivo mediante a introdução dos chamados modelos flexíveis e a precarização decorrente dos aspectos ora referidos – apresentam o mesmo pano de fundo: a radicalização dos tempos modernos, característica do atual contexto das sociedades capitalistas ocidentais, como esclarece Giddens.

A radicalização dos tempos modernos, à qual o autor se refere, está intimamente ligada à dinâmica contemporânea do sistema globalizado de produção capitalista que, durante todo o século XX, intercalando momentos de crises e superação delas, foi se tornando cada vez mais dinâmico e voraz.

Marx foi quem elegeu o capitalismo como elemento dinâmico da modernidade, ao passo que, para Durkheim e Weber, o industrialismo e o racionalismo burocrático, respectivamente, são o elemento dinâmico. Mas argumenta Giddens, e concordamos com seu ponto de vista, que, embora cada um desses teóricos eleja um elemento central diferente para a dinâmica da modernidade, todos estes elementos – capitalismo, industrialismo e racionalismo burocrático – representam algum papel, pois a modernidade, na opinião do autor, é multidimensional no âmbito das instituições (Giddens, 1991).

Este conceito, usado por Giddens – modernidade radicalizada, modernidade reflexiva –, pretende expressar a realidade mais atual das sociedades modernas ocidentais. A radicalização dos tempos modernos está ligada, a nosso ver, a uma outra questão muito importante: ao processo de hiperurbanização das sociedades. Segundo o autor acima referido, a modernidade reflexiva corresponde a um tipo de sociedade que se deslocou de uma forma tradicional de organização para o que chama de uma forma de organização pós-tradicional. O deslocamento do tradicional para o pós-tradicional implica, normalmente, o deslocamento do rural para o urbano, do comunitário para o societal. O urbano representa então um espaço onde a dinâmica é maior e as relações mais complexas, onde as possibilidades são ampliadas, mas também, onde os riscos são maiores e novos problemas surgem constantemente.

Assim, as sociedades modernas, além de outros aspectos identificadores, também se caracterizam pelo alto grau de urbanização. O próprio sistema capitalista, desde sua gênese, está ligado à ascensão e predominância do caráter urbano. O urbano é seu *locus* privilegiado de desenvolvimento. Mas trata-se, evidentemente, de uma relação: se o urbano constitui *locus* privilegiado do desenvolvimento do sistema capitalista, este, por sua vez, implica o desenvolvimento da urbanização e de todas as conseqüências dela decorrentes.

A radicalização dos tempos modernos tem repercutido em todas as dimensões da sociedade, acirrando os problemas sociais urbanos, dentre os quais o desemprego e a informalização do trabalho.

Por isto, nossa intenção, neste estudo, foi analisar as conseqüências do contexto de modernidade radicalizada sobre o mundo do trabalho. Neste sentido, sugerimos que as transformações ocorridas, bem como as que estão em curso, sobretudo no que se refere à reestruturação produtiva, são conseqüências desse processo de radicalização.

A radicalização que o mundo do trabalho reflete significa, também, a radicalização da sobreposição do capital sobre o trabalho, referida por Marx, em *O Capital*, sua obra de maior fôlego.

Esta radicalização, sobretudo a partir da Revolução Industrial, tem, como principal instrumento de potencialização operacional, os recursos tecnológicos que, constantemente atualizados, têm possibilitado a aceleração e o aumento do grau de sobreposição do capital ao trabalho. Deste modo, falar em Revolução Industrial implica também falar em uma revolução tecnológica.

Assim, os avanços tecnológicos têm potencializado tanto a capacidade material e técnica, quanto a capacidade intelectual no processo produtivo, resultando, esta evolução, numa crescente poupança de mão-de-obra humana.

Deste modo, verificamos que a principal conseqüência da modernidade radicalizada sobre o mundo do trabalho é, certamente, por um lado, o desemprego estrutural e o aumento da exploração dos trabalhadores que foram poupados por ele (desemprego) e, por outro lado, o crescimento das atividades precárias e informais, ambos em virtude das novas formas de reengenharia empresarial e do uso generalizado dos recursos tecnológicos, engendrados pela adoção dos modelos flexíveis de produção.

Assim, em função da intensidade do desemprego e da tendência a flexibilizações, temos assistido a um processo de precarização e desestruturação dos mercados de trabalho, extensivo tanto aos países ricos quanto aos pobres. O processo de precarização e desestruturação dos mercados de trabalho pode ser expresso pela adoção do trabalho em

tempo parcial, contratos laborais temporários, terceirização e informalização do trabalho. Nos países pobres, o que mais tem evidenciado esse processo talvez seja o grande crescimento da baixa informalidade, seguida da informalização das classes médias, como informa Luiz A. M. da Silva.

Ao longo de nosso trabalho, pudemos constatar que, assim como na conjuntura internacional, aqui também, no Brasil, a precarização do mercado de trabalho, sobretudo por meio da informalização, tem uma correlação direta com o desemprego, fato este igualmente percebido na realidade de Goiânia. É possível constatar que a década de maior crescimento do desemprego – década de 1990 – foi também a de maior crescimento da informalidade nesta capital. Assim, o desemprego e o decréscimo da renda, em virtude do aviltamento dos salários na economia formal, foram os principais responsáveis pelo crescimento da informalidade das camadas inferiores em Goiânia.

Como frisamos em outros momentos, a informalidade, objeto de nosso estudo, corresponde àquelas atividades de caráter precário e desprotegido, exercidas mais propriamente pelas camadas mais pobres da sociedade. Nosso trabalho a tipifica como uma espécie de baixa informalidade que, em nossa opinião, é a que mais tem crescido não só nas metrópoles, mas também em cidades de médio e pequeno porte, em todo o Brasil. Concebendo uma tipologia das atividades informais, como a que elaboramos neste estudo, tornou-se possível distinguir o tipo de informalidade praticada pelo grupo de trabalhadores (que escolhemos para estudar), daquelas atividades também informais exercidas pelas camadas médias e até altas que, como indica Luiz A. M. da Silva, também vêm crescendo bastante desde, principalmente, o início da década de 1990.

Assim, por uma opção metodológica, delimitamos nosso campo de estudo, em primeiro lugar, à informalidade das camadas baixas e, em segundo lugar, aos trabalhadores informais que atuam no centro de Goiânia.

Nosso estudo limitou-se à informalidade praticada no centro de Goiânia porque, pela própria natureza do trabalho informal (ambulante, camelô, feirante, etc.), a prática dessa modalidade laboral ocorre nos locais públicos de maior circulação de pessoas, e o centro da cidade representa o principal ponto de convergência do tráfego, tanto de pedestres como de veículos. As zonas centrais das grandes cidades são regiões que concentram intenso movimento de transeuntes, por isto, as mais “ideais” para o desenvolvimento das atividades informais. Assim, como revela o mapa da página 84, a região central de Goiânia sempre concentrou grande número desse tipo de trabalhador.

Como vimos, em 2003, em virtude do Projeto de Revitalização do Centro de Goiânia, a informalidade ali exercida foi alvo de uma grande ação do poder público municipal, que pretendia a alocação dos trabalhadores – que, até então, estavam disseminados pelas ruas e avenidas centrais, principalmente as Avenidas Goiás e Anhangüera – num local alternativo, a ser construído na Avenida Paranaíba, denominado Projeto Mercado Aberto. Como este Mercado, em tese, seria o local alternativo convergente da maioria dos trabalhadores informais, que atuavam nas áreas públicas do centro da cidade, o elegemos como objeto empírico de nossa pesquisa.

O Projeto Mercado Aberto, então, foi a primeira etapa de um projeto maior, o Projeto de Revitalização do Centro de Goiânia, por meio do qual tornou-se possível a retirada dos trabalhadores informais das vias públicas, sobretudo das avenidas principais, possibilitando, assim, a execução do projeto de revivificação do centro da cidade, que tinha como um dos alvos principais a Avenida Goiás. Como nos disse em entrevista dona Guilhermina: “Sem a retirada deles (ambulantes), sem a colocação deles lá, num lugar adequado, nada poderia ser feito aqui no centro”.

Mas tal projeto – o P.M.A. – como vimos, encontrou resistência por parte de grande número de trabalhadores informais, sobretudo daqueles que atuavam na Goiás e que, há alguns anos, já tinham sido alvo de um processo de alocação que os removeu da Avenida Anhangüera e os assentou naquela Avenida. Muitos preferiam continuar no calçadão da Goiás. Tanto é que o Sincatei até mesmo apresentou uma proposta alternativa para a revitalização da avenida, com a intenção de ali conservar os trabalhadores. Como explicou seu presidente, reiterando em entrevista a nós concedida, o que já havia defendido na imprensa:

... Nós queríamos que fosse aprovado um projeto nosso da época tá (?), um projeto nosso que nós tínhamos, que nós insistimos em adotar esse projeto na Avenida Goiás. Tá aqui a cópia do croqui do projeto que eu tô te mostrano, pra você e pro Valdivino que tá aqui do lado. ... Ele (projeto alternativo) garantiria a revitalização do calçadão da Avenida Goiás e inserindo os trabalhadores ambulantes, porque a gente ia colocar uma fileira única no, no canteiro central, certo (?), com nova padronização de banca e com certeza nós conseguiríamos, da Rua 1 até a 55 é..., assentar todos esses companheiros... (Luciano)

Mas o projeto alternativo apresentado pelo Sincatei não foi levado em consideração, nem pela prefeitura, nem pelos demais segmentos, sobretudo pelos comerciantes e moradores envolvidos no processo. Para estes, inclusive, o ideal mesmo seria que os ambulantes fossem levados para um local fora do centro de Goiânia, mas como disse Selmira, seria muito difícil

tirá-los de vez dali. Eis o seu raciocínio: “... Foi, ééé..., interessante mantê-los ali (M.A.) porque também seria um problema sério tirá-los de vez do centro da cidade pra longe. Se ali, eles reclamam que as vendas caíram por causa da situação que era antes, imagine lá no Serra Dourada, lá na Praça do Trabalhador? Não ficaria um lá, isso não é verdade? (Selmira). Isto prova que o trabalhador informal é um agente bastante ativo na luta pelo “direito” de continuar trabalhando no centro da cidade. E, em nome desse “direito”, participou ativamente no processo de revitalização do Setor Central, particularmente no que concerne ao Mercado Aberto.

Depois de um processo intenso de discussão, marcado, algumas vezes, por verdadeiros embates, obteve-se um “consenso” e o Mercado Aberto viabilizou-se, embora tenha “contabilizado” algumas resistências.

Assim, um ponto de conclusão a que chegamos foi, na verdade, que o M.A. constituiu-se numa solução do tipo que, neste trabalho, se convencionou chamar de meio termo, isto é, com soluções convenientes tanto para um lado quanto para o outro. Os trabalhadores informais, por um lado, como demonstrou a pesquisa empírica, tiveram alguns prejuízos, sobretudo no que se refere às vendas, uma tremenda queda nas vendas, mas, por outro lado, conseguiram permanecer trabalhando no Setor Central em condições até um pouco melhores. Os moradores e comerciantes, por sua vez, não conseguiram que os trabalhadores informais fossem retirados, de uma vez por todas, do centro da cidade, como queriam, mas, pelo menos, obtiveram êxito no sentido de que foram reunidos num local único, deixando livres, pelo menos por um certo tempo, as ruas, avenidas, portas de lojas e edifícios. A prefeitura, por sua vez, como mediadora do conflito, conseguiu dar uma resposta, se não à altura do que todos queriam e esperavam, pelo menos aceitável por ambas as partes.

Por isto, o “consenso” em torno do Mercado Aberto foi chamado por nós, no final do Capítulo IV, de uma espécie de “consenso forçado”, pois com ele só se conseguiu uma satisfação parcial dos interessados principais.

Mas, entre grupos com interesses contrários, o consenso pleno em torno de um projeto único, seja ele qual for, torna-se muito difícil, para não dizer impossível. Por exemplo, no caso de Goiânia, o interesse dos trabalhadores informais (de permanecer organizadamente no calçadão da Avenida Goiás) chocou-se, frontalmente, com os interesses dos demais segmentos sociais, diretamente envolvidos: moradores, comerciantes e a própria prefeitura.

Mas embora, a informalidade seja algo reprovável do ponto de vista da precarização das condições e relações de trabalho, não podemos perder de vista que esta forma de atividade (pelo menos nos termos da presente discussão: informalidade das camadas pobres e baixa

informalidade) está relacionada a uma categoria de trabalhadores excluídos, na sua maioria, do mercado formal, sem opção de trabalho neste âmbito e que, de uma forma ou de outra, precisam sobreviver. É por meio do trabalho informal que o ambulante, o camelô, etc., retiram o seu sustento. Mas, seja como for, a relação entre formalidade e informalidade sempre foi tensa e contraditória, e mesmo os empresários que empregam funcionários, total ou parcialmente, em condição de informalidade, como é comum acontecer, sustentam um discurso de veemente combate a ela. Assim, a relação informalidade *versus* formalidade; ambulante, camelô *versus* empresário, constitui uma forma de “luta de classes”, na qual o que está em jogo são interesses antagônicos de difícil consensualidade.

Dadas então estas circunstâncias, talvez o principal mérito da prefeitura, no que se refere ao P.M.A., tenha sido o já referido mais acima, ou seja, a obtenção desse “consenso”, ainda que forçado, entre os comerciantes e moradores da região central e os trabalhadores informais que ali atuavam.

A postura da prefeitura, em relação aos trabalhadores informais do centro de Goiânia, pareceu sinalizar para a compreensão – e alguns de nossos entrevistados entenderam assim – de que a questão da informalidade é muito mais abrangente e profunda; que não se resolve por meio do “rapa” ou da polícia, e nem mesmo com a construção de mercados populares. Como vimos, a informalidade está ligada a questões bem mais complexas e amplas que se situam no campo da macroeconomia. Por isso, defendemos o fato de que o surgimento do processo de informalização do trabalho, nos países ricos, e o radical crescimento da informalidade, nos países pobres, estão ligados à perversa dinâmica do sistema capitalista de produção, que afeta não só a dimensão econômica, mas todas as demais dimensões sociais.

Assim, a informalidade das camadas pobres da população, sobretudo nos países igualmente pobres, é uma forma objetiva de resposta ao desemprego e à baixa renda. Em razão disso, de um ponto de vista subjetivo, é possível afirmar que a informalidade constitui-se em uma forma de movimento social de luta pelo trabalho e pela sobrevivência, mesmo que a população em geral e os próprios trabalhadores informais não se dêem conta disto. Movimento este que, todos os dias, “põe” seus manifestantes e militantes nas ruas (camelôs, ambulantes, etc.), para denunciar, à sociedade como um todo, que está faltando emprego digno para muitos trabalhadores e pais de família que precisam sustentar seus filhos.

Desta forma, ultrapassando a superficial percepção do senso comum, talvez possamos enxergar além do que se apresenta imediatamente aos olhos, ou seja, além do amontoado de barracas estendidas ao longo da calçada de uma avenida e dos gritos do ambulante que anuncia, no meio da multidão, suas mercadorias. Subjacente a estas expressões mais objetivas

(a venda de produtos nas calçadas), certamente existe uma forma “surda”, talvez inconsciente, de manifestação e protesto contra a falta de empregos e de reivindicação por uma vida melhor.

Entretanto, reconhecer a informalidade das camadas sociais baixas como uma forma de movimento social pelo trabalho não significa ignorar que se trata de algo perturbador (mais para uns que para outros), mas sim que, no geral, é algo que afeta a todos, pois quase sempre a prática de atividades informais pressupõe, em maior ou menor grau, a apropriação privada dos espaços públicos, restringindo o livre acesso das pessoas a esses locais. Em vista disso, argumenta Paulo César da Costa Gomes:

Esse tal setor informal se desenvolve quase sempre nos locais públicos de maior circulação ou de grande valorização comercial e se estabelece como um meio de explorar uma certa atividade sobre uma área que, em princípio, deveria ser de livre acesso a todos. O livre acesso pressupõe a não-exclusividade de ninguém ou de nenhum uso diferente daqueles que são o de interesse comum. Na prática, no entanto, o que ocorre é uma apropriação desses espaços. (Gomes, 2002: 177)

Em seguida, o autor diz que há toda uma estratégia de ocupação e apropriação do espaço público, a ponto de ambulantes e camelôs se sentirem verdadeiros donos dos terrenos ocupados.

Os camelôs, por exemplo, literalmente ocupam as ruas e estende de forma contínua sua malha de barracas ou bancas nas principais vias de circulação de pedestres. Há toda uma estratégia de ocupação que começa sempre por uma ocupação física mínima, pequenas malas abertas sobre o solo e depois, gradativamente, vão incorporando estruturas mais fixas, podendo se transformar em verdadeiros assentamentos controlados por pessoas, inúmeras vezes vistas como verdadeiros “proprietários”, que algum tempo depois passam, como legítimos locadores, para recolher o fruto dos “aluguéis”. (Idem, op. cit.)

Essa estratégia de ocupação, começando por uma invasão física mínima do espaço, sempre foi verificável na história da informalidade em Goiânia e, até mesmo, pode ser observada nos dias de hoje. Desde novembro de 2004, caminhando no centro da cidade, sobretudo nas Avenidas Anhanguera e Goiás, nos deparamos, freqüentemente, com vendedores ambulantes oferecendo aos passantes produtos apresentados com as próprias mãos, sobre caixas de papelão, em bicicletas e até em pequenas bancas instaladas nas calçadas.

Isto prova que a informalidade continua em franco crescimento em Goiânia, uma realidade que se estende por todo o Brasil. E embora, no âmbito das políticas públicas, os governos, principalmente os municipais – porque convivem mais diretamente com a questão – procurem planejar e viabilizar medidas (a exemplo do Mercado Aberto) com vistas à solução deste problema, tais medidas acabam resultando em paliativos. Mas são ações de políticas públicas extremamente importantes, pois se, por um lado, não resolvem o problema, por outro, pelo menos, evita-se a radicalização do caos urbano.

Nenhuma medida pontual resolverá em definitivo o problema da informalidade, porque como mencionamos, trata-se de uma questão decorrente de uma problemática muito maior e mais geral: as transformações estruturais do sistema capitalista.

A simples compreensão deste quadro socioeconômico, segundo alguns autores, tem levado os governos a pensar em caminhos alternativos, que não se limitem unicamente à repressão e ao controle. Verifica-se inclusive, um abrandamento das ações governamentais sobre as situações irregulares de trabalho.

Segundo Maria Cristina Cacciamali, o momento econômico atual favorece o surgimento de pequenos negócios (trabalhos autônomos, pequenas e microempresas). Em virtude deste quadro econômico, de acordo com a autora, os governos têm procurado fomentar as formas de produção que menciona, ao mesmo tempo em que abranda as ações repressivas às irregularidades no trabalho.

Os governos, num ambiente de crise, de mudanças exacerbadas, aumento da incerteza e da insegurança e de elevado desemprego, procuram fomentar essas formas de produção. Além disso, com o aprofundamento das desigualdades sociais e a frustração das expectativas populares, evitam reprimir tanto a ilegalidade, o não cumprimento das legislações que regulamentam o uso do trabalho, quanto a existência de trabalhos irregulares, intermitentes, abaixo dos padrões mínimos, etc. (Cacciamali, 1997: 49)

Apesar de a autora, no trecho do artigo citado, estar tratando, mais especificamente, de pequenas e microempresas, a atitude dos governantes, ressaltada por ela, também tem se aplicado às atividades informais de rua. Logicamente, ocorrem medidas repressivas, até mesmo porque o poder público é pressionado a agir assim, sobretudo quando o crescimento dessas atividades torna-se excessivo em determinados pontos da cidade. Mas, para além das medidas de repressão, tem existido, por parte dos governos, principalmente os municipais, que, de fato, são os que lidam diretamente com a informalidade, uma preocupação em buscar

saídas que levem em consideração, por um lado, o atual quadro de desemprego e, por outro, o perfil do trabalhador da informalidade – baixa escolarização, pouca ou nenhuma qualificação profissional, etc.

Neste sentido, com base na realidade de Goiânia, pode ser exemplo de medida de intervenção do poder público, no trato com a informalidade, a criação de espaços alternativos, tais como camelódromos, mercados populares, feiras, etc., onde os trabalhadores podem exercer as suas atividades.

A história da informalidade em Goiânia é marcada por esse tipo de intervenção, como, por exemplo, a criação do Centro Comercial Popular (CCP), em 1987, conhecido popularmente por Camelódromo do Centro, que abrigou em torno de 700 ambulantes que atuavam nas ruas e avenidas do Setor Central; o Assentamento da Avenida Goiás, em 1993; a criação, em 1995, do Camelódromo de Campinas, com 346 vagas na época; e, mais atualmente, em 2003, a criação do Mercado Aberto, com uma oferta, ao todo, de mais ou menos 1.470 vagas.

A criação de espaços alternativos, para o exercício de atividades próprias da informalidade, como os citados acima, possibilita que o trabalhador continue mantendo sua fonte de renda. Agora, é bem verdade, como vimos, que esse tipo de intervenção, altera tanto o status do trabalhador quanto o seu cotidiano de trabalho.

No que se refere à questão do status, ele deixa a condição de ambulante ou camelô para se tornar um permissionário ou um feirante, por exemplo. No caso do Mercado Aberto, como vimos, os ex-ambulantes tornaram-se feirantes, embora atípicos, pois o Mercado, diferentemente das feiras, funciona durante a semana toda. Quanto às alterações verificáveis no cotidiano de trabalho, no caso dos profissionais do Mercado, estas foram muitas: tiveram que se adaptar a um regime de trabalho muito mais regulado, inclusive com cumprimento de horários; precisaram arcar com o aumento dos gastos, não só em função das taxas, mas também de outras despesas; tiveram que enfrentar a queda nas vendas e a troca de mercadorias, de acordo com o perfil do Mercado, e outras mudanças mais.

Enfim, o Mercado Aberto constituiu mais uma dessas medidas, resultantes da intervenção do poder público, que visaram mediar e remediar a situação de caos urbano no centro de Goiânia e, na medida do possível, revitalizar o setor. Mas, a revitalização do centro, sobretudo da avenida-cartão-postal, a Avenida Goiás, significava, antes de tudo, buscar soluções para a questão da informalidade, havia anos nela instalada. Assim, o Mercado Aberto possibilitou a retirada dos trabalhadores informais das ruas e avenidas do centro da cidade, permitindo que o processo de revitalização do Centro Histórico fosse levado a cabo.

No que se refere à questão da informalidade, como nos casos de intervenções anteriores, a última delas apenas resolveu momentaneamente o problema, pois, como bem sabemos, aquela decorre de problemas estruturais muito grandes para ser combatida com medidas tão pontuais.

Desta forma, o Mercado Aberto foi a melhor síntese possível da dialética da informalidade *versus* comerciantes estabelecidos e moradores do centro de Goiânia, no início do século XXI. E como já tem dado sinal, é questão de tempo, aliás, de pouco tempo, para que as ruas e avenidas do centro da cidade estejam novamente ocupadas pelos trabalhadores informais, dando origem a novos conflitos e demandando do poder público, pressionado, novas intervenções, novas políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 5. ed. Campinas: Cortez, 1998.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, Ricardo; SILVA, Maria A. Moraes (Orgs.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-27.

ARRUDA, Gerardo C. M. Qualificação profissional nos tempos presentes: decifra-me ou te devoro. In: CARLEIAL, Liana; VALLE, Rogério (Orgs.). *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 103-121.

BAVA JR., Augusto Caccia. *Introdução à sociologia do trabalho*. São Paulo: Ática, (Série Princípios),[s.d.].

BECK, Ulrich. A vida em uma sociedade pós-tradicional. – in: *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 11-71.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRAGA, Ruy. Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia. In: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 45-136.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUARQUE, Cristovam. *O Colapso da modernidade brasileira e uma proposta alternativa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CACCIAMALI, Maria Cristina. O ajustamento do mercado de trabalho brasileiro na década de 80. In: LAVINAS, Lena et al. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 171-185.

_____. Flexibilidade: maior número de micro e pequenas empresas ou manutenção da concentração de forma descentralizada?. In: SILVA, Luiz, A. M. da. *Contemporaneidade e educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação*. n. 1, Ano II, IEC/Rio de Janeiro, p. 46-57, maio/1997.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia: Ed. UFG, 1988.

- DE MASI, Domenico. *Desenvolvimento sem trabalho*. São Paulo: Ed. Esfera, 1999.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A Dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 13-34.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- _____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: *Modernização reflexiva*. São Paulo: Unesp, 1997, p. 73 - 134.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HIRATA, Helena; PRÉTECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica: o debate das ciências sociais na França. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 47-80, jul./dez. 2002.
- KATZ, Claudio. Evolução e crise do processo de trabalho. In: *Novas tecnologias: crítica da atual reestruturação produtiva*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 9-44.
- JAKOBSEN, Kjeld A. et. al. O trabalho informal no município de São Paulo. In: *Mapa do trabalho informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 7-10.
- JAKOBSEN, Kjeld A. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: *Mapa do trabalho informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 13-18.
- LEAL, Francisco. *Neoliberalismo x desemprego: desafios e perspectivas pastorais*. Goiânia: Ed. UCG, 2000.
- LOJKINE, Jean. Os desafios da revolução informacional no limiar do terceiro milênio. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 69-103.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. *Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Centauro, [s.d.].

MARX, Karl. *O Capital*. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982 (Crítica da Economia Política. Lv. I, v. I).

_____. *O Capital*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002 (Crítica da Economia Política. Lv. I, v. II).

MATTOSO, Jorge. *O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90*. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

NORONHA, Eduardo G. "Informal", ilegal, injusto: percepções do Mercado de trabalho no Brasil. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000300007&lng=en&nrm=iso > Acesso em: 10 maio 2004.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Luiz, A. M. da; CHINELLI, Filippina. Velhas e novas questões sobre a informalização do trabalho no Brasil atual. In: *Contemporaneidade e educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação*. n. 1, Ano II, IEC/Rio de Janeiro, p. 24-45, maio/1997.

SILVA, Luiz, A. M. da. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

SINGER, Paul. O trabalho informal e a luta da classe operária. In: *Mapa do trabalho informal: perfil sócio-econômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 11-13.

_____. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

SOARES, Laura Tavares. *O desastre social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

THEODORO, Mário; NUNES, Christiane Girard F. População e trabalho – evolução do mercado de trabalho no Brasil: desafios e perspectivas. In: LESTIENNE, SJ, Bernard et al. (Orgs.). *População e pobreza*. São Paulo: Loyola, 2003, p. 39-48.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 15. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CNBB, Setor Pastoral Social. *O mundo do trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; DA VIÁ, Sarah Chucid. *Pesquisa empírica em ciências humanas* (com ênfase em comunicação). São Paulo: Futura, 2001.

DIEESE, A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo: DIEESE, 2001.

FRIEDMANN, Georges. *O trabalho em migalhas: especialização e lazeres*. São Paulo: Perspectiva, 1983.

GORENDER, Jacob. Globalização, mudanças tecnológicas e novos processos de trabalho e de produção. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 129 - 140.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MENDONÇA, Sérgio. Apud BENJAMIN, C. e ELIAS, L. A (Org.). *Brasil: crise e destino: entrevistas com pensadores contemporâneos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 103-115.

MAGNONI, D'Intignano Béatrice. *A fábrica de desempregados*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOONEY, Pat Roy. *O século 21: erosão, transformação tecnológica e concentração do poder empresarial*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

NETO, José Teixeira Coelho. *Moderno pós-moderno*. São Paulo: L&P Ed., 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed., Campinas: Pontes, 2003.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.

SASSEM, Saskia. Os espaços da economia Global. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 43 - 67.

_____. A cidade global. In: LAVINAS, Lena et al. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 187-202.

SUCUPIRA FILHO, Eduardo. *Introdução ao pensamento dialético*. 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1991.

MONOGRAFIAS

CARVALHO, Marta Horta F. de; SANTANA, Dilma Pio de. *Dinâmica da informalidade em Goiânia a partir de 1980*. Goiânia, UFG, 2003 (Especialização em Planejamento e Gestão Urbana/IESA).

FONTES DOCUMENTAIS

DECRETO Nº 2.834, DE 30 DE JULHO DE 2001 (Aprova as Normas para o Funcionamento de Feiras Livres e Especiais no Município de Goiânia).

DECRETO Nº 1.287, de 1º DE JULHO DE 2002 (Institui o Mercado Aberto).

DECRETO Nº 1.484, DE 15 DE MAIO DE 2003 (Cria a Comissão Curadora do Mercado Aberto).

DECRETO Nº 2.598, DE 22 DE SETEMBRO DE 2003 (Nomeia os Membros do Conselho Gestor do Mercado Aberto).

SEDEM, “Informalidade Urbana” em Goiânia – A Perspectiva Cidadã de Geração de Emprego e Renda. Goiânia, 2001.

SEDEM, Perfil Sócio-econômico dos Vendedores Ambulantes – Região Central – Goiânia. Goiânia, 2001.

SEDEM, Projeto Mercado Aberto de Goiânia. Goiânia, 2003.

SEDEM, Análise de Averiguação – Mercado Aberto. Goiânia, 2003.

SEDEM, Pesquisa: Impactos Sócio-econômicos do Mercado Aberto da Av. Paranaíba. Goiânia, 2004.

SEPLAM, Memorial descritivo – Projeto Mercado Aberto Av. Paranaíba (Uma alternativa de relocação para as bancas de comércio informal instaladas no canteiro central da Avenida Goiás – Setor Central). Goiânia, 2001.

TERMO DE COMPROMISSO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA, firmado entre Prefeitura de Goiânia e Ministério Público do Estado de Goiás, 8ª Promotoria de Justiça – Urbanismo (Objeto do Termo: Mercado Aberto).

FONTES ORAIS

Guilhermina Reis Castro – Presidente da Associação Centro Vivo.
Entrevista concedida dia 22-11-04 – Local: Feira de Goiânia.

Dilma Pio de Santana – Assessora Chefe de Planejamento da SEDEM.
Entrevista concedida dia 13-12-04 – Local: SEDEM.

Selmira de Oliveira Cândido Castro – Diretora de Departamento de Controle das Atividades Informais.
Entrevista concedida dia 13-12-04 – Local: SEDEM.

Antônio Celso – Fiscal de Posturas.
Entrevista Concedida dia 16-12-04 – Local: Mercado Aberto.
Obs.: O entrevistado não autorizou a publicação de partes da entrevista, motivo pelo qual não se faz aqui nenhuma referência a ele, nem às suas informações, utilizadas de forma indireta.

Luciano Rodrigues Siqueira – Presidente do Sincatei.
Entrevista concedida dia 21-01-04 – Local: Sede do Sindicato.

PERIÓDICOS

BRAGA, Maria José. Ambulante Quer Continuar na Goiás e na Anhanguera. **O Popular**. Goiânia, 26-03-02.

DULCINELI, Fabiana. Camelôs Serão Transferidos. **Diário da Manhã**. Goiânia, 23-03-02.

GOMES, Margareth. Ambulantes Lutam pelo Direito à Cidadania. **O Popular**. Goiânia, 28-01-96.

ZACARIOTTI, Marluce. Fronteira entre o Risco e o Lucro. **O Popular**. Goiânia, 22-12-93.

Solução para Camelô está no Código. **O Popular**. Goiânia, 24-11-92.

Moradores Não Querem Camelô na Av. Goiás. **O Popular**. Goiânia, 19-01-94.

CDL e Moradores Querem Camelôs Fora da Goiás. **O Popular**. Goiânia, 19-01-94.

Camelôs Dominam o Centro Após Saída da Fiscalização. **O Popular**. Goiânia, 09-05-01.

Medo de Perder a Mercadoria. **O Popular**. Goiânia, 10-05-01.

Comércio de Cães e Peças Decorativas em Rotatória. **O Popular**. Goiânia, 24-12-98.

Organizar a Informalidade. **O Popular**. Goiânia, 24-10-01.

Feirantes Aceitam as Mudanças Planejadas. **Gazeta Popular**. Goiânia, 11-01-02.

*A***NEXOS**

FICHA TÉCNICA

Nome: Pedro Gomes de Sousa Filho

Título: Trabalho Informal em Goiânia: Projeto Mercado Aberto

Curso: Mestrado em Sociologia

Área de Concentração: Sociologia e Região

Linha de Pesquisa: Sociologia do Trabalho

Data da Defesa: 11 de abril de 2005

Orientador(a): Professora Doutora Maria do Amparo A. de Aguiar

Palavras-chave: modernidade reflexiva/radicalizada, capitalismo, reestruturação produtiva, desemprego, informalidade.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)